

Arnaldo José Zangelmi
Fabrício Roberto Costa Oliveira

TRABALHADORES e TRABALHADORAS RURAIS em movimento



Mobilizações em Minas Gerais
na segunda metade do Século XX





O que dá o direito a alguém de possuir um pedaço de terra? A propriedade privada da terra é legítima? Quem foram os primeiros donos das terras e como elas chegaram até as mãos de seus proprietários atuais? A terra é uma mercadoria? Ela tem alguma função social?

Diante destas e outras inquietações, este livro discute alguns conflitos em Minas Gerais, principalmente ocorridos na segunda metade do século XX. Trata-se da sistematização de diversas pesquisas, realizadas nos últimos 15 anos, abordando uma multiplicidade de casos, em lugares e períodos diferentes. Parte significativa dessas pesquisas, referenciadas ao longo da obra, contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).



TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM MOVIMENTO



Historicus

Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS EM MOVIMENTO

MOBILIZAÇÕES EM MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Arnaldo José Zangelmi
Fabício Roberto Costa Oliveira



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

Fotografia / Imagem de Capa: Jornal do Brasil, Arquivo do Mobon e Soldado Laure.

Revisão e Normalização Bibliográfica: Ramon da Silva Teixeira



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ZANGELMI, Arnaldo José; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa

Trabalhadores e trabalhadoras rurais em movimento: mobilizações em Minas Gerais na segunda metade do Século XX [recurso eletrônico] / Arnaldo José Zangelmi; Fabrício Roberto Costa Oliveira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

221 p.

ISBN: 978-65-5917-581-9

DOI: 10.22350/9786559175819

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalhadores rurais; 2. mobilizações; 3. Minas Gerais; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Arnaldo José Zangelmi</i> <i>Fabício Roberto Costa Oliveira</i>	
1	13
LUTAS QUE ATRAVESSARAM OS ANOS DE CHUMBO	
1.1 SINDICALIZAÇÃO, MOVIMENTOS E LUTA PELA TERRA A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XX.....	13
1.2 SALUZINHO	19
1.3 CACHOEIRINHA	25
1.4 FAZENDA DO MINISTÉRIO.....	36
2	52
IGREJA CATÓLICA, SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E O MOBON	
2.1 TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA E OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS..	52
2.2 O MOBON E O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS	61
2.3 O PT DAS LIDERANÇAS RELIGIOSAS E COMUNIDADES RURAIS.....	99
1.5 TARUMIRIM E OS SEM-TERRA QUE NÃO ERAM DO MST	126
3	151
O MST EM MINAS GERAIS	
3.1 O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES.....	151
3.2 O MST NO NOROESTE E TRIÂNGULO MINEIRO	171
3.3 O MST NO VALE DO RIO DOCE.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	196
ACERVOS HISTÓRICOS	204
DOCUMENTOS.....	205
IMPrensa	205

ANEXO 1	207
----------------	------------

MAPAS

ANEXO 2	210
----------------	------------

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO MOVIMENTO DA BOA NOVA (MOBON)

ANEXO 3	215
----------------	------------

MATÉRIAS DE JORNAL SOBRE O EPISÓDIO DOS “SEM-TERRAS” EM TARUMIRIM

“AGRICULTORES EXPERIMENTAM REFORMA AGRÁRIA...”	216
“MILHÕES ESPERAM TERRA”	219

APRESENTAÇÃO

Arnaldo José Zangelmi

Fabício Roberto Costa Oliveira.

“O primeiro homem que, havendo cercado um pedaço de terra, disse “isso é meu”, e encontrou pessoas tolas o suficiente para acreditarem nas suas palavras, este homem foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras e assassinios, de quantos horrores e misérias não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando os marcos, ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: Livrem-se de escutar esse impostor; pois estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”

Jean Jacques Rousseau

O que dá o direito a alguém de possuir um pedaço de terra? A propriedade privada da terra é legítima? Quem foram os primeiros donos das terras e como elas chegaram até as mãos de seus proprietários atuais? A terra é uma mercadoria? Ela tem alguma função social?

Diante destas e outras inquietações, este livro discute alguns conflitos em Minas Gerais, principalmente ocorridos na segunda metade do século XX. Trata-se da sistematização de diversas pesquisas, realizadas nos últimos 15 anos, abordando uma multiplicidade de casos, em lugares e períodos diferentes. Parte significativa dessas pesquisas, referenciadas ao longo da obra, contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Nossa intenção, nessas várias investigações, foi conhecer a fundo processos que marcaram nossa história, tais como a forte concentração fundiária, a

organização de movimentos sociais no campo e a repressão contra aqueles que se opuseram aos poderes dominantes.

No primeiro capítulo, **“Lutas que atravessam os anos de chumbo”**, buscamos demonstrar como, em meados do século XX, uma série de transformações degradaram as condições de vida e trabalho de um grande número de trabalhadores rurais, impulsionando-os a se organizar e lutar intensamente. Processo que, em certa medida, teve o Golpe Militar de 1964 como reação e desfecho. Porém, apesar da repressão, chamamos atenção para as diversas formas de lutas persistentes, fundamentais para a emergência de novas mobilizações em contextos mais favoráveis. Destacamos os conflitos em torno do posseiro Saluzinho, da comunidade de Cachoeirinha e da Fazenda do Ministério, situações emblemáticas para no processo de luta pela terra em Minas Gerais.

No segundo capítulo, **“Igreja Católica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Mobon”**, buscamos demonstrar as transformações ocorridas na Igreja Católica e no movimento sindical, especialmente no período de 1960 a 1970, abrindo espaço para novas possibilidades de mobilização, novas estratégias e táticas, e novos atores e atrizes. Destacamos nesse processo a emergência do Movimento da Boa Nova (Mobon), suas mobilizações religiosas e políticas, especialmente sua importância na projeção de lideranças para o campo institucional, possibilitando que as identidades e formas de luta emergentes encontrassem apoio e diálogo junto ao poder público, em diversas instâncias.

Já no terceiro capítulo, **“O MST em Minas Gerais”**, voltado para a trajetória das ocupações de terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais, buscamos tratar das origens desse movimento, especialmente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, suas bases e interações locais e institucionais, assim como desvendar

suas projeções para outras regiões de Minas Gerais, marcadas por potencialidades e limites que, em grande medida, forjaram a identidade desse movimento no estado.

Esperamos que este seja um material útil e acessível para um público amplo, assim como também possa apontar caminhos para especialistas, que encontrarão, em particular, nas notas de rodapé, indicações para aprofundamentos. Assim, priorizando sua acessibilidade e circulação, optamos por disponibilizar o livro de forma digital e gratuita, facilitando sua difusão entre estudiosas/os do tema, militantes, agentes públicos, estudantes e o público em geral.

Agradecemos às pessoas que nos cederam seus relatos, fotografias, documentos e o precioso tempo para nossas indagações. Essas pessoas foram fundamentais para que pudéssemos realizar nossas pesquisas. As histórias de vida e de luta dessas pessoas na construção de um mundo mais juntos nos inspiraram.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) por oportunizar grande parte das pesquisas que deram origem ao livro. De maneira especial, às professoras Leonilde Sérvolo de Medeiros, Regina Ângela L. Bruno, Débora Franco Lerrer e ao professor John Cunha Comerford, cujas aulas e orientações abriram caminhos enriquecedores para nossos estudos e formação como docentes e pesquisadores.

Agradecemos também aos colegas Jefferson Queler, Marco Antônio Silveira, Álvaro Antunes e Ana Mônica Lopes, integrantes do Grupo de Pesquisa Justiça, Administração e Luta Social da Universidade Federal de Ouro Preto (JALS/UFOP). Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa; à Livia Rabelo e Ramon da

Silva Teixeira pela parceria e diálogos estimulantes que nos motivaram a prosseguir com as investigações, mesmo em uma fase tão difícil para a pesquisa acadêmica no Brasil.

Este livro foi possível também graças ao companheirismo e apoio familiar de Renata, Izabella, João, Livia, Helena e Fernando. Em um momento obscuro, marcado por negacionismos, ataque governamental à educação, às universidades e aos órgãos de fomento à pesquisa no país e pela pandemia de Covid-19, a casa foi um refúgio de afeto e segurança que nos possibilitou a construção de um livro que, em certa medida, pretende contribuir para a superação desses problemas profundos em nossa sociedade. Talvez, ao desvendarmos algumas raízes de nossas desigualdades, injustiças e lutas, possamos construir coletivamente novos caminhos.

Desejamos uma boa leitura!

Inverno, 06 de julho de 2022.

1

LUTAS QUE ATRAVESSARAM OS ANOS DE CHUMBO

1.1 SINDICALIZAÇÃO, MOVIMENTOS E LUTA PELA TERRA A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XX

Até meados do século XX, existiam em Minas Gerais vastas regiões desabitadas ou habitadas por povos indígenas. Essas terras tinham pouco valor em dinheiro, pois eram de difícil acesso e sem estrutura para exploração econômica. Nesse período, visando maior controle sobre o território e a integração dessas regiões ao sistema produtivo, foram realizados vários incentivos estatais para a ocupação dessas terras, como a abertura de estradas, a concessão de isenções fiscais e a emissão de documentos que atestavam a posse para quem se dispusesse a viver e trabalhar nesses locais.

Assim, trabalhadoras/es rurais, em busca de melhores condições de vida, migraram, transformando essas matas em local de moradia e de produção, muitas vezes enfrentando indígenas¹, vivendo nessas terras com suas famílias e comunidades por décadas. Geralmente, essas eram terras devolutas, ou seja, não eram legalmente propriedade privada. Eram terras públicas sem destinação oficial, que poderiam ser reivindicadas por aqueles que nelas viveram e trabalharam ao longo do tempo.

¹ Pouco se sabe sobre as relações entre esses pequenos posseiros e os indígenas que ali viviam anteriormente, pois as memórias desses povos foram fortemente silenciadas. Pelo que pudemos perceber, os pequenos posseiros, movidos pela falta de oportunidades em suas regiões de origem, foram usados pelo poder público para expulsar os indígenas de suas terras e, assim, ampliar o controle estatal sobre essas regiões, abrindo espaço para futuros avanços do grande capital.

No entanto, algum tempo depois, o poder estatal, que incentivou essa ocupação, passou a ver essas/es trabalhadoras/es rurais como obstáculo para seus projetos de desenvolvimento. Centrado no incentivo ao grande capital, o poder público privilegiou o avanço da agropecuária, da cafeicultura, de empreendimentos de reflorestamento (sobretudo, a monocultura de eucalipto) etc. O interesse, nesse momento, passou a ser de que essas terras fossem incorporadas ao sistema produtivo sob a posse de grandes fazendeiros e empresas, que buscavam expandir seus negócios para novas regiões no meio rural. Assim, numa estreita aliança entre os poderes público e privado, essas regiões sofreram uma intensa concentração fundiária.

Grande parte das/os trabalhadoras/es rurais dessas regiões, dispersas/os e com menor poder, foram expulsos de suas terras por policiais e jagunços, a mando de grileiros², muitas vezes em ações violentas, como espancamentos e assassinatos. Parte dos/as pequenos/as posseiros/as expulsos/as foi sendo convertida progressivamente em agregados/as, meeiros/as, arrendatários/as e assalariados/as, mantendo seus vínculos com a terra por meio da integração a essas fazendas, em uma situação precária de vida e de trabalho. Outras/os migraram para os centros urbanos, também enfrentando grandes adversidades³.

Parte dessas/es trabalhadoras/es buscou também formas de luta conjunta, compondo associações, ligas e sindicatos, organizações que se expandiram em várias regiões do Brasil nesse período. Em Minas Gerais, desde a década de 1940, existem evidências da existência dessas

² Grilagem de terras é o uso de documentos falsos para tomar posse de terras devolutas. O termo *grilagem* originou-se da prática de dar aparência de antigo para documentos falsos, ao coloca-los em contato com substâncias provenientes das fezes de grilos, que os deixam amarelados.

³ Para mais informações sobre os processos históricos aqui mencionados ver: Martins (1981); Medeiros (2003); Pereira (1980); Ribeiro (1996, 2010); Espindola (2010) e Muls (1989).

organizações, especialmente nos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce. Nessas regiões o processo de expulsão de trabalhadoras/es rurais era intenso, assim como a atuação de organizações políticas, especialmente, do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de segmentos da Igreja Católica, mais sensíveis aos problemas advindos das desigualdades sociais⁴.

No final da década de 1950 e início da década de 1960 essas organizações conquistaram maior amplitude e visibilidade. Fortemente estimulados pelo avanço das forças progressistas no contexto nacional, em especial pelas expectativas em face das prometidas “reformas de base” do Governo João Goulart⁵, esses grupos realizaram ocupações e resistência nas terras em disputa, assim como organizaram diversos encontros de trabalhadores rurais e movimentos sociais.

Em Belo Horizonte, por exemplo, conforme manchete do jornal “Terra Livre” (n. 105), em novembro de 1961, “1800 delegados camponeses exigiam [...] a reforma agrária” (1800 DELEGADOS..., 1961, p. 1), por meio da qual objetivavam “[...] a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário no País” (Ibidem, p. 1).

⁴ Para mais informações sobre essas organizações em Minas Gerais nesse período ver: Camisasca (2009); Borges (1988); Silva Neto (1995); Starling (1986); Carneiro e Cioccarei (2011) e Zangelmi (2014).

⁵ Conhecido popularmente como “Jango”. Foi presidente pelo Partido Trabalhista (PTB), partido criado por Getúlio Vargas em 1945 e cuja pauta se baseava no projeto trabalhista, isto é, na defesa de um Estado que promovesse a igualdade social através do fomento a pautas trabalhistas e de defesa dos direitos sociais. Para acesso às controvérsias públicas da época sobre a figura de Jango, a partir da produção caricatural publicadas na imprensa, vale ver: Motta (2006).

FIGURA 1 – “TERRA OU MORTE”; “TERRA PARA QUEM TRABALHA”; “REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA”: FOTO 1º CONGRESSO NACIONAL DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS, EM BELO HORIZONTE (1961)



FONTE: 1800 DELEGADOS... (1961, p. 1)⁶.

A luta pela reforma agrária e o movimento sindical ganharam grande força com a realização deste 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, no ano de 1961 – evento com presença de cerca de cinco mil trabalhadores/as, assim como a presença de figuras emblemáticas da época, tais como de Francisco Julião, principal liderança das Ligas Camponesas; de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e; do presidente da República, João Goulart.

⁶ In: **Terra Livre**, São Paulo, ano 12, n. 105, p. 1, nov. 1961. Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/814261/331>>. Acesso em 30 maio 2021.

Conforme os conflitos se delineavam e radicalizavam, acentuava-se a formação de uma nova linguagem política no campo. Por um lado, constituía-se uma identidade de *camponês* entre os/as trabalhadores/as rurais organizados/as politicamente. Referência de luta que buscava reunir em seu escopo as condições de vida e de trabalho de diversas categorias de trabalhadores/as do campo (posseiro, assalariado, meeiro, agregado etc.) afetadas pelo avanço do *status quo* no meio rural, direcionando suas lutas conjuntas para a resistência na terra, a reforma agrária e a conquista de direitos trabalhistas. Por outro lado, como identidade oposta, delimitava-se o *latifúndio* como adversário, uma representação do poder imposto pelos grandes proprietários rurais e seus apoiadores⁷.

Assim, a ascensão desses movimentos de trabalhadores/as ao cenário nacional trazia grande otimismo para as forças populares, mas também alimentava o temor de vários grupos dominantes, que intensificaram suas investidas políticas, ideológicas e militares contra os/as trabalhadores/as. Em grande medida, o Golpe Militar de 1964 é parte dessa reação em defesa de privilégios que, como vimos, se ampliavam nesse período de concentração fundiária e avanço do capital no campo.

A repressão contra os movimentos foi rapidamente intensificada, desarticulando-os, alguns de forma definitiva. Com o pretexto de combate ao comunismo, tratado pelo governo como uma terrível ameaça, as lideranças dos movimentos foram perseguidas por décadas, muitos sendo agredidos, presos e assassinados. Quando conseguiram manter

⁷ Para uma visão ampla sobre o avanço dessas identidades, ver: Novaes (1997).

alguma forma de enfrentamento, essas lutas se tornaram cada vez mais veladas e dispersas diante do forte risco⁸.

Vale destacar que em nenhum momento da história do Brasil houve um risco real de implantação de uma ditadura comunista, sendo esse temor uma justificativa de longa data para a perseguição tanto de lideranças políticas quanto de pessoas e grupos completamente despolitizados, mas, que de alguma forma eram tidos como obstáculo aos interesses das classes dominantes.

Evidentemente, existiam atores e grupos que defendiam uma “revolução comunista”, inspirados nos processos políticos em outros países⁹. No entanto, esses eram agentes minoritários, geralmente jovens, sem armas e poder que pudessem fazer frente às forças de segurança. Vale destacar também que não faz sentido a crença de que os movimentos populares em ascensão impulsionariam uma ditadura comunista, na medida em que o governo, democraticamente eleito, caminhava no sentido do atendimento de parte de suas reivindicações, especialmente através das reformas de base. Assim, o Golpe de 1964 não veio para impedir uma ditadura comunista, mas, sim para impedir o avanço democrático das conquistas populares que ganhavam influência institucional naquele contexto.

Com o Golpe Militar de 1964, que possibilitou maior controle sobre o aparato estatal, as forças dominantes puderam realizar, quase sem

⁸ Sobre a repressão e as violações cometidas nesse período, ver: Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017). Sobre o anticomunismo, ver: Motta (2000). No cinema, apesar de não tratar de um caso mineiro, abordou de maneira interessante essa perseguição no campo na década de 1960, o filme dirigido por Eduardo Coutinho “Cabra marcado para morrer” (1984), que conta a história de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé (PB), assassinado por ordem de latifundiários. Esse filme começou a ser rodado em 1964, mas foi interrompido pelo Golpe. Sendo retomadas as gravações em 1981 e sendo lançado em 1984.

⁹ Como, para citar alguns exemplos, as experiências da Revolução Russa (1917 - 1923), da Revolução Chinesa (1946 - 1949) e da Revolução Cubana (1953-1959).

obstáculos, em um fluxo mais intenso e violento, a expulsão de trabalhadores/as rurais e intensificar a concentração fundiária. Muitos fazendeiros, sem qualquer constrangimento, reuniam milícias formadas por jagunços e policiais e atacavam abertamente aqueles que se colocavam como obstáculos aos seus interesses.

Por outro lado, a violência não eliminou completamente as mobilizações de trabalhadoras/es rurais. Notamos que algumas dessas lutas persistentes podem ser identificadas mesmo nos anos mais duros da repressão e tiveram papel relevante nas mobilizações posteriores ao Regime Militar (1964 - 1985). A descontinuidade imposta pela Regime Militar não apagou as experiências e concepções políticas forjadas nas lutas precedentes. Um sinal dessa persistência é o reaparecimento, com novos sentidos, da luta pela terra no final dos anos de 1970. Em certos casos, essas retomadas ocorreram nas mesmas terras que foram objeto de conflito na década de 1960, demonstrando como certas áreas se tornaram pontos de referência que atravessaram os anos mais duros¹⁰.

1.2 SALUZINHO

Os movimentos de trabalhadores, especialmente as lideranças, foram duramente perseguidos após do Golpe de 64, muitos deles sendo presos e assassinados. No entanto, o pretexto de “caçar” comunistas serviu também para perseguir pessoas que não tinham qualquer relação com esses movimentos e organizações políticas, muitas vezes com o intuito de expulsá-los de suas terras. Esse foi o caso de Salustiano Gomes

¹⁰ Destaca-se, em Minas Gerais, os conflitos em torno da Fazenda do Ministério, em Governador Valadares e da comunidade de Cachoeirinha, em Varzelândia. Ambas envoltas em lutas que atravessaram o Regime Militar e foram reocupadas pelos movimentos em ascensão no processo de abertura política do Brasil.

Ferreira, conhecido como Saluzinho, um posseiro do Norte de Minas que ficou famoso em decorrência de um conflito que chamou muita atenção.

Saluzinho vivia e trabalhava nas terras de sua família na região de Serra Azul (ou Serra do Gato), em Varzelândia, quando, em 17 de novembro de 1967, um grupo formado por policiais, sem farda, e pistoleiros o surpreendeu em sua residência. A intenção desse grupo era expulsá-lo das suas terras, a mando de Oswaldo Antunes, um jornalista e fazendeiro da região, cujas terras faziam divisa com as de Saluzinho.

Até esse ponto tratava-se de um caso corriqueiro, mais um posseiro expulso em meio ao intenso processo que afligia os/as trabalhadores/as rurais daquela região. No entanto, a milícia do fazendeiro foi surpreendida pela valentia e pontaria do posseiro. Na troca de tiros, o grupo teve que recuar após Saluzinho alvejar o policial Luiz Barbal e João Gonçalves Ruas, jagunço do fazendeiro.

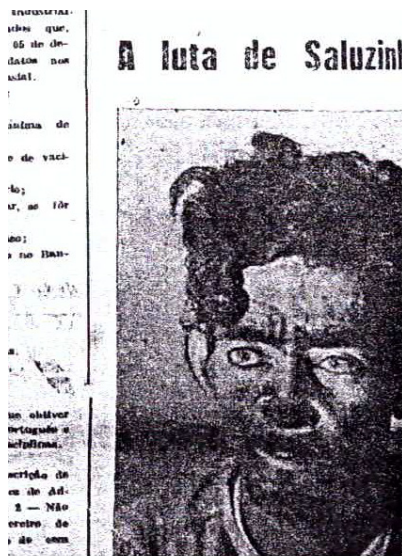
Salustiano previu que retornariam com reforços e se escondeu em uma gruta. Pouco tempo depois, um grupo de policiais varreu a localidade em busca do posseiro, prendendo e torturando outros posseiros, inclusive sua esposa e filhos, para que indicassem onde Salustiano estava escondido. Quando o encontraram na gruta, o tiroteio continuou e o posseiro atingiu outro policial.

Dessa forma, o aparato de violência contra Saluzinho foi aumentando, à medida que aumentava também a repercussão do caso, que passou a ter cobertura de vários jornais de grande circulação¹¹. Também corriam nas conversas as histórias sobre o posseiro que resistia sozinho a um aparato policial que contou com um destacamento enviado de

¹¹ Como nas matérias do "O Estado De São Paulo", que acusaram Saluzinho de "invasor de terras" (cf. INVASOR..., 1967, p. 5; RESISTÊNCIA..., 1967, p. 5).

Montes Claros, munido de fogo pesado, que tentou várias vezes alvejar Saluzinho dentro da caverna. Tentaram incendiar a gruta e, sem sucesso, dinamitá-la, o que deixou Saluzinho praticamente surdo. Todavia, ele continuou resistindo e atirando. Algum tempo depois, foi enviado um destacamento especial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), munido de um lançador de bombas de gás, mas, o posseiro resistiu e revidou os tiros. Cansado, sem água e alimentos, Saluzinho se entregou depois de 5 dias de conflito.

FIGURA 2 – A LUTA DE SALUZINHO NO “DIÁRIO DE MONTES CLAROS” (1967)



Página do “Diário de Montes Claros”, de Montes Claros (MG), de 28 de novembro de 1967.

FONTE: CAMPOS (2014, p. 66).

Desde então, o posseiro ficou preso em vários lugares, inclusive passou algum tempo no DOPS de Belo Horizonte, onde aprendeu a ler e

conheceu várias lideranças de movimentos políticos de esquerda, algo que ainda desconhecia. Visto por muitos como “herói dos posseiros” e, por outros, como “criminoso sanguinário”, Saluzinho, mesmo nos períodos em que não esteve preso, não teve mais a normalidade de sua vida de antes do cerco que sofreu. Jamais recuperou suas terras, assim como não encontrou trabalho estável em lugar algum, tendo sempre que migrar em busca de trabalho e moradia, se escondendo, até falecer em 1990, ainda na pobreza¹².

Saluzinho não foi um bandido, como queriam fazer crer seus opositores e os meios de comunicação que os serviam. Ele lutou por sua moradia e sustento, baseando-se no direito adquirido pelo tempo em que sua família viveu e trabalhou naquelas terras. Direito advindo do trabalho, que se opunha ao poder e aos interesses dos grileiros da região. Assim, em certa medida, a luta de Saluzinho deu vazão a um sentimento de injustiça que se existia na região, em face das expulsões, o que contribui para entender porque foi considerado um herói pelos posseiros do Norte de Minas, sendo lembrado por muito tempo. Noutro sentido, para o poder dominante, Saluzinho representava a rebeldia e força dos/as trabalhadores/as da região, um risco para aqueles que esperavam docilidade dos que trabalham na terra.

Além de bandido, agentes do poder dominante também buscaram projetar a imagem de Saluzinho como líder comunista, usando o temor de setores conservadores da população contra o posseiro. Uma justificativa que encontrou aceitação em parte da população foi a de que essa perseguição era necessária para evitar uma ditadura comunista no

¹² Para mais informações sobre a história de Saluzinho, ver: Campos (2014), Moreira (2010), Zangelmi e Queler (2021). Também é interessante ver o relato de Oswaldo Antunes, o próprio fazendeiro que expulsou Saluzinho, publicada em seu livro de memórias (ANTUNES, 2007).

Brasil. Apesar de alguns militantes acreditarem nesse caminho autoritário, evidenciou-se que não eram todos, talvez nem a maioria, sendo o socialismo e o comunismo entendidos de forma muito diversa pelos vários segmentos da esquerda.

Como salientado anteriormente, mesmo nos casos em que tal regime estivesse no horizonte de alguns militantes, sua concretização sempre esteve muito distante. Ou seja, o comunismo não foi um risco real. O poder público, assim como seu aparato militar, estava fortemente concentrado nas mãos dos que defendiam os interesses dominantes, deixando pouca margem de ação para outros projetos de sociedade, mesmo antes de 1964.

Mais absurdo ainda foi o uso do anticomunismo como pretexto para perseguir pessoas que não tinham qualquer ligação com movimentos e organizações de esquerda, muitas dessas pessoas não sabendo sequer do que se tratava o socialismo ou o comunismo. Assim, o poder dominante usou o medo do comunismo para aumentar suas posses e seu poder contra setores já fragilizados na sociedade, como no caso de posseiros pobres que foram expulsos por grileiros nesse período. Saluzinho foi um deles.

Mesmo não fazendo parte de qualquer organização política, Salustiano foi acusado de bandidagem e comunismo, tanto nas informações que circulavam informalmente, quanto por consolidados veículos de comunicação, como o “Jornal de Montes Claros”, que pertencia a Oswaldo Antunes, o fazendeiro que atacou o posseiro.¹³ Assim, apenas ao olharmos toda essa difamação institucional e midiática, podemos entender como foi possível um posseiro, sem qualquer militância política, ter ido

¹³ Para mais informações, ver: Campos (2014) e Zangelmi e Queler (2021).

– para a surpresa dos militantes de esquerda que ali estavam presos – parar no DOPS, em Belo Horizonte.

FIGURA 3 – SALUZINHO, UM MITO DA RESISTÊNCIA



FONTE: CAMPOS (2014, p. 143).

Saluzinho foi um valente, com pontaria e obstinação que chamaram a atenção. Porém, sua resistência não foi motivada pela participação em organizações políticas. O que motivou Saluzinho foi o sentimento que ele e seus companheiros estavam sendo injustiçados, pois eles tinham direito àquelas terras. Esse posseiro, talvez uma liderança para outros da região, percebia as relações de exploração, os grupos em oposição. Por isso dizia que “o latifúndio é o diabo”, ciente de

que não era um único fazendeiro que o oprimia, mas um grupo na sociedade que buscava concentrar terras de forma violenta e imoral. Salustiano defendeu a luta pelo direito à terra e ao trabalho livre de exploração, colocando-se contra às injustiças sociais, que ele identificou em várias regiões, motivadas pela ambição de fazendeiros, pela grilagem e pela convivência de policiais.

Por muitos anos o paradeiro de Saluzinho permaneceu desconhecido. Ficaram as histórias circulando no Norte de Minas, algumas de que ele era um herói, que defendeu os posseiros contra a exploração. Outras de que era um bandido sanguinário, que volta e meia atacava com ferocidade. Tornou-se uma lenda, uma figura mítica, um “bicho papão” usado para assustar e controlar as crianças da região. Para outros, um valente, símbolo de uma resistência possível contra as relações de exploração.

Na década de 1980, Salustiano foi encontrado vivendo em Januária e interagiu com alguns trabalhadores rurais e militantes dos movimentos em ascensão, visando que sua história inspirasse as lutas que emergiam. Morreu pouco tempo depois, em 1990, sem reconquistar uma terra e em condições muito precárias de vida e trabalho.

1.3 CACHOEIRINHA

Geralmente, como no caso de Saluzinho, as expulsões eram realizadas de forma dispersa, visando chamar pouca atenção e gerar pouca resistência conjunta de posseiros/as. Porém, em algumas situações, foi identificada a expulsão de comunidades inteiras, o que demonstra a sensação de impunidade dos agressores, difundida especialmente após o golpe de 1964.

Esse foi o caso dos posseiros de Cachoeirinha, comunidade do município de Varzelândia¹⁴, no norte de Minas Gerais. Os posseiros mais antigos chegaram a Cachoeirinha em meados da década de 1940, sendo sua ocupação estimulada principalmente pela expansão da linha férrea na região. Grande parte dessas pessoas possuía documentos de ocupação expedidos pelo Estado e viveram e trabalharam nessas terras durante décadas, praticando uma economia de subsistência.

No entanto, mesmo relativamente isolados e tendo suas posses legitimadas pelo poder público, 32 famílias dessa comunidade sofreram uma primeira expulsão em 14 de setembro de 1964. Nesse momento, policiais e pistoleiros, fortemente armados, com um mandado expedido pelo juiz de paz José Fernandes de Aguiar (Juquinha Aguiar), realizaram essa expulsão arquitetada pelos fazendeiros Sebastião Alves da Silva, Manoelito Maciel de Salles e pelo Coronel Giorgino Jorge de Souza, que era Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros e, por incrível que pareça, também advogado dos fazendeiros.

Mesmo não havendo reação dos/as posseiros/as, a expulsão foi marcada pela violência. Os/as posseiros/as tiveram suas casas queimadas, suas plantações destruídas e seus animais mortos. Ação planejada pelos agressores, uma vez que sem as casas e os recursos de subsistência seria mais difícil a comunidade retornar. Muitas dessas pessoas foram obrigadas a se alojarem com suas crianças debaixo de árvores por longo período, expostos à chuva e ao relento, chegando ao extremo de passarem fome. Pouco tempo depois, amparados pelo argumento de que as terras eram devolutas, as/os posseiras/os as reocuparam enquanto o

¹⁴ Em 1995 Cachoeirinha passou a fazer parte do município de Verdelandia, criado pela Lei Estadual 12.030.

processo seguia na justiça. Porém, apesar dos títulos de propriedade apresentados pelos fazendeiros serem claramente duvidosos, com claros sinais de grilagem, as decisões judiciais foram fortemente tendenciosas a seu favor¹⁵.

Os/as posseiros/as foram novamente expulsos/as violentamente em 1967, juntamente com outras famílias da localidade. Nesse momento, foram desalojadas 212 famílias, sendo perseguidas por mais de uma década, visando evitar que reocupassem Cachoeirinha. Vários desses/as trabalhadores/as foram assassinados/as, outros/as migraram, se tornaram meeiros/as ou assalariados/as, vivendo e trabalhando em condições precárias. Em decorrência dessas privações, mortes relacionadas com sarampo e subnutrição se tornaram comuns, principalmente entre idosos e crianças. Vários jornais da época noticiaram a morte de 64 crianças em decorrência da precarização das condições de vida desses/as posseiros/as após a expulsão.

No final da década de 1960 e na década de 1970, as/os posseiros/as que permaneceram na região buscaram reverter essa situação, recorrendo à justiça e à imprensa, sem, contudo, conseguirem recuperar as terras. Somente na década de 1980, amparados pela atuação intensa de organizações e movimentos sociais em prol da luta pela terra, as/os posseiros/as reocuparam Cachoeirinha e conseguiram visibilidade para suas condições e demandas. Por outro lado, vale se atentar para as

¹⁵ Intrigante como o tamanho das terras nas documentações apresentadas pelos fazendeiros aumentou ao longo dos anos, sem explicação plausível. Por sua vez, o Coronel Giorgino Jorge de Souza, advogado dos fazendeiros e comandante do batalhão que expulsou e perseguiu os/as posseiros/as, também se tornou proprietário de parte das terras em Cachoeirinha, como pagamento por seus serviços. Essa transação é ainda mais suspeita na medida em que o Coronel adquiriu as mesmas terras duas vezes. Uma de Manoelito em 1968. Outra da Ruralminas em 1975. Dito isso, ficam as questões: Porque Giorgino compraria essas mesmas terras duas vezes? Se as terras foram vendidas como devolutas pela Ruralminas em 1975, como poderiam pertencer aos fazendeiros em 1964?

iniciativas e as influências políticas anteriores a esse momento de maior visibilidade. Isto é, mediações que tornaram possível a resistência desses/as posseiros/as por quase duas décadas e sua posterior rearticulação.

Em vista da forte repressão durante o Regime Militar, as mediações políticas no sentido da sindicalização e da luta pela terra foram obstaculizadas, tornando-se dispersas e ocultas, o que até hoje dificulta seu reconhecimento. Assim, diante da escassez de estudos históricos que tenham desvendado essas mobilizações fragmentadas e veladas, prevalece uma imagem enganosa sobre os/as trabalhadores/as rurais mineiros/as, geralmente vistos/as como passivos/as diante das imposições advindas desse contexto adverso ou, quando mobilizados/as, agindo de forma isolada e auto referenciada.

Em outros termos, muitas vezes acredita-se que as/os trabalhadoras/es rurais mineiras/os agiam sem qualquer vinculação com formas de organização, utopias e projetos de sociedade sistematizados, advindos das relações com partidos políticos, organizações e movimentos sociais mais amplos. Dessa forma, várias ações de mediação que desencadearam mobilizações pela sindicalização e pela reconquista de terras carecem de maior visibilidade. Problema que dificulta o reconhecimento do significativo papel catalizador dessas ações mediadoras para a manutenção da luta pela terra e suas conquistas posteriores.

O caso de Cachoeirinha é emblemático nesse sentido, pois mesmo diante da impossibilidade de atuação de organizações políticas na região durante o Regime Militar, as/os posseiras/os expulsas/os construíram outras formas de mobilização, que mantiveram viva sua luta pela terra¹⁶.

¹⁶ Ver: Santos (1985) e Zangelmi (2019).

Após as expulsões de 1964 e 1967, militantes de algumas organizações políticas passaram a direcionar esforços para a região, como a Ação Popular (AP), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), todavia, rapidamente reprimidas. As entidades sindicais, impedidas de atuarem diretamente no conflito, acompanharam à distância e buscaram autoridades públicas e a imprensa para denunciarem as injustiças cometidas na região, porém, sem muito resultados efetivos.

Diante da repressão que dificultava a ação de organizações, os trabalhadores criaram suas próprias formas de resistência. Em Cachoeirinha, os/as posseiros/as, baseando-se em relações de solidariedade, desenvolveram estratégias para a manutenção do sentimento de pertencimento à antiga comunidade, assim como para não serem percebidos/as como um risco pelos fazendeiros e autoridades da região. Por outro lado, essas/es trabalhadoras/es também buscaram alguma visibilidade externa para as injustiças sofridas por eles, tentando chamar atenção da imprensa e do poder público.

As/os posseiras/os buscaram autoridades relativamente afastadas das estreitas relações de poder no Norte de Minas, que envolviam fazendeiros, policiais, juízes, imprensa regional etc. Em certa medida, conseguiram demonstrar como foram perseguidas/os por vários anos, alguns sendo assassinadas/os, principalmente entre o final dos anos de 1960 e meados de 1970. Várias notícias relataram a crescente onda de violência no início dos anos de 1970 nessa região, o que pressionava o poder público para uma solução.

Um caso abateu fortemente os/as posseiros/as de Cachoeirinha. Queremos dizer do caso do assassinato de Martinho Fagundes, principal

líder comunitário, morto numa emboscada em 1975, quando buscava a demarcação das terras. O pistoleiro foi preso e confessou o crime, indicando como mandante Waldir Alves Coutinho, filho de João Antônio, fazendeiro que alegou posse e, supostamente, vendeu as terras de Cachoeirinha para os fazendeiros Manoelito e Sebastião. O pistoleiro sumiu misteriosamente da prisão e o caso foi arquivado.

Visando desmobilizar e distanciar os/as posseiros/as dessas terras, evitando que voltassem a reivindicá-las, outros seis lavradores de Cachoeirinha foram assassinados entre 1968 e 1975. Alguns nomes de posseiros mortos são lembrados, assim como seus supostos executores e mandantes: Antônio Montes Brito, morto pelo Cabo José Guilherme; Juarez, morto pelo Cabo Luiz; Ursino (Sino), morto por Antônio Preto, pistoleiro de Manoelito. Choca também os misteriosos desaparecimentos dos posseiros Marcionílio e Mariano, bem como os vários enforcamentos misteriosos. Nesses casos, os relatos enfatizam como os trabalhadores foram encontrados pendurados em árvores, com bilhetes de suicídio nos bolsos, mesmo sendo analfabetos.

Evidentemente, diante do crescimento da violência em Cachoeirinha, a organização desses/as trabalhadores/as para reaverem suas terras era extremamente arriscada, sendo realizada de forma fragmentada e oculta, o que dificulta sua identificação pelos/as pesquisadores/as na atualidade. No entanto, pudemos perceber que alguns atores buscaram influenciar nesse contexto adverso, dentre eles padre José Silvera dos Anjos; o já citado, Martinho Fagundes Lisboa, e; o deputado Marcos Tito (MDB).

O Padre José Silveira dos Anjos, vigário de Varzelândia desde 1955, defendeu os/as posseiros/as de Cachoeirinha nesse período, apelando para as autoridades públicas e as comunidades católicas da região,

entretanto, suas ações são pouco conhecidas. Já a atuação de Martinho Fagundes, principal liderança dos/as posseiros/as na primeira metade da década de 1970, foi mais visível, especialmente por sua disposição em buscar apoio externo para a causa das/os posseiras/os, recorrendo a diversos jornais e órgãos estatais. Martinho também foi investigado pelo DOPS/MG, que tratava o posseiro como um risco à ordem estabelecida.

Em grande medida, Martinho atuou em parceria com o deputado Marcos Tito (MDB), ampliando suas possibilidades de acesso ao campo institucional e à imprensa. Marcos Wellington de Castro Tito nasceu na cidade de Belo Horizonte em 22 de setembro de 1940 e concluiu o curso de Direito em 1966, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde foi líder estudantil. Foi eleito deputado estadual (1971) e federal (1975) pelo MDB, tendo destaque como parlamentar oposicionista. Integrante do grupo “autêntico”, ala à esquerda no MDB, fez parte da Comissão de Minas e Energia e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Minérios e foi relator do Acordo Atômico Brasil-Alemanha.

Desde o início de seu primeiro mandato defendeu a redemocratização das instituições políticas e a luta contra a exploração predatória de grandes mineradoras estrangeiras, ressaltando os prejuízos para os interesses nacionais e para a população mais pobre. Muitas vezes, criticou as autoridades administrativas que favoreceram o avanço desses grupos e o modelo de desenvolvimento adotado, crítica que levava em consideração também os impactos dessa exploração mineral no meio rural.

A postura oposicionista de Tito destacou-se no interior do seu partido, o MDB, que ele, por vezes, caracterizou como “acomodado” diante da negação governamental em redemocratizar os espaços de poder.

Assim, acreditava que o MDB deveria pressionar mais, forçar a abertura desses espaços, sem os quais o partido teria fortes limitações para representar os anseios sociais emergentes e perderia a confiança da população.

Antes do término do seu mandato como deputado federal, Tito teve sérios problemas por ter lido na tribuna um manifesto supostamente contido no “Jornal Voz Operária”, do Partido Comunista. Denunciado pelo deputado Sirval Boaventura (Arena-MG), Tito se defendeu alegando ter lido uma carta enviada por um eleitor, sem conhecer sua verdadeira fonte, e pediu a retirada do discurso dos anais da Câmara. No entanto, o caso ganhou grande repercussão e Marcos Tito foi cassado pelo presidente Ernesto Geisel em 1977, com base no Ato Institucional nº5 (AI-5), e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos¹⁷. Ao olharmos a trajetória de Marcos Tito, assim como sua atuação junto ao posseiro Martinho, podemos perceber que o campo institucional do período, mesmo fortemente fechado aos anseios populares, tinha certas brechas que os/as posseiros/as de Cachoeirinha buscaram explorar.

Assim, mesmo nos anos mais duros do Regime Militar, vários atores buscaram conectar as demandas específicas constituídas nas lutas locais dos/as posseiros/as e as disputas em outros espaços, como a imprensa e o poder público. Essas foram mediações fragmentadas, com efeitos pouco visíveis, mas, que possibilitaram que as/os posseiras/os mantivessem seus vínculos entre si e com aquelas terras, assim como alcançassem alguma repercussão que permitiu macular a falsa imagem

¹⁷ Em 1978, Marcos Tito fez parte do Comitê Brasileiro pela Anistia e foi advogado de presos políticos. Em 1979, com a Lei da Anistia, pôde ingressar no PMDB, se candidatando a novos mandatos e ocupando outros cargos públicos.

de harmonia e homogeneidade que os defensores do *status quo* buscavam projetar para a sociedade mais ampla.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, em meio às disputas pela redemocratização das instituições políticas no Brasil, houve um revigoramento da luta pela terra, em consonância com a emergência de novos atores e atrizes, estratégias e demandas. Nesse contexto, o caso de Cachoeirinha teve caráter emblemático. No dia 8 de abril de 1981, 79 trabalhadores/as rurais expulsos/as ocuparam novamente suas terras em Cachoeirinha, agora com apoio direto da FETAEMG¹⁸ e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁹, bem como maior respaldo institucional e midiático. A reação dos fazendeiros e policiais foi imediata, prendendo 10 trabalhadores, retirando e ameaçando outros. No entanto, num contexto político no qual o pretexto de eliminação do comunismo já não surtia tanto efeito e houve maior cobertura da imprensa, as arbitrariedades não podiam ser realizadas de forma explícita, direcionando o conflito principalmente para o campo jurídico e político.

Nesse contexto, a FETAEMG e a CPT puderam apoiar a organização dos/as trabalhadores/as de forma mais intensa, o que trouxe uma nova esperança para os/as posseiros/as. Essas organizações informaram aos/as trabalhadores/as sobre seus direitos e sobre os caminhos institucionais para conseguirem ter suas demandas atendidas. A FETAEMG

¹⁸ No final da década de 1970 e início da década de 1980, a FETAEMG passa a atuar de forma mais intensa nas ações de luta pela terra, participando diretamente da organização de resistências e de ocupações de terra.

¹⁹ A CPT, criada em 1975, é uma organização ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT atuou diretamente na organização e na mobilização de trabalhadores/as rurais nesse período, sendo importante “[...] instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (POLETTI, 2010, p. 138). De outro modo, essa organização contribuiu na criação de sindicatos, na realização de protestos, na resistência e nas ocupações de terra.

passou a representar os/as lavradores/as junto ao poder público, levando suas reivindicações, realizando audiências e pressionando através da imprensa, o que teve impacto decisivo em suas lutas. Na interação com membros da FETAEMG, as/os posseiras/os passaram a situar suas lutas pelas terras também como uma busca mais ampla, isto é, pela reforma agrária, articulando suas demandas em relação aos caminhos institucionais disponíveis no período, num conflito que adquiriu grande repercussão política em Minas Gerais.

Diante dessa repercussão, o governo se tornou mais aberto à negociação²⁰ com os trabalhadores, através da intermediação da FETAEMG. Essa entidade, ao mesmo tempo em que visou abrir espaços de interlocução com o Estado para solucionar o problema de acesso à terra, buscou também evitar que as/os trabalhadores/as mantivessem posturas incisivas de enfrentamento, principalmente, quanto às reocupações da terra, o que poderia comprometer as boas relações do movimento sindical com o governo.

Nesse contexto, marcado pela ascensão política de grupos que formariam a “Nova República”, as relações de interdependência que ligavam a FETAEMG às/aos trabalhadoras/es rurais e ao projeto político do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) passaram a se chocar, ficando os sindicalistas numa situação delicada. Por um lado, potencializaram as ações dos/as trabalhadores/as rurais mobilizados/as, o que aumentava seu poder de representação em várias instâncias. Por outro lado, diante da radicalização dos conflitos –

²⁰ Foram oferecidas outras terras para os/as lavradores/as, que resistiram a aceitá-las, em vista da má qualidade das terras propostas e das relações sociais estabelecidas por décadas na antiga comunidade. Foram realizadas outras reocupações e expulsões em Cachoeirinha, demonstrando a instabilidade e indefinição do poder público em relação ao caso (cf. SANTOS, 1985).

marcada pela iminência de novas reocupações –, a Federação teve suas relações com o governo ameaçadas. Deste modo, buscando acalmar os ânimos, canalizou as ações locais para o fortalecimento de um projeto eleitoral.

Foi significativa a participação de membros da FETAEMG nas eleições de 1982, alguns inclusive se candidatando, em clara convergência com as bandeiras do PMDB. Grande parte do esforço da Federação, no caso de Cachoeirinha, se deu no sentido de mobilizar os/as lavradores/as para a campanha eleitoral que, supostamente, contribuiria para suas lutas. Assim – tentando convencer os/as lavradores/as a não realizarem novas reocupações e optarem pela negociação –, evitaram conflitos que poderiam prejudicar a campanha eleitoral e suas relações com o futuro governo.

Também setores da Igreja Católica – a CNBB, a CPT, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e algumas dioceses – declararam apoio à causa dos/as posseiros/as, denunciando a violência e a injustiça sofrida por eles/elas e pressionaram os agentes públicos para que buscassem uma solução. As relações entre as mobilizações em Cachoeirinha e o projeto eleitoral do PMDB também foram reforçadas por esses agentes, que, em vista do apoio eleitoral, buscaram cobrar dos políticos desse partido uma solução para as/os posseiras/os de Cachoeirinha.

Apesar do maior respaldo, as lideranças também tiveram que enfrentar constantes ameaças, vigilância, prisões arbitrárias e constrangimentos, como, por exemplo, na forte repressão ao ato público realizado em 1982 em Cachoeirinha, que mobilizou um enorme contingente policial, inclusive do DOPS, ocasionando uma série de abusos contra as/os participantes que se deslocavam para o local, visando a intimidação e a desmobilização.

A lentidão, indefinição e ambiguidade do Estado em relação ao caso de Cachoeirinha fez com que a região fosse marcada pela constante tensão. Apesar dos longos impasses jurídicos e administrativos – alguns deles durando até a atualidade – os/as posseiros/as de Cachoeirinha e seus descendentes tiveram conquistas importantes, como a concretização dos assentamentos União, Caitité e Vitória. No entanto, poucos remanescentes da expulsão na década de 1960 puderam realizar o sonho de retorno às suas terras. Assim, a negligência estatal, que permitiu que o conflito se arrastasse por tantas décadas sem solução, talvez, tenha sido a mais constante e corrosiva forma de violência desferida contra esses/as posseiros/as.

1.4 FAZENDA DO MINISTÉRIO

Outra marcante experiência de retomada de conflitos em torno de determinadas terras ocorreu na Fazenda do Ministério (Fazenda Modelo), em Governador Valadares. Esse caso também indica a persistência de formas de mobilização e de memórias que tornaram possível a rearticulação das lutas a partir da década de 1980.

A região de Governador Valadares foi, no final da década de 1950 e início da década de 1960, um dos principais focos de conflito no campo brasileiro, sendo reconhecidamente um dos estopins para o Golpe de 1964. Nessa região havia um grande número de trabalhadores/as desamparados/as em face do processo de expulsão de suas terras e do empobrecimento, assim como contava com a atuação em relação a esses problemas, de maneira cada vez mais intensa, do Partido Comunista

Brasileiro (PCB), impulsionando as/os trabalhadoras/es rurais para a organização sindical²¹.

Sob a liderança de Francisco Raimundo da Paixão (Chicão), o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Governador Valadares efervescia com um grande número de trabalhadores/as mobilizados/as por um forte sentimento de que seu movimento era convergente com as ações governamentais daquele período. As “reformas de base” anunciadas pelo Governo João Goulart, assim como as notícias sobre seu decreto que desapropriaria latifúndios e as terras às margens de açudes, rodovias e ferrovias, alimentavam a esperança de que a reforma agrária estava a caminho.

No dia 31 de março seria realizado um grande comício para a entrega dos títulos de algumas fazendas da região aos/às trabalhadores/as mobilizados/as – evento para o qual eram esperados cerca de vinte mil trabalhadores/as, assim como a presença de importantes autoridades públicas, incluindo, talvez, até o presidente João Goulart. A Fazenda do Ministério, onde ocorreria esse comício, tinha papel central nas lutas em curso.

²¹ Ver: Carneiro e Cioccarì (2011) e Borges (2004).

FIGURA 4 – SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA, ESPERA PELA TERRA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM GOVERNADOR VALADARES. FOTO “JORNAL DO BRASIL” (1964)



FONTE: MATIAS NETO (1964, p. 21)²².

²² Fotografias de Carlos Ferreira. In: MATIAS NETO, A. Comício e Governador Valadares poderá ser o início das violências. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 73, n. 56, p. 21, 8 mar. 1964. Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/50575>. Acesso em: 30 maio 2021.

FIGURA 5 – “POUCA TERRA PARA MUITOS” – FAZENDA MINISTÉRIO E A LUTA PELA TERRA EM GOVERNADOR VALADARES. FOTO “JORNAL DO BRASIL” (1964)



FORTE: LUTA... (1964, p. 1)²³.

Doada pelo Governo Federal ao Governo de Minas Gerais na década de 1940, visando que se tornasse um centro de pesquisa agropecuária, essas terras eram usadas como espaço de criação de gado e de empréstimo de maquinário para fazendeiros na década de 1960. Sua desapropriação era uma das principais bandeiras do movimento dos/as trabalhadores/as rurais e, para pressionar o poder público, ocuparam-na em 1963, o que aumentou o temor dos fazendeiros, que acreditavam que esse evento poderia ser o sinal de uma onda de ocupações de outras fazendas na região.

²³ In: LUTA pela terra leva Exército a Valadares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 73, n. 32, p. 1, 7 fev. 1964. Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/49611>. Acesso em: 30 maio 2021.

Oswaldo Lima Filho, ministro da Agricultura à época, inspecionou a Fazenda em fevereiro de 1964 e anunciou a desapropriação em favor dos/as trabalhadores/as. Nesse período, outras autoridades, como João Pinheiro Neto, superintendente da Superintendência da Política Agrária (SUPRA), e o deputado Israel Pinheiro Filho (PSD), também visitaram a área, indicando que outras terras também poderiam ser desapropriadas, como as fazendas Grã-duquesa de Luxemburgo e Frigorífico Anglo.

Aflitos por esses indicativos governamentais e pelo grande número de trabalhadores/as mobilizados/as, os fazendeiros da região previam um grande fluxo de ocupações e desapropriações, assim como eram atormentados pelo “fantasma do comunismo”. O ápice dessa tensão ocorreu no dia 30 de março de 1964, quando latifundiários se dirigiram fortemente armados até a sapataria de Chicão, sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, onde estavam reunidos alguns trabalhadores, e atiraram contra o sindicato, dando início a um longo tiroteio. Assim, em Governador Valadares, as forças repressivas, que se articulavam, tiveram vazão um pouco antes do fatídico “31 de março”, dando impulso a ações que se seguiram em várias regiões. Depois do ataque ao sindicato, as mobilizações de trabalhadores/as foram violentamente interrompidas, sendo muitos/as trabalhadores/as perseguidos, presos e assassinados²⁴.

A Fazenda do Ministério, cuja desapropriação foi interrompida por esses acontecimentos violentos, tornou-se, ainda mais, um símbolo da força dos fazendeiros. Essas terras públicas foram por eles utilizadas livremente, sem constrangimento. Da mesma maneira, as lembranças

²⁴ Para mais informações sobre esse acontecimento e as violações nesse período, ver: o Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017).

sobre o massacre no sindicato ecoaram nas memórias da região, amedrontando os/as trabalhadores/as rurais, a imprensa, políticos e demais atores e atrizes que pudessem se opor aos interesses desses latifundiários e seus aliados.

Os conflitos pela terra na região praticamente somem de vista após o Golpe. As poucas mobilizações que persistiram, rapidamente reprimidas, buscavam não chamar atenção e deixaram poucos rastros. Essa região ficou por muito tempo marcada pela intensidade dos conflitos de março de 1964, sendo identificada como um espaço arriscado, propício para novas “agitações”, o que provocou, por um lado, muito controle estatal e, por outro, precaução daqueles/as que, de alguma forma, destoavam dos interesses do Regime.

Duas figuras marcantes, opostas nesse conflito, também parecem não ter sido esquecidas. O líder camponês Chicão se tornou uma lenda e seu paradeiro era pouco conhecido na época. Muitos acreditavam que ele havia morrido no ataque ao sindicato, outros que tinha escapado e, para alguns, estava tramando um poderoso contra-ataque, o que causava apreensão nas elites regionais.

Chicão escapou do conflito no sindicato e ficou no Rio de Janeiro até 03 de outubro de 1965, quando foi para a Bulgária com o apoio do PCB. Lá permaneceu por cerca de dois anos, estudando Economia Política na Universidade de Sófia, sem concluir o curso. Por discordâncias, foi expulso do PCB e da Bulgária em 1967. Nesse momento, passou a viver em países da América do Sul, principalmente Uruguai e Chile, sempre sob suspeita de participação em “movimentos subversivos”.

Ao que tudo indica, Chicão retornou ao Brasil em várias ocasiões, geralmente conseguindo ficar por pouco tempo em vista dos riscos de ser identificado. Encontramos indícios de que utilizou o nome Manoel

Raimundo da Silva em grande parte do tempo em que esteve escondido. Viveu por certo tempo no Paraná e Rio Grande do Sul, onde foi preso e interrogado pelo DOPS em 1971, sendo solto, por falta de provas, pouco tempo depois. Em seguida, retornou para o Uruguai. Porém, continuou circulando e vivendo em outros países na América do Sul até seu retorno ao Brasil em 1979.

As possíveis atuações desse camponês, especialmente no Brasil, eram percebidas como um risco pelas forças de repressão, que buscavam mapear seus passos. Ainda que no campo das ideias, Chicão parecia representar um risco, pois qualquer declaração sua veiculada pela imprensa causava grande incômodo nas autoridades do Regime Militar, mesmo muitos anos depois de sua fuga²⁵.

Do outro lado, o Coronel Pedro Ferreira Santos, fazendeiro lembrado como o mais violento entre aqueles que participaram daquele ataque ao sindicato de Governador Valadares²⁶, continuou atuando por muito tempo na região, representando a força inabalável dos latifundiários e da repressão policial. Pedro Ferreira era homem respeitado, tido como inabalável e de “corpo fechado”. Segundo a lenda, havia matado, usando métodos pouco ortodoxos, tantos bandidos quanto fios havia em seu “grosso bigode”.

Coronel Pedro Ferreira reunia, em sua identidade pessoal, dois atributos que representavam as forças que subjugavam os/as trabalhadores/as rurais mobilizados/as. Isto é, ele era fazendeiro e policial. Assim, detentor dessas posições, simbolizava o poder econômico,

²⁵ Para mais informações sobre o conflito em Valadares, suas lideranças e desdobramentos ver: Zangelmi (2022).

²⁶ Alguns depoimentos interessantes sobre esse conflito podem ser vistos no documentário da TV Assembleia de Minas Gerais, “Na Lei ou na Marra” (2014). Disponível em <<https://youtu.be/eiZW-5BOeqg>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

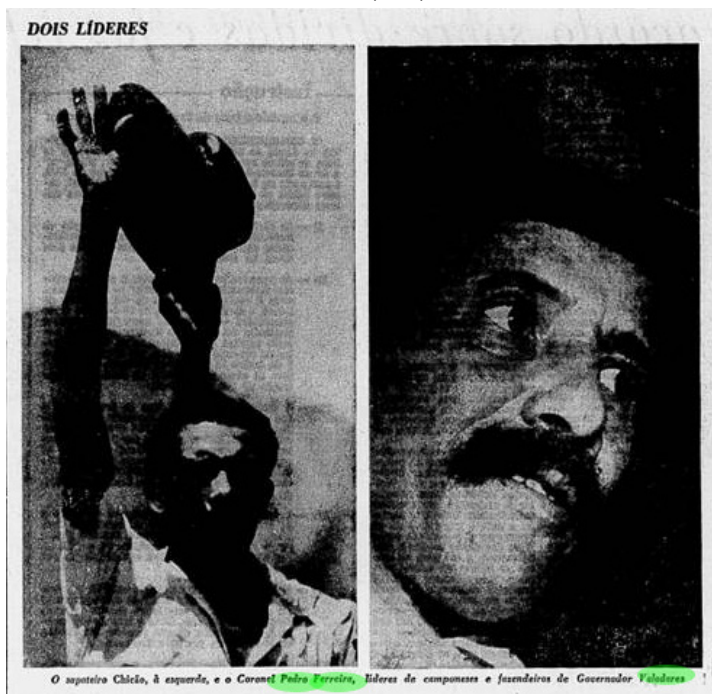
político e social desses grupos, assim como era reconhecido como executor direto de ações que ratificavam o *status quo* continuamente.

A bravura e a invulnerabilidade, marcadas respectivamente por seu “bigode grosso” e pelo “corpo fechado”, foram suas características mais lembradas e, talvez, eram as que possuíam maior poder de intimidação sobre uns e o fascínio sobre outros²⁷. Coronel Pedro Ferreira vencia seus adversários, não importando os métodos, ou melhor, nessa narrativa importava que seus métodos não encontrassem limites na lei ou valores morais humanitários. Ou seja, sua obstinação na eliminação dos inimigos do latifúndio estava acima de qualquer constrangimento, sendo por isso muito valorizada²⁸.

²⁷ Esses sentimentos alimentados por figuras emblemáticas não são exclusividade das forças conservadoras, como podemos ver nas memórias sobre Saluzinho. No entanto, esse “herói dos posseiros”, de grande valentia e pontaria, ficou marcado como símbolo da luta dos fracos contra o poder dominante.

²⁸ Sem nos alongar, queremos destacar como o Brasil, no momento da escrita desse livro, está marcado pelo avanço de forças conservadoras, notadamente amparadas em valores similares a esses. Para dados atualizados, vale conferir os dados parciais de conflitos no campo no Brasil em 2021, no relatório elaborado pela CPT, “Violência contra a Ocupação e a Posse”, disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5890-cpt-partial-data-violence-against-occupation-and-land-tenure-murders-of-landless-people-and-deaths-as-a-result-of-conflicts-soar-in-2021>>. Acesso em: 21 jan. 2021. Por fim, para dados sobre os massacres no campo desde 1985 até os dias atuais, vale conferir a página mantida também pela CPT, “Massacre no campo”, disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/massacresnocampo#massacres>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FIGURA 6 – CHICÃO, À ESQUERDA, LÍDER DOS/AS CAMPONESES, E CORONEL PEDRO FERREIRA, LÍDER DOS FAZENDEIROS EM GOVERNADOR VALADARES. FOTO “JORNAL DO BRASIL” (1964)



FONTE: DOIS... (1964, p. 4)²⁹.

À época, começavam a surgir notícias que confirmavam que Chicão estava exilado no exterior, baseadas em poucas informações, fragmentadas, que acompanharam o sindicalista até seu retorno na mobilização pela Lei de Anistia, em 1979.

²⁹ In: DOIS líderes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 73, n. 41, p. 4, 20 fev. 1964. Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/49942>. Acesso em: 30 maio 2021.

FIGURA 7 – CHICÃO EM 1979



FONTE: SINDICALISTA... (1979, p. 2)³⁰.

Apesar dessas referências às memórias de luta, percebemos como as mobilizações políticas concretas foram praticamente apagadas na região, especialmente entre os anos de 1969 e 1978, período de maior repressão. Por outro lado, muitas forças de oposição que não fomentaram o conflito nesse período foram fundamentais para a emergência de novas lutas em contextos mais favoráveis, nas décadas de 1980 e 1990. No que se refere à região de Governador Valadares, nesse período de abertura política, houve crescente atuação do movimento sindical, do

³⁰ Fotografia de Chico Ybarra. SINDICALISTA rural aciona União para indenizá-lo por tortura que o inutilizou. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 185, p. 2, 10 out. 1979. Arquivo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/206620>. Acesso em: 30 maio 2021.

Partido dos Trabalhadores (PT) e de setores progressistas da Igreja Católica em mobilizações no campo.

Esse crescimento intenso estava ligado à forte atuação das CEBs em várias partes do estado, mobilizando um grande número de trabalhadores/as rurais em torno de reflexões que colocavam a desigualdade social, especialmente no campo, como problema, apontando os movimentos sociais e a participação política como caminho para sua superação. Dada a abrangência, o crescimento e a regularidade dessas ações, o *status quo* se via ameaçado e as forças policiais foram direcionadas para investigá-las de perto, sem, contudo, poder impedi-las. Dessa forma, as crenças religiosas foram articuladas no sentido do questionamento das relações de poder e do fomento à organização dos/as trabalhadores/as para o enfrentamento, sobretudo, através da disputa eleitoral, em clara convergência com as forças de oposição em ascensão.

Na década de 1980, as relações de poder haviam se transformado, em face da emergência de novas forças, ampliando as possibilidades para mobilizações populares e limitando as ações repressivas. Inicialmente, a disputa eleitoral parece ter despontado no horizonte das atrizes e dos atores mobilizadas/os na região. Porém, aos poucos, as mobilizações trabalhistas e a luta pela reforma agrária foram ganhando espaço. Essa tendência cresceu também em vista da atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que expandia suas ações do sul do Brasil para outros estados, em um processo de nacionalização. As ocupações de terra foram se difundindo, provocando o crescimento da expectativa sobre a realização de novas ocupações, em vários estados, dentre eles Minas Gerais.

Porém, esse estado era visto por muitos como espaço inerte para a realização desse tipo de ação. Alguns militantes consideravam que em Minas Gerais prevalecia o receio em se realizar ações mais radicais, como as ocupações. O que, de certa maneira, explicaria porque apenas em meados da década de 1980 as ocupações são iniciadas e somente em 1988 contaram com quadros do MST – mobilização tardia, quando comparada às ações em outros estados. Discutiremos esse processo com mais detalhes nos próximos capítulos.

Enquanto os Vales do Jequitinhonha e Mucuri já contavam com fortes mobilizações, no Vale do Rio Doce prevalecia a precaução. Destaca-se uma visita a Fazenda do Ministério, em 13 de novembro de 1989, por um grupo que pretendia iniciar um assentamento naquelas terras, o que não passou despercebido pela Polícia Militar e pelos investigadores do Serviço Nacional de Informação (SNI). Esse grupo era formado por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), deputados do PT, integrantes da CPT, da FETAEMG e do MST.

Vários atores buscavam negociar a destinação dessas terras para assentamento, principalmente para excedentes das ocupações do MST nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Porém, tudo indica que essas iniciativas não prosperaram naquele momento. Apesar de concedida como área experimental para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), relatos apontam que essas terras ainda eram utilizadas pelos fazendeiros, o que reforçava o temor dos/as trabalhadores/as rurais e a negligência das autoridades públicas em viabilizar sua destinação para assentamento. Além do uso material dessas terras, elas tinham um valor simbólico inegável para os poderosos da região.

As ocupações mediadas pelo MST foram tardias na região do Vale do Rio Doce, sendo iniciadas apenas em 1993, quando o movimento já apresentava grande força nacional. Acreditamos que essa demora não ocorreu por acaso, sendo reflexo dos antigos processos de luta e repressão intensa, assim como do forte silenciamento e acomodação nessa região durante os anos mais duros do Regime Militar. Vários atores e atrizes que participaram desse processo de ocupações, principalmente os/as militantes do MST, relataram as dificuldades para organizar ocupações nessa região, indicando o medo como principal causa e destacando o peso das lembranças sobre o conflito de 1964.

A primeira ocupação do MST na região ocorreu na Fazenda Califórnia, no município de Tumiritinga, em meio à grande apreensão dos/as trabalhadores/as mobilizados/as e a incredulidade da população da região, pois muitos não imaginavam que o poder dos fazendeiros da região poderia ser desafiado e, se fosse, as consequências seriam catastróficas. Isso, evidentemente, tornou o trabalho das lideranças muito mais complicado, que tiveram que desconstruir as antigas representações sobre a Fazenda do Ministério, ocupada em seguida, em 1994.

Assim, vários atores compreenderam essa ocupação como a retomada do antigo conflito e sua resignificação, no sentido de caracterizar a Fazenda como um direito das/os trabalhadoras/es, fruto de sua luta interrompida.

Esses processos de luta não foram fáceis para as/os militantes do MST e para as/os trabalhadoras/es rurais, sendo esses grupos submetidos a diversas formas de violência física e simbólica, como sabotagens, agressões, despejos, campanhas difamatórias etc. No entanto, dado o novo momento político e a força que o MST vinha adquirindo no Brasil,

especialmente na década de 1990³¹, o temor inicial foi suplantado pelo otimismo e esses dois assentamentos foram conquistados. A Fazenda Califórnia se tornou o Assentamento Primeiro de Junho, em 1996, e a Fazenda do Ministério se tornou o Assentamento Oziel Alves Pereira, em 1997.

Acreditamos que não foi por acaso que justamente a Fazenda do Ministério, pivô de um conflito traumático para os/as trabalhadores/as rurais mobilizados/as na região, tenha se tornado o foco principal dos movimentos de luta pela terra emergentes. Restabelecer os vínculos com os antigos conflitos, assim como atribuir a eles novos significados, era fundamental para derrubar as barreiras simbólicas que limitavam as políticas de assentamentos na região.

Existem, evidentemente, especificidades significativas entre os conflitos em torno das terras de Cachoeirinha e da Fazenda do Ministério. Os/as trabalhadores/as rurais já estavam em Cachoeirinha há décadas, havendo, assim, um direito prévio às terras. Diferentemente do caso da Fazenda do Ministério, no qual as significações sobre esse direito foram construídas no processo de mobilização, possibilitando que fosse ocupada. Em certa medida, essa diferença pode ajudar a entender porque a busca por essas terras permaneceu de forma mais direta e recorrente em Cachoeirinha, mesmo nos anos mais duros do

³¹ Prova disso é a realização da Marcha Nacional do MST em 1997, cuja culminância e término em Brasília, conforme descreveu Chaves (2000), foi “[...] uma das maiores manifestações públicas ocorridas na capital do Brasil. [...] uma caminhada de dois meses que percorreu a pé vários estados do país. [...] [uma] longa peregrinação [...] bem-sucedida [...] [conquistando] naquele momento a simpatia da opinião pública nacional. Simpatia testificada na afluência de pessoas à manifestação dos sem-terra no dia do encerramento de sua marcha, o que de certo modo autenticava pesquisa de opinião nacional que reconheceu legitimidade à reforma agrária, bandeira maior do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – o MST –, promotor do evento” (p. 13).

Regime Militar, sendo reocupada na década de 1980 pelos mesmos grupos de posseiros/as expulsos/as na década de 1960.

No que se refere às mobilizações pré-1964, os dois casos também diferem, pois em Valadares havia intensas lutas pelo menos desde o início dos anos de 1960, com forte organização do PCB e grande repercussão nacional. Já em Cachoeirinha, em Varzelândia, houve uma incipiente organização sindical, rapidamente interrompida pela expulsão em 1964, sem que houvesse duradoura interação com organizações e movimentos sociais emergentes naquele contexto.

Os desdobramentos das ações violentas decorrentes do Golpe de 64 e da repressão durante o Regime Militar também foram diferentes, pois as lutas em torno da Fazenda do Ministério foram fortemente dispersadas, deixando apenas suas imagens nas memórias silenciadas durante décadas. Já em Cachoeirinha houve mais continuidade na busca por aquelas terras, mesmo diante da forte repressão, inclusive com vários assassinatos de posseiros. Os/as posseiros/as expulsos demandaram aquelas terras através da imprensa, de autoridades, de redes de solidariedade, assim como pudemos identificar vários atores externos que buscaram potencializar essas lutas. Talvez por isso, o processo em torno de Cachoeirinha tenha sido retomado relativamente cedo, em 1981, sendo uma das primeiras ocupações de terra em Minas Gerais desde os anos de 1960. A Fazenda do Ministério foi novamente ocupada mais de dez anos depois, o que demonstra a dificuldade em reatar laços de significados desfeitos durante a forte repressão na região.

Por outro lado, existem pontos que aproximam os dois casos, como o fato de, mesmo em momentos diferentes, ambos terem contado com mobilização de organizações e movimentos sociais que buscaram inserir essas lutas específicas nas bandeiras mais amplas, como a da

reforma agrária, e contribuíram para manter essas terras no horizonte dos/as trabalhadores/as rurais envolvidos/as. Essas terras não foram esquecidas, memórias que atravessaram gerações, tanto pelo trauma decorrente da violência, quanto pela resistência cotidiana. Em decorrência desses enfrentamentos ao longo do tempo, as terras do Ministério e de Cachoeirinha adquiriram um valor simbólico enorme, sendo pontos de referência fundamentais para a retomada mais aberta dessas lutas no processo de abertura política.

2

IGREJA CATÓLICA, SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS E O MOBON

2.1 TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA CATÓLICA E OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

A Igreja Católica foi espaço fundamental de mobilização popular na luta pela terra em muitas regiões do país e teve papel crucial em Minas Gerais. A Instituição passou por transformações importantes entre as décadas de 1950 e 1970, quando se tornou mais permeável às reflexões sobre as condições de vida da população mais pobre. Algumas dioceses europeias, especialmente italianas, criaram seminários específicos (em Verona, por exemplo) voltados para o atendimento de países periféricos da África e da América Latina, enviando padres para várias regiões do Brasil. Esses missionários estavam fortemente influenciados pelas ideias que ganharam forma no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na Conferência de Medellín (1968)¹.

O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, abalizou maior abertura da Igreja aos leigos, ecumenismo, liturgia mais acessível etc. – mudanças que influenciaram profundamente no catolicismo latino-americano. Essa tendência se fortalece e se aprofunda com a II Conferência Episcopal, realizada em Medellín, na qual foi definida a “opção preferencial pelos pobres”. Em face da extrema desigualdade

¹ Sobre o impacto da Conferência de Medellín, vale a leitura de Godoy e Aquino Júnior (2017), sobretudo, os capítulos “Medellín: seu contexto em 1969 e sua relevância 50 anos depois”, escrito por Beozzo, e; “Movimentos de leigos”, escrito por Kuzma.

social do continente, parte significativa da Igreja Católica se voltou para a busca por transformações sociais e políticas.

Destaca-se o conjunto de ideias religiosas e políticas que ficou conhecido como Teologia da Libertação, difundidas na América Latina a partir do final da década de 1960. Ao articular valores religiosos e algumas correntes do marxismo, essa tendência buscou direcionar a Igreja Católica para a atuação contra as desigualdades sociais e econômicas. Essa perspectiva revestiu-se também de um forte cunho missionário e anticapitalista, relacionando uma crítica ao sistema a um comprometimento pessoal e coletivo, uma espécie de “devoção” intensa à causa dos mais pobres. Geralmente, os setores da Igreja que incorporaram essas ideias ficaram conhecidos como “progressistas” ou “liberacionistas”².

Assim, essa era uma parcela da Igreja Católica mais engajada no combate às desigualdades sociais, que se esforçava principalmente para desencadear processos de sindicalização de trabalhadores/as rurais, muitas vezes em movimentos como a Ação Católica (AC), a Ação Popular (AP), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento da Boa Nova (Mobon) etc.

A Ação Católica foi um movimento no interior de Igreja Católica – desenvolvido a partir das primeiras décadas do século XX, inicialmente na Europa, ramificando-se na América Latina – que visava congregar leigos/as³, aproximando essas pessoas da estrutura organizacional e das

² Para mais informações sobre essas mudanças na Igreja Católica e algumas formas de atuação no Brasil e em Minas Gerais, ver: Souza (1993), Lowy (1993), Theije (2002) e Zangelmi (2014).

³ A expressão “leigo/a” designa aqueles/as que possuem o papel de missionário/a dentro da Igreja Católica, mas que não fizeram votos religiosos. Em outros termos, são os católicos/as que não fazem parte do Clero. Embora o termo “leigo/a” no seu sentido comum seja um termo pejorativo – isto é, quem não possui conhecimento especializado em determinada área, visto como “ignorante” –, aparece no discurso tanto dos clérigos quando dos/as fiéis como uma qualidade, um *status* importante. Nas narrativas clericais, o termo “leigo/a” vinha sempre seguido da sua importância e dever, leigo/a é todo/a aquele/a que foi batizado/a e assume o compromisso de ser cristão/cristã.

atividades da Igreja. Esses grupos eram divididos em setores – como Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) –, considerados como instâncias preparatórias para a inserção na Ação Católica Geral.

Alguns integrantes da AC criaram a Ação Popular (AP) em 1962, uma organização de esquerda que, durante a Ditadura Militar, atuou clandestinamente e adquiriu novas concepções, principalmente maoístas e leninistas, afastando-se da Igreja Católica. Esse grupo, no início dos anos de 1970, passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML).

Esses movimentos estavam fortemente relacionados, na medida em que muitas de suas concepções se cruzavam e, em certos casos, eram formados pelas mesmas pessoas. Isso aconteceu também em relação ao Movimento de Educação de Base (MEB). Esse movimento, fundado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pelo governo federal, teve os objetivos de alfabetizar e conscientizar politicamente, principalmente através de escolas radiofônicas implantadas em várias regiões do Brasil, com base no método desenvolvido por Paulo Freire. Em Minas Gerais, a maior parte de seus integrantes eram membros da Ação Popular (AP), atuando também no processo de sindicalização rural.

Por outro lado, grande parte da Igreja Católica tinha forte caráter conservador, como se pode notar pelo apoio oficial ao Golpe de 1964 e aos primeiros anos do Regime Militar. O pensamento anticomunista possuía grande penetração entre os clérigos, bem como havia entre

certos setores do Clero, a crença de que o governo realizaria medidas distributivistas⁴.

Em 1968, diante do endurecimento da repressão com o AI-5, a CNBB mudou sua postura. Todavia, dada sua organização ramificada, a base apresentou grandes variações regionais, desde o apoio incondicional ao Regime Militar – defendendo a repressão violenta –, até uma oposição incômoda e persistente, que deu base para o surgimento de novos movimentos inspirados na Teologia da Libertação. Assim, em cada lugar, a atuação da Igreja era diferente, a depender das perspectivas que orientavam padres e arcebispos responsáveis pelas dioceses e paróquias.

Assim, os governos militares também buscaram tutelar as organizações sindicais, tirando sua capacidade de mobilização, voltando-as para atividades burocráticas e assistenciais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade de representação nacional criada em 1963, foi alvo das ações de repressão e tutela. Apesar disso, em várias circunstâncias, foi mediadora importante entre trabalhadores/as e o Estado, bem como articulou os sindicatos que existiam e, gradativamente, ao longo dos anos 1970 e 1980, foi espaço de denúncia e de resistência importante, dando base para as futuras lutas pela democracia e dinamizando os novos conflitos no campo.

A relativa dependência dessa organização em relação ao Estado garantiu também aos sindicatos estabilidade financeira e acesso direto à população, elementos que foram muito importantes posteriormente. Isso possibilitou a criação de uma larga estrutura física e administrativa que, com a posterior abertura política e o surgimento de novos grupos

⁴ Sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil nesse contexto, ver: Novaes (1997).

mobilizados, contribuiu muito na organização da luta pela terra a partir da década de 1980.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), entidade sindical filiada à CONTAG, foi fundada em 1968 apenas com o número mínimo necessário de sindicatos associados. Quer dizer, cinco sindicatos legalmente reconhecidos: Poté, Esmeraldas, Araçuaí, Brumadinho e Três Pontas, municípios relativamente dispersos no estado, o que dificultava articulações regionais. No entanto, sua fundação marca uma nova etapa para a organização do movimento sindical de trabalhadores/as rurais, constituindo-se como uma representação institucional mais geral desses/as trabalhadores/as em Minas Gerais.

Os Círculos Operários Cristãos, mais alinhados ao Regime Militar, tinham predominância na organização da Federação nesse período, porém grupos como o PCB e a AP também possuíam influência nas decisões. Assim, de forma geral, a reforma agrária e um sindicalismo de oposição ao Regime ficavam à margem na organização que evitava atuação direta em ações mais radicais, que poderiam ser alvo da repressão – atuando dentro dos limites legais.

É importante notar que essa atuação não significava, necessariamente, adesão, apoio ou perfeito alinhamento aos valores do Regime Militar. Muitas dessas lideranças sindicais buscaram, sem chamar atenção, atuar nas brechas desse Regime, em prol das lutas de trabalhadoras/es rurais, dando apoio jurídico, denunciando arbitrariedades, pressionando autoridades etc. Evidentemente que esse tipo de atuação, em muitos casos, reforçava o poder dominante, mas, em outros, pôde também abrir caminhos para algumas conquistas.

A FETAMEG, durante o Regime Militar, atuou principalmente fornecendo assistência médica, odontológica e previdenciária às/aos trabalhadoras/es, muitas vezes sendo vista por estas/es como um setor do governo. Em situações de conflito, como nas disputas por terras, a organização buscou realizar acordos e fornecer algum apoio jurídico às/aos trabalhadoras/es, assim como eventualmente denunciava as arbitrariedades sofridas. No entanto, era raro o questionamento explícito do *status quo*, assim como eram poucas as ações que tinham como foco a defesa da reforma agrária. Por outro lado, apesar dos evidentes limites políticos, esse enquadramento aos interesses governamentais possibilitou à Federação se estruturar, ramificar-se e ter acesso direto à população – condições fundamentais redirecionadas para novas lutas.

No final da década de 1970 e início de 1980 são formadas oposições sindicais que buscam renovar os quadros dirigentes dessas organizações, encabeçadas principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como parte da luta pela redemocratização das instituições políticas nacionais, esses novos/as atores e atrizes buscavam uma atuação mais aguerrida das entidades, especialmente em defesa da reforma agrária. Juntamente com os setores progressistas da Igreja Católica, em ascensão nesse momento, essas oposições sindicais deram base para a criação de novos movimentos.

Composta por novas forças, a FETAEMG se envolveu mais diretamente nas lutas pela terra, fomentando e apoiando a resistência de trabalhadores/as e as ocupações de novas terras, assim como intensificou sua atuação nas lutas de trabalhadores/as assalariados/as⁵ e na

⁵ Destaca-se a greve de trabalhadores da agroindústria canaveira de Passos, como importante momento de luta por melhores salários e condições de trabalho no campo.

educação sindical⁶. Os sindicatos, progressivamente, foram se tornando espaços de questionamento das relações de poder no meio rural, estimulando sentimentos de injustiça contra a exploração dos latifundiários e inculcando noções de direitos, em convergência com a bandeira mais ampla pela reforma agrária.

Grande parte dessas mudanças foi estimulada pela presença de assessores educacionais no interior das organizações sindicais, trazendo novas perspectivas. No final dos anos de 1970 e início de 1980, a CONTAG e as federações, contrataram um número significativo de assessores/as educacionais, principalmente acadêmicos/as, que passaram a atuar ao lado dos assessores/as jurídicos/as.

A contratação dessas pessoas estava ligada tanto à busca por uma maior inserção da Federação no espaço político, quanto à sua maior ramificação por toda a estrutura sindical. Assim, os quadros dirigentes atuavam buscando realizar duas tarefas. Uma tarefa “para cima”, analisando a conjuntura econômica e política, sistematizando as demandas e produzindo documentos para interlocução com o Estado. E outra, “para baixo”, visando formação política através de projetos educacionais dirigidos aos sindicatos.

Esses/as assessores/as educacionais, por um lado, passaram a trazer o instrumental acadêmico para compreender a situação dos/as trabalhadores/as rurais e as ações sindicais, contribuindo para que essas ações fossem pautadas também por esse embasamento. Por outro lado, passam a levar os problemas sindicais para o espaço da universidade, ampliando e aprofundando os estudos sobre essa temática.

⁶ Parte dessa educação era desenvolvida pela FETAEMG em Delegacias e Polos Regionais, que visavam ampliar e legitimar ações junto à base e formar lideranças.

Realizando cursos de forma descentralizada, em várias regiões de Minas Gerais, os/as assessores/as educacionais visavam politizar e renovar os quadros de dirigentes sindicais locais, “lubrificar” as relações da base com os sindicatos e a Federação. Também buscavam um movimento sindical mais voltado para a diversidade das lutas, para além das lutas das/os assalariadas/os, atentando-se para a questão do acesso à terra. Esses objetivos, muitas vezes, passavam pelo incentivo à formação de oposições sindicais nesses contextos, visando a renovação dos quadros de dirigentes sindicais locais.

Por um lado, o acompanhamento intensivo em cada localidade trazia certo controle por parte da Federação em relação às ações dos/as sindicalistas de cada região. Por outro, o modelo descentralizado permitiu a expressão da variedade de demandas do movimento sindical em Minas Gerais, favorecendo o desenvolvimento de uma multiplicidade de concepções e estratégias de luta no interior da própria Federação. Essa pluralidade, que se expressava através das ações dos/as assessores/as e orientadores/as – muitos/as deles/as influenciados/as pelos pensamentos do PT, da CUT e da CPT – gerava fortes tensões, inclusive com diretores da FETAEMG, que mantinham vínculos com as formas de atuação institucional, mais burocráticas e assistenciais, forjadas nas décadas anteriores.

Essas tensões, que demonstram a crescente heterogeneidade do movimento sindical nesse período, chegaram ao ponto do rompimento, ainda na década de 1980, quando grande parte dos/as assessores/as foi dispensada. porém indicam um processo de renovação bem mais amplo que esses dirigentes não puderam evitar.

FIGURA 8 – “FORA PELEGO”: CARICATURA NO “JORNAL SEM-TERRA” (1987)



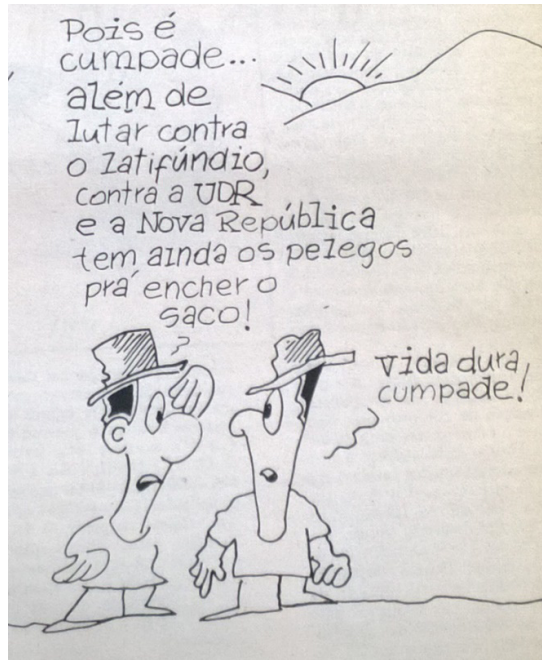
FONTE: RUBENS (1987, p. 5).

FIGURA 9 – SINDICATO PELEGO, BASTA! CARICATURA NA CARTILHA “O REGADOR” DA CPT (1984)



FONTE: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT] (1984).

FIGURA 10 – A LUTA E OS PELEGOS: CARICATURA NO “BOLETIM PÉ NO CHÃO” (1987)



FONTE: BOLETIM PÉ NO CHÃO (1987, n. p.).

2.2 O MOBON E O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS

Uma das importantes facetas do avanço das forças progressistas na Igreja Católica se deu na grande disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) por várias regiões. Esses grupos reuniam clérigos e leigos e leigas em reflexões sobre as relações de poder, desigualdades sociais e noções de direitos, dentre eles o direito à moradia e ao trabalho na terra, em oposição à concentração fundiária. As CEBs eram espaços de articulação entre elementos religiosos e políticos, conferindo legitimidade e força para as mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras nas décadas de 1970 e 1980. A Igreja Católica possuía uma larga estrutura física e organizacional, assim como grande

legitimidade moral junto à população pobre, elementos esses que foram fundamentais para o engajamento nas lutas em ascensão.

Nesse mesmo sentido, a criação da CPT, em 1975, foi momento relevante no fortalecimento das lutas existentes⁷ e na criação de novos caminhos na luta pela terra. A CPT baseava sua atuação na ideia de fazer valer a “função social da terra”. Em outras palavras, a organização advoga que a terra deve servir, prioritariamente, ao bem-estar social, opondo-se à noção de terra como simples mercadoria⁸. Assim, especialmente através das CEBs e da CPT, setores progressistas da Igreja atuaram diretamente para fomentar o surgimento de novas lideranças e movimentos, assim como novas estratégias de luta que pudessem alcançar os trabalhadores/as a um novo patamar de luta por direitos e pela reforma agrária, como bem simboliza o desenho da capa de uma das cartilhas de formação organizadas pela CPT, “O Regador” (nº 1) de novembro de 1984.

⁷ A FETAEMG e a CPT tiveram importante papel no fortalecimento de lutas de trabalhadores/as travadas há décadas, como vimos no caso de Cachoeirinha. Nesse período, destaca-se também o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de cada um desses grupos atuar de formas e em espaços diferentes, muitas vezes eram compostos pelas mesmas pessoas. Ou seja, era muito comum que uma mesma pessoa fosse, ao mesmo tempo, liderança ou membro da CEBs, da CPT, do PT e, posteriormente, do MST.

⁸ Para mais informações sobre a história e atuação da CPT, ver: Poletto (2010).

FIGURA 11 – CAPA DA CARTILHA ORGANIZADA PELA CPT, “O REGADOR” (1984)



FONTE: CPT (1984).

As ações progressistas/liberacionistas de atores ligados à Igreja Católica impulsionaram diversos movimentos, com suas diferentes bandeiras e estratégias de luta contra as injustiças sociais no campo. Dependendo da região e dos atores e atrizes locais envolvidos/as, essas forças contribuíram para dar vazão a diversas mobilizações, como a criação de sindicatos, as lutas por direitos trabalhistas, as ocupações de terra, a formação e projeção de lideranças comunitárias ao poder político/institucional, etc.

Destacamos, a seguir, o desenvolvimento do Movimento da Boa Nova (Mobon)⁹ e do MST em Minas Gerais. Mobilizações reveladoras tanto das amplas forças populares em ascensão, quanto de suas diferentes facetas em cada contexto local. Consideramos que, em sua diversidade, esses movimentos revelam um mesmo processo de fortalecimento e expansão da organização das/os trabalhadores/as rurais e de suas possibilidades de interação com o poder público.

O Mobon foi formado, em fins da década de 1960, na Diocese de Caratinga-MG, e seus propósitos estavam embasados em desdobramentos das concepções advindas das resoluções do Concílio Vaticano II, que destacava a valorização da formação dos/as leigos/as na Igreja Católica. Ele se estabeleceu com o desígnio de valorizar e estimular a participação dos/as leigos/as nas atividades religiosas de suas paróquias e comunidades que estavam em processo de formação.

Cada comunidade tinha sua capela de referência e muitas dezenas delas foram formadas em função desse trabalho de evangelização, como a capela “Grande Sol”, na zona rural de Tarumirim-MG, abaixo.

⁹ Cujo aprofundamento sobre sua história e desenvolvimento, em uma ampla diversidade de enfoques, pode ser encontrado na leitura de Araújo (1999); Comerford (2001, p. 222-309); Costa (2009); Gomes e Andrade (2011); Oliveira (2012); Silva (2019); Rabelo (2019) e Teixeira (2020a).

FIGURA 12 – FOTO DE CAPELA DE COMUNIDADE RURAL DE TARUMIRM-MG



FONTE: Os autores (2011)¹⁰.

O Mobon foi formado pelos Missionários Sacramentinos¹¹, Alípio Jacinto da Costa e João da Silva Resende que permanecem atuantes até os dias atuais.

¹⁰ Foto de Fabrício R. C. Oliveira, tirada em pesquisa de campo, em 2011.

¹¹ Isto é, missionários vinculados às Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, congregação religiosa da Diocese de Caratinga, fundada em 1929 pelo padre, vindo da Bélgica, Júlio Maria de Lombaerde.

FIGURA 13 – ALÍPIO JACINTO DA COSTA, MISSIONÁRIO SACRAMENTINO
FUNDADOR DO MOVIMENTO DA BOA NOVA



FONTE: ARQUIVO DO MOVIMENTO DA BOA NOVA [MOBON] (s. d.)¹².

¹² Fotografia cedida por Alípio Jacinto da Costa.

FIGURA 14 – JOÃO DA SILVA RESENDE, MISSIONÁRIO SACRAMENTINO
FUNDADOR DO MOVIMENTO DA BOA NOVA



FONTE: ARQUIVO DO MOBON (s. d.)¹³.

O trabalho de formação de lideranças religiosas católicas e comunidades se consolidou em meados da década de 1970. Nesse período, missionários, padres e leigos/as se mobilizaram para construir um centro de formação religiosa, a Casa do Mobon. Embora o Mobon tivesse cursos nas diversas paróquias e localidades de atuação, um centro de

¹³ Fotografia cedida por João Resende.

cursos, que fosse silencioso e adequado às atividades de reflexão e formação mobilizou as comunidades¹⁴.

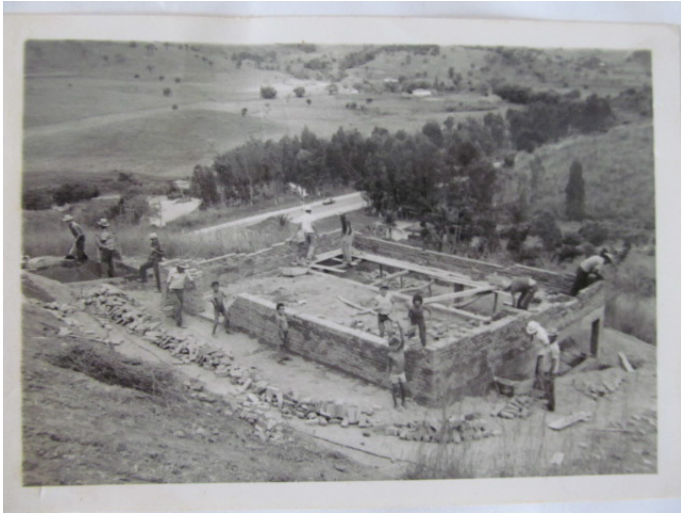
FIGURA 15 – LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DE CONSTRUÇÃO DA CASA DO MOBON EM MEADOS DA DÉCADA DE 1970



FONTE: ARQUIVO DO MOBON (s. d.).

¹⁴ Para saber mais sobre a Casa do Mobon vale ver: Oliveira (2019) e Teixeira e Rabelo (2019).

FIGURA 16 – ETAPA INICIAL DE CONSTRUÇÃO DA CASA DO MOBON
EM MEADOS DA DÉCADA DE 1970.



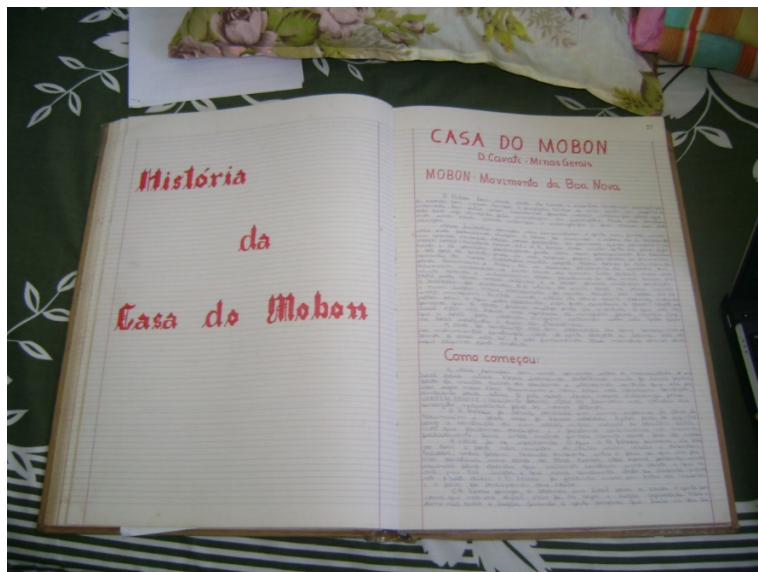
FONTE: ARQUIVO DO MOBON (s.d.).

FIGURA 17 – FOTO AÉREA DA CASA DO MOBON EM PLENO FUNCIONAMENTO



FONTE: ARQUIVO DO MOBON (s. d.).

FIGURA 18 – FOTO DO MANUSCRITO QUE CONTA A HISTÓRIA DO CENTRO DE CURSOS DO MOVIMENTO, “HISTÓRIA DA CASA DO MOBON”



FONTE: Os autores (2009).

O Mobon atuava com foco em uma religiosidade em que os/as agentes faziam uma relação constante entre os acontecimentos relatados na Bíblia e a forma como viviam, assumindo um compromisso de organização e mobilização para promover melhorias sociais em suas comunidades¹⁵.

Nesse contexto, não havia oposição explícita ao Regime Militar, mas, suas reflexões caminhavam para o fortalecimento da organização popular de base, o que foi fundamental para futuras lutas, mais explícitas, contra o *status quo*. Segundo Oliveira (1992, p. 44), a partir de fins da década de 1960, a repressão se generalizou: “[...] não são mais padres e leigos – individualmente considerados – os acusados de subversão, é a

¹⁵ Os trabalhos de Teixeira (2020a) e Rabelo (2019) são muito importantes para a compreensão dos desdobramentos dos cursos do Mobon.

Igreja enquanto instituição que se torna suspeita de infiltração comunista”.

Em 1969, o Comitê Central da CNBB condenou a postura dos militares que tentaram aplicar a pena de morte contra possíveis terroristas e desencadeou uma campanha pública contra a pena capital. Como descreveu Serbin (2001), “[...] a Igreja construiu um amplo perfil público e político de ‘voz dos que não tem voz’, praticamente a única instituição capaz de contestar a ditadura” (p. 106).

Muito dessa capacidade de mobilização se devia à presença da Igreja Católica junto às camadas populares e também pela boa relação estabelecida com parcela significativa dos setores dominantes. Mesmo grupos mais conservadores repensavam a opção política de apoiar a Ditadura Militar, quando padres foram assassinados ou perseguidos e se falou de pena de morte. Por mais que setores da Igreja Católica estivessem de acordo com alguns propósitos do Regime, isso não incluía legitimar a morte de colegas de instituição ou concordar com a pena de morte.

Soma-se a isso o fato de a Igreja Católica ser uma instituição internacional, cujo poder escapava aos limites do Regime Militar brasileiro. A repressão contra seus integrantes no Brasil trazia, assim, repercussão e constrangimentos em outros países, especialmente da Europa, de onde advinham muitos de seus missionários. Segundo o estudo de Serbin (2001) sobre a relação entre a Igreja Católica e o Regime Militar, a relação entre os dois grupos se tornava cada vez mais difícil, porque membros da instituição criticavam a Ditadura e o poder da CNBB passou a ser de grupos mais progressistas. Em outras palavras:

[...] criticavam o regime nas missas, procissões, panfletos, declarações à imprensa e pronunciamentos oficiais. As condenações proféticas dos bispos foram um divisor de águas. Não constituíram apenas inovações teológicas, mas declarações com a intenção de atacar o regime politicamente. Assim que o poder na CNBB passou para os progressistas, antigos membros da ACB e outros militantes retomaram a atividade em movimentos políticos e religiosos (SERBIN, 2001, p. 107).

Estava em curso um processo de distanciamento entre a Igreja Católica e o Estado, mostrando que os grupos que se mobilizavam contra o Regime Militar ganhavam espaço na Instituição. A repressão contra agentes da Igreja Católica era intensa. Segundo Serbin (2001), em contagem parcial realizada pela instituição religiosa no período de 10 anos (1968-1978), documentou-se:

[...]a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes e numerosos casos de tortura, expulsões de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, indiciamentos, sequestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas de repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime, que iam desde reclamações contra suas atividades políticas até acusações de imoralidades sexuais. ‘Comunista’ era um dos adjetivos usados com mais frequência (SERBIN, 2001, p. 109).

As perseguições, torturas e acusações dos mais variados gêneros foram impostas a grupos da Igreja Católica, o que comprometia a boa relação entre as instituições. Não obstante, o Regime Militar procurava,

pela propaganda e através da tortura, obter reconhecimento e calar vozes dissonantes de seus objetivos.

A reflexão de Bourdieu (2007) sobre o campo político pode ser mobilizada aqui para evidenciar como a força de um grupo se manifesta, podendo se dar tanto pelo poder de mobilização de suas ideias, como pelo silêncio dos adversários. Como diria o próprio Bourdieu (2007, p. 185), “[...] pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo suas vozes ou reunindo-as no espaço”. O apoio da Igreja Católica à Ditadura seria custoso, pois muitos religiosos perderam amigos, amigas e parentes em função da repressão. Nesse caso, o argumento de defesa da família – muito utilizado pelos grupos mais conservadores – se tornava elemento fundamental de resistência.

Muitos religiosos, não só insatisfeitos com a repressão, mas também com a política econômica do governo, que favorecia a concentração de terra, sensibilizaram-se com as difíceis condições de vida no meio rural, espaço marcado pela crescente violência dos grandes proprietários, sobretudo, na região norte do país. Um exemplo do empenho do episcopado na questão agrária foi o lançamento de documentos em 1973 em apoio aos/às trabalhadores/as rurais. Como, por exemplo, “[...] os do Nordeste lançam *Marginalização de um povo: grito das igrejas*. Nesses documentos, a crítica do *desenvolvimentismo* aparece com toda sua força e com toda sua clareza (MARTINS, 1989, p. 53).

Segundo Poletto (2010), a formação da CPT se constituiu num evento de profunda importância na luta pela terra no Brasil e está relacionada à atuação de agentes à margem da Igreja Católica e a eventos importantes que legitimaram tais iniciativas:

É por isso que ao se falar da criação da CPT, nos anos 1974 e 1975, precisamos ter presente toda essa fermentação que vem de baixo e das margens das instituições eclesiais. São iniciativas respaldadas não apenas nas necessidades imediatas de solidariedade cristã, mas nas inspirações e orientações que emanaram do Concílio Vaticano II (1962-65), e da Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM) realizada em Medellín, em 1968 – que foi, para a região, como uma encarnação criativa do próprio Concílio. O Vaticano II e Medellín ofereceram fundamentos teológicos e pastorais a estas práticas renovadoras (POLETTTO, 2010, p. 141).

A formação da CPT estava relacionada à violência no campo e às desigualdades promovidas pelo Regime Militar. Com isso, destacava-se o estímulo para a formação da entidade, com participação fundamental de Dom Tomás Balduino:

[...] bispo de Goiás, que percorreu com sua equipe de assessoria diversas regiões do país para convocar esse encontro de bispos. As cartas episcopais foram assumidas por diferentes grupos de bispos, superiores religiosos e missionários, pessoas reconhecidas que dificilmente seriam atingidas de forma direta pela repressão (POLETTTO, 2010, p. 143).

Nesse sentido, Martins (1989, p. 25) afirma ser fundamental relacionar transformações na Igreja Católica às mudanças sociais. Há uma relação importante entre a forma com que o Regime Militar vinha tratando da questão agrária com a maneira com que agia a Igreja Católica no meio rural. Assim, o pesquisador entende que a forma conservadora e legitimadora da violência pelo Regime foi importante para a sensibilização dos grupos católicos. Para ele, a questão agrária se torna uma questão relevante para agentes religiosos, por se tornar, além de uma desigualdade econômica e social, uma “questão moral”. Quer dizer:

[...] não porque impeça o desenvolvimento do capitalismo, mas porque impede o desenvolvimento do homem. Isto é, brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano. É nessa brutalização que transparece a negação da sua humanidade. Em outras palavras, nessa ótica, a questão agrária não é apenas uma *questão econômica* e sim uma *questão moral*. Por ser uma questão moral é que vai se transformar numa questão política e vai levar ao confronto da Igreja com o Estado, particularmente após 1968 (MARTINS, 1989, p. 29).

Diante disso, Martins (1989) acredita que as questões éticas e pastorais se tornaram fundamentais:

Para o deciframento correto das posições da Igreja sobre a questão fundiária não parte do problema da propriedade para terminar na propriedade, mas começa em questões éticas, sociais, políticas e pastorais, passando pelo problema da propriedade, para terminar na dimensão do ético, social, político e pastoral. É na questão da concepção do *humano* que está a chave para decifrar a concepção da *propriedade* que orienta a pastoral. É por aí que se pode compreender porque até bispos intransigentemente conservadores podem aprovar e subscrever ‘documentos avançados’ sobre uma questão tão polêmica como é o da propriedade. Foi o que ocorreu na assembleia da CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil), em 1980, quando o documento *Igreja e Problema da Terra*, ao ser votado, teve apenas quatro votos contrários, apesar de condenar com clareza a propriedade da terra. E leve-se em conta que a conferência episcopal brasileira tem mais de trezentos bispos (MARTINS, 1989, p. 27).

É a questão humana e religiosa que enfatiza a necessidade de uma vida digna aos/às cristãos/cristãs, algo que, aparentemente auto-evidente, vai sensibilizar grupos conservadores para apoiar causas dos mais pobres. Mesmo que essas causas não representem uma ruptura do *status quo*, elas têm significado político relevante, pois a influência da

Igreja Católica é grande nos diversos estratos da sociedade brasileira.

Para Martins (1994, p. 14):

[...] numa situação limite, como a brasileira, e de outros países em situação histórica idêntica, a própria intenção conservadora se radicaliza e se transforma em arma de pressões por mudanças até profundas. Penso que é por esta via que se pode entender o papel singular da Igreja Católica no País, seu envolvimento e identificação com as potencialidades transformações das lutas populares no campo e na cidade.

A Igreja Católica brasileira foi considerada o principal expoente da “igreja dos pobres” na América Latina. Vários foram os/as leigos/as, religiosos, padres, bispos e teólogos que assimilaram os propósitos católicos e aderiram ao discurso de que deveriam ser agentes ativos no processo de transformações políticas e sociais do país, na articulação com sindicatos e movimentos sociais, ou mesmo na produção de uma vasta literatura militante sobre a Teologia da Libertação.

Até meados dos anos de 1980, as diretrizes hegemônicas da CNBB se orientavam pelos pressupostos dessa Teologia da Libertação, incentivando a formação de CEBs e dando forte suporte à organização das pastorais sociais¹⁶. Embora não tenha deixado de existir grupos católicos que apoiassem a Ditadura, a Igreja Católica se tornou uma das principais oposições ao Regime Militar. As bases das organizações populares e grande parte das oposições sindicais, “[...] que no final da década de 70 tiveram uma importância decisiva no processo de redemocratização eram formados por militantes das CEBs, ou das pastorais

¹⁶ Uma análise mais aprofundada sobre a assimilação da *igreja dos pobres* pela Igreja no Brasil encontra-se em Mainwaring (1989) e Theije (2002).

específicas (pastoral operária, pastoral da terra, etc.)” (ALMEIDA, 2000, p. 77).

Neste cenário de efervescência política, missionários do Mobon e lideranças religiosas focavam mais nas organizações locais, permanecendo ocupados com a organização de comunidades de base e a formação de lideranças católicas. Esta postura rendia disputas no campo religioso pela melhor forma de evangelização católica. Nesse contexto, os agentes do Mobon recebiam críticas dos agentes católicos que se empenhavam na formação de sindicatos e na mobilização político-partidária. Ou seja, o Mobon era criticado pela sua ausência em disputas do campo político. Como escreveu um dos fundadores do Mobon, Alípio Jacinto da Costa (2009):

Na década de 1970 já começaram a nos criticar. E críticas fortes. Diziam que nosso trabalho ensinava a rezar, mas não levava para a realidade social. O Frei Pedro, de Aimorés¹⁷, rejeitou nosso trabalho dizendo que era um trabalho com CARA DE PADRE. Fomos dispensados da Diocese de São Mateus em Ecoporanga¹⁸, Pinheiros e Montanha. O clero de São Mateus estava empenhado na questão social e nós atrasados. E eles não tiveram paciência de nos esperar (p. 28).

Nas localidades em que a militância política estava consolidada, os párocos usavam de sua influência para dispensar a atuação do Mobon, pois, na concepção destes, o Boa Nova não levava os/as leigos/as à realidade social. Melhor dizendo, como alegavam, não havia um empenho do movimento na formação de sindicatos e oposição à Ditadura Militar como desejado pelos grupos mais engajados.

¹⁷ O município de Aimorés está localizado no Vale do Rio Doce de Minas Gerais.

¹⁸ O município de Ecoporanga está localizado no noroeste do estado do Espírito Santo.

Uma questão que muito os incomodava era a crítica de que o Mobon “[...] ensinava a rezar, mas não levava para a realidade social [...]”. Até em nossas Assembleias diocesanas de Caratinga fomos criticados por estarmos ligados à espiritualidade e ausentes da questão social” (COSTA, 2009, p. 28). As críticas do clero local eram mais marcantes por serem feitas pessoalmente e sentidas na vida cotidiana, na região onde gozavam de reconhecimento pela atuação junto às comunidades e lideranças.

No município de Ipatinga-MG, muitos padres estavam engajados nas causas dos operários e, em fins da década de 1970, tiveram resistências em relação aos propósitos do Mobon. Como contou João Resende, também fundador do Mobon, “[...] como eles [de Ipatinga] achavam o pessoal [da Diocese] de Caratinga muito rezador proibiram nosso material lá” (informação verbal)¹⁹. Nessa cidade, muitos padres ficaram conhecidos como “padres vermelhos”, algo distante dos propósitos do Mobon. Entre meados da década de 1970 e início da década de 1980, as críticas se tornavam contundentes. Nos termos de Alípio, “[...] a questão de nossa ausência na questão social foi se tornando uma dor de dentes constante. Em nenhum momento forçamos a barra, entrando num caminho só porque estavam falando e nos criticando” (COSTA, 2009, p. 29).

Como se pode ver, essas críticas incomodavam os missionários, situação que é bem ilustrada pela metáfora da “dor de dentes constantes”. Assim, o Movimento da Boa Nova se via desafiado a converter o capital religioso em capital político. Agentes atuantes nos dois campos queriam agregar o Mobon às causas políticas. Carlos Mesters era uma importante liderança católica ligada à Teologia da Libertação no Brasil e era um dos

¹⁹ Entrevista com João Resende, concedida em outubro de 2009.

agentes que se aproximou do Mobon porque ministrava cursos bíblicos em Minas Gerais²⁰. Como sabia da importância dos trabalhos de comunidade para a Igreja Católica, não obstante, o frei o queria politicamente mais engajado. Mesters “[...] gostava e admirava muito nosso trabalho. Ele, envolvido com os movimentos sociais, nos incentivava a ‘passar a marcha’ como ele dizia. Disse a ele que um dia chegaríamos lá” (COSTA, 2009, p. 29).

Considerando o contexto de cerceamento à reunião e organização da população do Regime Militar, entendemos que o trabalho de estabelecer lideranças e organizar grupos executado pelo movimento já se constituía, por si só, uma atuação política. Todavia, o Mobon estava pressionado por diversos agentes para se inserir *mais diretamente* em questões políticas para além das comunidades. Ou seja, para além de fomentar o estabelecimento de agentes católicos/as como referenciais de uma comunidade, estimulando esses agentes a serem coesos, pensarem na coletividade, e serem engajados na busca pela melhoria da vida nas localidades onde moravam, os missionários, leigos e leigas vinculados ao Boa Nova eram cobrados a se envolverem nas disputas sindicais e político-partidárias.

Esse contexto de pressão para o engajamento sindical e político-partidário deixou explícita a tensão entre aqueles “mais políticos” e os “mais rezadores”. Esse contexto de críticas e tensões revela, concomitantemente, uma aproximação do Mobon com os agentes “mais políticos”, uma aproximação difícil e tensa, mas, fundamental para que

²⁰ A tese de doutorado de Denilson Mariano da Silva (2020) – pesquisador e missionário sacramentino que dá continuidade junto à Alípio e João Resende às ações do Mobon desde 1991 – é muito interessante e demonstra a dinâmica evangelizadora do Movimento da Boa Nova e seus processos de transformações.

o movimento tivesse contato com concepções religiosas mais propositivas de transformações sociais e fosse, assim, revendo seu posicionamento no campo religioso católico.

Uma estratégia utilizada por Carlos Mesters para aproximar o Mobon dos grupos politicamente mais engajados foi convidar Alípio para participar de um encontro para discutir questões bíblicas em Angra dos Reis-RJ, em fins da década de 1970. Esse evento não o sensibilizou para o engajamento político:

[...] estava um grupo forte e violento do então, MDB, o partido de esquerda que resistia aos militares da revolução de 1964. Na primeira oração da manhã foi colocada a figura de um homem atrás de uma grade. No lugar de leitura bíblica, de oração, como era nosso costume, aquele grupo caiu de pau nos governantes do Brasil, o presidente era Costa e Silva, e nos governantes dos Estados Unidos. E cada um queria falar mais que o outro e tudo numa fúria que dava medo (COSTA, 2009, p. 29).

A distância do campo político era evidente. Alípio estava acostumado, nos encontros do Mobon, com os leigos e as leigas em constante orações. Assim, esse encontro redundou numa situação tensa e das mais difíceis, sendo incapaz de sensibilizar o missionário para as “causas políticas”. Alípio se viu em uma situação difícil. Como relata:

Aquele grupo furioso, queria, de qualquer jeito, salvar os pobres. Defendê-los contra as injustiças dos governantes. Todo mundo estava errado. Eu não abria a boca sem ter e nem saber o que dizer. Não se falava em Deus e nem em oração. O assunto era a luta contra as injustiças (COSTA, 2009, p. 30).

Ele se decepcionou porque “não se falava em Deus ou oração”. O debate lhe era estranho, estava “mudo e sem graça”, algo diferente dos encontros comunitários em que tanto se investia nos debates e na

perspectiva de que todos e todas falassem. O efeito do encontro foi inverso ao desejado por Carlos Mesters:

[...] seria normal, se alguém destes “amorosos” dos pobres tentasse pelo menos conversar em particular com esse desgarrado do grupo, buscasse um diálogo que o ajudasse a se integrar naquele ambiente. Não, muito pelo contrário. Esse alguém isolado não era convidado nem pra jogar uma partida de baralho. Quem não entrasse na deles era posto na geladeira. Eu ficava observando aqueles senhores “heróis” defensores dos pobres, bem vestidos e nutridos que de pobres não tinham nada. E de amor ao próximo, muito menos (COSTA, 2009, p. 30).

As pessoas que participavam do Mobon estavam acostumadas com um ambiente comunitário, de diálogo e de amizade, em que se procura agregar todas as pessoas e estimular opiniões numa linguagem popular. Eventos mais “politizados” se diferenciavam muito dos cursos do Mobon – cuja abordagem pastoral, narrativa e formativa ao longo dos anos pode ser consultada nos “Cadernos de Dona Cora”²¹. Dessa maneira, o objetivo de politizar Alípio para que este pudesse conduzir as “bases” ao engajamento se viram frustradas. Dificilmente as lideranças do Mobon, naquele momento, identificar-se-iam com os/as militantes fazendo críticas às injustiças sociais e políticas se estes discursos não contivessem argumentos bíblicos e orações.

²¹ Isto é, cadernos de registro dos cursos manuscritos por Cora Furtado Melo, de Iapu-MG, que anotou cuidadosamente o conteúdo que era escrito no quadro e as respostas construídas pelos grupos de discussão formados durante os cursos e, algumas vezes, seus sentimentos em relação ao acontecido, bem como arquivou os livros distribuídos pelos missionários, desde 1970 até 2009. Esse material está digitalizado e disponível para consulta pública no site do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre Movimentos Sociais no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP-CPDA/UFRJ). Disponível em: Caderno 1: <http://www.nmspp.net.br/dona_cora/caderno1/>; Caderno 2: <http://www.nmspp.net.br/dona_cora/caderno2/>; Caderno 3: <http://www.nmspp.net.br/dona_cora/caderno3/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FIGURA 19 – FOTO DO “CADERNO DE DONA CORA” COM REGISTROS DE CURSOS DO MOBON ENTRE 1970 E 1976, CUIDADOSAMENTE FEITOS PELA LEIGA ATUANTE, CORA FURTADO MELO, DE IAPU-MG



FONTE: ARQUIVO DO NMSPP-CPDA/UFRRJ (s. d.).

Outra situação que reforça este argumento é o registro de Alípio sobre um curso de reflexão pastoral, realizado na Guatemala. Ele ouviu a palestra de um sacerdote mexicano, “[...] jovem e muito bem preparado sobre a situação econômica do mundo. Este também só falou de luta e não quis saber de oração. Não se tocou no tema fé e nem em Deus” (COSTA, 2009, p. 30).

Havia uma diferença substancial entre o que desejava o Mobon – imerso quase exclusivamente nas lógicas do campo religioso – e os agentes mais engajados no campo político. Os missionários do Mobon

se consideravam fazendo um trabalho de religiosidade mais legítima, deixando subtendida uma crítica aos grupos religiosos politicamente mais atuantes, que não rezavam e/ou não falavam de Deus.

As críticas e os contatos com pessoas e grupos católicos mais “politizados” – como Carlos Mesters – foram, aos poucos, desencadeando um processo de transformações nos missionários e nas lideranças leigas. Por mais que não se convencessem “de primeira” a respeito do engajamento no campo político, as pessoas vinculadas ao Mobon tomavam contato com novas visões de mundo. A partir de então se iniciaram as transformações no movimento. Para João Resende, aos poucos, eles foram:

[...] entendendo que essa fé exigia uma atuação, mas não entrou muito na questão da política não, entrou mais na questão social, sindicato, 1975 mais ou menos, a fase do sindicato. Como é que nós vamos viver a nossa fé se a gente não se organiza, o trabalhador, sobretudo, trabalhador rural que está aí a mercê de ninguém? (informação verbal)²².

O Mobon iniciava um processo de transformações que o aproximava das organizações sociais e políticas. Os/as membros/as do Mobon começaram a assumir propósitos mais políticos lentamente, dia-a-dia, e sem um rumo pré-estabelecido pelos agentes do movimento. Isso se deu, de maneira mais intensa, a partir de meados da década de 1970. Todavia, a guinada mais forte para o campo político se sentiu, sobretudo, na década de 1980.

²² Entrevista com João Resende, concedida em outubro de 2009.

FIGURA 20 – FOTO DO BANNER PRESENTE EM UM DOS CORREDORES DA CASA DO MOBON: “ENCONTRO BÍBLICO COM CARLOS MESTERS NA CASA DO MOBON”, 1 A 3 DE OUTUBRO DE 1979, EM DOM CAVATI-MG



FONTE: Os autores (2018).

Os agentes católicos mais engajados em propósitos mais combativos no campo político, bem como os agentes locais, mais engajados na luta por organizações mais institucionalizadas para promover transformações sociais, contribuíram para a aproximação entre os grupos mais religiosos e os mais políticos.

Apesar do propósito “não político” do Mobon, a organização de comunidades rurais era uma estrutura política pré-estabelecida de suma importância porque favorecia a interlocução e agregação entre trabalhadores/as rurais para fins sindicais e político-partidários. Em outras palavras, os grupos rurais já estavam organizados. Tinham, ao longo do tempo, no processo de organização e manutenção de comunidades de base, desenvolvido um *sentimento comunitário*. Atuavam coletivamente

na construção de suas capelas, organização de festas, encontros de grupos de reflexão (ou círculos bíblicos) e cursos. Assim, de maneira indireta, os/as envolvidos/as com a comunidade e o Mobon, passavam por um processo de politização.

A “questão social” – como se referiu João Resende sobre os novos propósitos políticos do movimento – perpassava o ideal de melhoria das condições de vida dos leigos e leigas. Assim, passou se a destacar que para “viver a fé” era necessária uma organização social.

[...] aí o pessoal foi despertando, não foi a gente que foi fundar sindicato, mas ele foi caçar um jeito com toda aquela dificuldade, já pensou um cara da roça partir pra fazer um estatuto de sindicato, que luta, que parto, igual parto de elefante. Um cara podia dar uma mãozinha, mas eles é que faziam aquilo, mas depois foi ficando forte e eles foram caminhando. Ali em Tombos, Eugenópolis, Espera Feliz, Muriaé e foi levando (informação verbal)²³.

A formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata mineira foi um passo importante tomado por algumas das lideranças religiosas na perspectiva de alcançar uma organização mais política. Apesar de as lideranças formadas pelo Mobon terem aprendido, no âmbito do campo religioso, a reunir, falar, escutar, ler, registrar e estudar (TEIXEIRA, 2020a, p. 127-149) – habilidades essenciais também no campo político –, a prática das lideranças religiosas com as burocracias políticas é descrita por João Resende como “parto de elefante”, dadas a ausência de experiência e as consequentes dificuldades dessas lideranças de lidarem com documentações.

A atuação dos e das agentes religiosos/as se deu em um processo dinâmico, em que as lideranças se articularam em torno de seus

²³ Entrevista com João Resende, concedida em outubro de 2009.

propósitos e, assim, exerciam influência nas concepções dos missionários. Era um processo de “mão-dupla”, em que líderes leigos/as e missionários se influenciavam mutuamente.

A organização das comunidades e a formação das lideranças foi, portanto, fonte fundamental de capital político para que os grupos obtivessem visibilidade e reconhecimento no contexto sindical e político-partidário. Assim, ressaltamos a afirmação de Bourdieu (1990, p. 192), segundo a qual “[...] os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de ser falados”.

A formação dos sindicatos era fruto dos processos de organização coletiva que ocorriam desde a formação das comunidades e da aproximação com outros grupos já mobilizados em Minas Gerais. Segundo Comerford (2009 p. 301), as informações sobre os sindicatos eram limitadas, mas, pessoas da região, “[...] parentes de sitiantes e meeiros, que já haviam trabalhado ou estavam trabalhando em grandes centros como São Paulo e Rio, tinham aí tido contato com sindicatos e trouxeram noções de direitos trabalhistas”.

Na década de 1980, a conjuntura de redemocratização favorecia a circulação de informações de agentes dispostos a apoiar organizações como sindicatos.

O envolvimento de muitos camponeses da região com as atividades do Mobon e das CEBs facilitou o acesso de tais agentes – agentes pastorais da CPT, padres e educadores populares – dispostos a se dedicar à disseminação de conhecimentos sobre formas de organização, legislação trabalhista, etc., e que por sua vez facilitaram o acesso a ainda outros agentes do campo sindical e estudantil, bem como a ONG em estado nascente nessa mesma época

(como o CTA-ZM, criado em meados dos anos 80 por estudantes de agronomia da Universidade Federal de Viçosa, e que viria a ter um papel fundamental na consolidação dos sindicatos, e vice-versa) (COMERFORD, 2009, p. 311).

O engajamento nos sindicatos significava ingresso das lideranças religiosas em um determinado campo político. Formava-se uma instituição local representativa de trabalhadores/as rurais a partir de grupos cuja atuação, para além do trabalho e da família, era quase exclusivamente religiosa. João Resende ouviu relatos como “eu entrei no sindicato por causa deste trabalho do Boa Nova” (informação verbal)²⁴.

As lideranças religiosas engajadas nos sindicatos viam seus trabalhos como uma “[...] missão e obra da *comunidade* em defesa dos *pobres*” (COMERFORD, 2003, p. 260). Nesse contexto, havia o que Novaes (1997) chamou de uma “identidade político-religiosa como motor de luta” – algo fundamental na formação de muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) no nordeste do Brasil, na década de 1960.

Segundo Ricci (2002, p. 116), o Mobon incentivava a formação de STRs que partiriam de “[...] princípios morais católicos tradicionais, mas promovia reuniões de comunidades de várias regiões e, aos poucos, introduzia a crença na possibilidade de mudanças sociais no meio rural”. Ricci (2002) afirma que princípios tradicionais nas práticas católicas não deixaram de ser importantes estímulos à organização e fundamentação para as possibilidades de transformações sociais. Assim, a ênfase na organização e transformação social foram fundamentais para que lideranças religiosas se tornassem referências

²⁴ Entrevista com João Resende, concedida em outubro de 2009.

políticas importantes. A existência de comunidades organizadas e lideranças constituídas foram imprescindíveis para o engajamento político.

Raul Messias trabalhava na formação de cooperativas na Zona da Mata mineira, em fins da década de 1970. As cooperativas se formavam com mais facilidade nas localidades onde as organizações comunitárias do Mobon eram pré-existentes. Raul era funcionário do Programa de Desenvolvimento da Zona Mata (PRODEMATA), financiado pelo governo do estado de Minas Gerais. Então, tinha contato com as comunidades em função de seu trabalho e trazia consigo relevante capital cultural.

Raul cursou filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na década de 1970, e fez todas as disciplinas do mestrado. Ademais, era adepto das ideias da Teologia da Libertação. Seu orientador de mestrado foi padre Henrique Vaz, um dos principais intelectuais da Juventude Universitária Cristã, sempre lembrado nos estudos sobre o engajamento político da Igreja Católica no Brasil. Como escreveu Teixeira (1988):

[...] se impunham aos militantes da JUC as contribuições do pe. Henrique Lima Vaz, conhecido filósofo jesuíta. A idéia de 'ideal histórico' cede lugar à concepção de 'consciência histórica', mais dinâmica e fundamentada no real [...]. Nesta perspectiva aberta por pe. Henrique Lima Vaz, estava não só confirmada a legitimidade dos comprometimentos dos cristãos na participação pelas transformações sociais, como esta participação era uma exigência intrínseca da mensagem evangélica (p. 84).

O Mobon ampliava suas relações com agentes religiosos e políticos à medida que as lideranças começavam a se destacar por suas atuações no campo político. No caso de Raul Messias, a relação se dava em função da formação de grupos com potencial de formarem uma cooperativa. Ele ficou motivado em conhecer a sede do movimento e fazer parcerias.

Com esse propósito, fez uma visita à casa de cursos recém inaugurada, em 1980. É descrito por Alípio como: “[...] muito atencioso, educado e de fala mansa. Ele se propunha falar conosco sobre temas sociais [...]. Ele buscava despertar em nós interesse pelo assunto. Aos poucos ele foi conquistando nossa confiança” (COSTA, 2009, p. 31).

Alípio descreve Raul Messias como um homem educado, atencioso e de fala mansa, características que contrastavam com os militantes políticos que encontrou em Angra dos Reis-RJ e na Guatemala. Esta abertura para o diálogo e a paciência para ouvir dúvidas e propor esclarecimentos eram características que aproximava Raul do Mobon – algo fundamental para que ele adquirisse espaço e confiança junto ao movimento.

Raul Messias narra estes momentos iniciais, mostrando como o curso “Evangelho para Agricultores” teve início no Mobon. Segundo ele:

Eu fui lá numa tarde. Era um movimento de lideranças, eles estavam programando as atividades para o ano. Aí nós criamos e acho que quem batizou o curso foi o João Resende, “Evangelho para Agricultores”. Na verdade, era um curso sobre os problemas do pequeno produtor, do trabalhador rural e tudo. Terminava com a proposta de formação de grupos de produtores e aí foi um espetáculo em Tarumirim, padre Léssio que era entusiasmado demais, e aí começaram a fazer grupos de compra em comum, venda em comum e aí nasceu a coisa (informação verbal)²⁵.

Raul Messias viu, no Mobon, uma possibilidade concreta de ampliar sua atuação como mediador na articulação e organização política dos/as trabalhadores/as – camponeses/as e moradores/as de pequenas cidades – em busca de seus direitos. Ele poderia se reunir e

²⁵ Entrevista com Raul Messias, concedida em outubro de 2009.

se articular com lideranças comunitárias da Zona da Mata de Minas Gerais e de outras diversas partes do estado²⁶. Para o Mobon, era uma forma de agregar uma pessoa influente na organização de grupos de produtores rurais, bem como uma maneira de diversificar as opções temáticas para os cursos²⁷.

No curso “Evangelho do Agricultor”, Raul Messias estimulava a organização dos trabalhadores/as e pequenos/as produtores/as rurais em pequenas associações e cooperativas nas quais pudessem valorizar seus produtos, conseguir melhores preços para na comercialização da produção e adquirir outros produtos com menores custos. Por meio desse trabalho, Raul Messias ficou conhecido e o interesse na mobilização para organização de cooperativas atingiu novos públicos. Como escreveu Alípio no Caderno de relatos de histórias do Mobon:

O Movimento da Boa Nova, procura, à partir do Evangelho, a promoção total do homem. Esta promoção é buscada como uma exigência de fé. De acordo com as necessidades o movimento da Boa Nova vai procurando tirar as consequências práticas da fé. No momento a concretização desta exigência de fé está se concretizando através do curso: Evangelho do Agricultor.

Este curso é uma tentativa de fazer uma leitura do Evangelho diante das necessidades e problemas do homem do campo. É uma tentativa de que o homem do campo seja o agente do seu desenvolvimento. Para isto o Evangelho do Agricultor busca unir e organizar o homem do campo, através de grupos de agricultores, que juntos vão refletir seus problemas, buscando

²⁶ Aqui é interessante notar a capilaridade do Mobon. O movimento tem atuação na Zona da Mata mineira e também possui influência nas comunidades nas regiões do Vale do Rio Doce, além, de conexões com o Espírito Santo. Sem contar que o movimento possui atuação também na região norte do Mato Grosso. Para acesso ao processo de territorialização do Boa Nova e seu processo de formação leiga, cf. ANEXO 1.

²⁷ Para acesso à diversidade de temáticas tratadas nos cursos do Mobon, vale reparar nos nomes dos cursos que dão nome aos livretos utilizados durante esses encontros do movimento. Para isso, conferir a Produção Bibliográfica do Mobon (1968-2018), gentilmente disponibilizada pelo missionário sacramentino Denilson Mariano da Silva, no ANEXO 2.

um preço mínimo real para seus produtos, fazer com que o agricultor acredite em si, fixar o homem do campo na base do conformismo, mas consciente de seu papel. Esta união e organização do homem do campo e também uma defesa contra os atravessadores que tiram partido em cima da boa fé ou despreparo do agricultor. Desta maneira estes grupos de agricultores estão tentando compra em conjunto como também vender em conjunto. Neste sentido já existem algumas experiências concretas (COSTA, [1979 ou 1980], p. 81).

O Mobon assumia como missão uma “promoção total do homem”, ampliando os horizontes para além da ênfase na formação religiosa dos/as leigos/as. O empenho na organização dos grupos de produtores é apresentado e legitimado como consequência da fé. A organização das/os leigas/os é vista como uma forma de ajudá-los a resolverem seus problemas no campo, fazendo-os acreditar neles próprios como agentes capazes de revolverem seus problemas. As experiências concretas já existentes eram os grupos articulados em torno de cooperativas e associações locais.

Nos cursos, Raul Messias utilizava-se de um documento intitulado “Igreja e problemas da Terra”, aprovado pela CNBB, o mesmo texto citado por Martins (1989) como um dos mais avançados da época, porque condenava a propriedade capitalista da terra. No documento, os bispos apresentam dados sobre a desigualdade de distribuição de terras no Brasil, mostrando que estão em desacordo com a política do Governo Militar que cedia créditos aos grandes produtores e fazia denúncias contra a violência no campo, sobretudo, no estado do Pará. Argumentos em favor do engajamento em associações e cooperativas, com o objetivo de minimizar os problemas da população brasileira, eram apresentados:

Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem extensíssimas propriedades rurais, mediocrementemente cultivadas ou reservadas para fins de especulação, enquanto a maior parte da população carece de terras ou possui só parcelas irrisórias e, por outro lado, o desenvolvimento das populações agrícolas apresenta-se com caráter de urgência evidente (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB], 1980, p. 27).

O texto evidencia a preocupação dos bispos com a desigualdade da distribuição da terra no país e construía legitimidade para a atuação em favor de grupos mais pobres do campo. O documento termina com propostas práticas, como o reconhecimento de que “[...] a experiência e a criatividade de nosso povo que cultiva a terra podem indicar novos caminhos para o aproveitamento de tecnologias alternativas e de formas comunitárias e cooperativas de uso dos instrumentos de trabalho” (CNBB, 1980, p. 37).

No Caderno de histórias do Mobon, Alípio reflete sobre as dificuldades encontradas à época, e sobre a ideia de que “só rezar” não resolvem os problemas. Na íntegra, o missionário escreveu:

Este trabalho com grupos de agricultores tem encontrado muitas dificuldades. A começar pelos próprios agricultores que são muito desconfiados. Há também a dificuldade de atravessadores que fazem tudo para desmoralizar estes grupos. Mas devagar, com a força do Evangelho, a coisa vai se firmando. Desta maneira o movimento da Boa Nova vai sentindo que é possível fazer uma promoção a partir do Evangelho. E sente também que só a pregação do Evangelho sem realizações concretas não resolve (COSTA, [1979 ou 1980], p. 81).

A organização religiosa pré-estabelecida pelo Mobon contribuía para a formação dos grupos de produtores/as. Não obstante, havia agricultores/as temerosos/as de que essa organização não desse certo e com

receio da retaliação, ou, a da ruptura das relações comerciais já estabelecidas na região. Contribuía para esse sentimento a pressão de comerciantes – que viam nas cooperativas um risco às suas formas de obterem lucros – direcionada aos grupos. No Mobon ia se consolidando a visão de mundo de que “[...] a pregação do Evangelho sem realizações concretas não resolve”.

Comerford (2003) mostrou que os principais agentes dos STRs da região eram lideranças religiosas influenciadas por cursos e ideias propagadas pelo Mobon. Uma das principais justificativas da formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais era que isso vinha de um “desejo divino”. A esse respeito, a narrativa de uma liderança que saía à noite para fazer filiação ao sindicato é emblemática: “[...] a gente via que Deus queria aquilo” (COMERFORD, 2003, p. 263).

Esse engajamento não se dava sem discordância por parte dos católicos tradicionais e grupos que construíam uma representação dos sindicalistas como “baderneiros” que queriam acabar com a boa relação entre patrões e empregados. Dessa forma, as lideranças do Mobon estavam inseridas nas disputas políticas de suas localidades. O processo de redemocratização também favorecia a circulação, tanto de informação, como de pessoas engajadas, na formação de STRs:

O envolvimento de muitos camponeses da região com as atividades do MOBON e das CEBs facilitou o acesso a tais agentes – agentes pastorais da CPT, padres e educadores populares – dispostos a se dedicar à disseminação de conhecimentos sobre formas de organização, legislação trabalhista etc., e que por sua vez facilitaram o acesso a ainda outros agentes do campo sindical e estudantil, bem como a ONG em estado nascente nessa mesma época (como o CTA-ZM, criado em meados dos anos 80 por estudantes de agronomia da Universidade Federal de Viçosa, e que viria a ter um papel

fundamental na consolidação dos sindicatos, e vice-versa) (COMERFORD, 2009, p. 311).

Comerford (2009) afirma que, no início da década de 1980, os cursos do Mobon estavam diretamente relacionados à organização e ao direito dos/as trabalhadores/as. Assim, esses assuntos dos cursos se reproduziam localmente nas comunidades e no discurso de padres da região. O fato dessa temática, relacionada à luta por direitos, circular em organizações ligadas à Igreja Católica não é algo sem importância, pelo contrário, é algo a se destacar. Além disso:

[...] nos anos 70 e no início dos anos 80, os que participavam das atividades das CEBs e do MOBON o faziam o grande entusiasmo e emoção, se sentiam muito comprometidos, além de legitimados pelo apoio dos padres e bispos. Tais espaços haviam se tornado não apenas foco de intensa sociabilidade e de construção de sentidos da vida para uma parte dos camponeses da região, como também geraram um compromisso militante, seja pela postura geral desse movimento, seja pelo caráter de desafio moral que a adesão assumiu localmente, pois os que se empenhavam nas CEBs e no MOBON eram provocados cotidianamente por aqueles parentes, vizinhos e notáveis locais que criticavam a 'Igreja renovada' (COMERFORD, 2009, p. 311-312).

As pessoas eram desafiadas localmente por críticos das práticas político-religiosas. Segundo Comerford (2009), críticas foram direcionadas às CEBs e ao Mobon quando das primeiras tentativas de criação dos sindicatos, “[...] críticas principalmente no sentido de estarem misturando religião, vista como atividade pura e harmoniosa, e política, vista como moralmente ambígua” (COMERFORD, 2009, p. 313). Os propósitos de organização difundidos pelo Mobon eram diferentes daqueles pensados pelos sindicatos combativos. Como aponta o pesquisador, “[...] a adesão ao movimento religioso legitimava e incentivava

iniciativas de ‘ajuda’ ou ‘caridade’ empreendidas por pequenos sitiantes em suas próprias comunidades, sem que isso fosse visto como excessiva pretensão” (COMERFORD, 2009, p. 314).

Como expressam as “[...] narrativas dos dirigentes dos primeiros sindicatos fundados na região, a organização foi buscada inicialmente como uma forma coletiva de ‘ajuda’” (COMERFORD, 2003, p. 315). Essa mesma concepção aparece na narrativa de João Resende, que se refere ao sindicato como “uma ferramenta social”. Ou seja, uma forma de organização para as pessoas se ajudarem.

Essa cooperação se dava na organização dos próprios agentes do Mobon. Campos (2006) mostrou como trabalhadores/as rurais de Araponga-MG – cidade da na Zona da Mata, mas circunscrita à Arquidiocese de Mariana –, que não possuíam terras, mobilizaram-se coletivamente para conseguirem empréstimos e comprarem propriedades maiores para, depois, partilhá-la para o grupo, o que ficou conhecido como a “conquista de terra em conjunto”²⁸. Muito desse sentimento de confiança mútua e solidariedade foi construído no contato com as ações do Mobon, no processo de formação religiosa. Essas relações sociais se mostraram consistentes e muitos se tornaram proprietários por meio desse processo de cooperação mútua²⁹.

As pessoas tinham forte ligação com seus territórios, agiam dentro de normas socialmente estabelecidas em suas localidades, possuíam

²⁸ Para um vídeo com depoimentos sobre essa experiência, ver: “Conquista de terras em conjunto”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJF45k3Y_2E>. Acesso em: 26 jan. 2022.

²⁹ Outro caso mineiro digno de nota sobre a experiência de conquista de terra em conjunto, é o contexto de emergência da conquista de terra do assentamento Pe. Jésus em Espera Feliz-MG. Em muitos aspectos, a história desse assentamento se assemelha ao que ocorreu em Araponga, sobretudo, no que se relaciona aos processos de luta pela terra fomentado e organizado pelo trabalho de base sob influência do Mobon e do STR do município. Para aprofundamento sobre esse caso, vale ver: Villar (2014), sobretudo, o capítulo 3 (p. 40-75).

muitas preocupações com suas reputações e, assim, apresentavam algumas resistências à prática das ocupações de terras ou alguma ação que pudesse ser vista como “não religiosa” – o que não os impediu de procurar outros meios para a resolução de suas demandas e alcançarem suas conquistas.

Por outro lado, as experiências organizativas desses/as trabalhadores/as contribuíram para conquistas significativas tanto em suas localidades, quanto para os movimentos mais amplos. Isto porque fortaleceram organizações sindicais e lançaram ao espaço público várias de suas lideranças, possibilitando o diálogo estatal com outros movimentos, alguns mais radicais. Nesse sentido, Mobon e MST, por exemplo, mostraram-se ser movimentos complementares em diversas circunstâncias, pois as ocupações de terra – à medida que encontravam identificação entre agentes estatais provenientes das organizações comunitárias e religiosas, como os deputados Raul Messias, Durval Ângelo etc. – se tornaram uma linguagem legítima.

A atuação dos agentes do Mobon se dava como consequência das discussões e compromissos coletivos assumidos em função de leituras bíblicas. Padre Paulo Riou – amigo de padre Gwenael³⁰ –, que conheceu os trabalhos de comunidade em fins da década de 1990, quando assumiu a paróquia de Eugenópolis-MG, avalia que as CEBs foram muito importantes. Como relatou:

As comunidades eclesiais de base descobriram a leitura da bíblia e era a força do Mobon. Antigamente ninguém lia a bíblia, os católicos. Era proibido

³⁰ Padre francês que replicou a experiência de formação do Mobon na zona rural de Eugenópolis-MG e Vieiras-MG, na Diocese de Leopoldina. Experiência devidamente sistematizada em uma monografia, escrita em espanhol pelo próprio padre em colaboração com Luis Mario del Canto, intitulada “*Evangelización y Promoción en Comunidades Eclesiales de Base (médio rural – Brasil)*” (1977) (TEIXEIRA, 2020a, p. 75).

praticamente, ler a bíblia era reservado aos padres, nem aos irmãos. Era só para os padres que tinham muita cultura e tal. Os movimentos eclesiais de base tiveram esse mérito e o Mobon trabalhou muito isso, em dois pés: um na bíblia e outro na realidade camponesa. Então, houve um movimento eclesial de base na leitura da bíblia. E na leitura do evangelho descobriram o cristo, não o cristo do catecismo que ninguém entende, mas o cristo vivo, o cristo do evangelho, dos pobres, o cristo que perdoa, o cristo que é bom. Então, eles acreditam no cristo homem. O homem e Deus e diante dos problemas que eles têm debaixo dos poderosos eles pedem ao cristo homem e Deus de ser o seu libertador, a descoberta do cristo libertador. Ele não sabe o que é teologia ou catequese, mas cristo libertador ele entende (informação verbal)³¹.

Padre Paulo Riou percebeu uma mudança de postura dos/as católicos/as da região porque relacionavam a Bíblia com a realidade camponesa e, além disso, tinham uma compreensão ampla da religião, com uma fé que legitimava a luta pela transformação social. Assim, a representação de Jesus como aquele que luta pelos pobres e questiona as injustiças significava muito, e motiva aquelas pessoas.

A atuação do padre Gwenael foi fundamental tanto para se instituir o Mobon localmente, bem como para a formação dos sindicatos. Como ele mesmo lembra:

Lá [em Eugenópolis] tinha um sindicato de proprietários. Eu queria organizar, mas os poderosos falavam que não ia dar certo. Eu falava com o pessoal, fala com o povo, fala com o povo. E eu falei com o pessoal para não preocupar com patrões que podia ir e fizemos o sindicato de Eugenópolis e Antônio Padro. Em Tombos e Muriaé já tinha o padre Agostinho, ele trabalhava com a CPT (informação verbal)³².

³¹ Entrevista com Paulo Riou, concedida em maio de 2011.

³² Entrevista com Gwenael Kerandel, concedida em maio de 2011.

O estímulo do padre na formação dos sindicatos inibia as reações por parte dos patrões, que também eram católicos e, portanto, respeitavam a autoridade do pároco. Ir contra o projeto do padre não era tarefa fácil para os proprietários acostumados a tê-lo como um conciliador e promotor da paz entre os fiéis. Por mais que os/as leigos/as assumissem posições importantes no processo de politização, a atuação dos padres não era sem importância.

Em Tarumirim, o padre Léssio foi muito atuante na organização de grupos de compra e venda em comum nas comunidades. Os trabalhos de organização das comunidades se desdobravam em novas formas de representação coletiva, num processo continuado que redundava na politização dos grupos. Nesse sentido, Antônio Marques ressalta que “[...] nós aqui, sempre ligávamos uma coisa com a outra: igreja, associação e sindicato” (informação verbal)³³.

As lideranças do Mobon organizaram associações nas comunidades em que famílias compravam, juntas, enxadas, enxadões, milho e bens de consumo doméstico, como açúcar e vassoura. Era uma nova forma de organização potencializada pelos grupos que já mantinham relações de amizade e confiança nas comunidades religiosas, sobretudo, desenvolvidas através da experiência dos grupos de reflexão, das plenárias finais e das tarefas comunitárias de gestão da capela e das celebrações e eventos religiosos na localidade. Muitos dos/as dirigentes das associações se sindicalizaram e incentivaram os/as integrantes a fazerem o mesmo.

O STR de Tarumirim foi formado na década de 1970, e as lideranças religiosas eram pouco participativas. Só em meados da década de 1980, essas lideranças passaram a se interessar mais efetivamente pela

³³ Entrevista com Pedro Borges (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

participação nas decisões mais importantes no sindicato, visto, até aquele momento, como “pelego” e nada atuante pelos/as trabalhadores do município. Como disse em entrevista uma dessas lideranças, “[...] o nosso aqui de Tarumirim era, era um pelego antes disso, mas pra consertar, foi uma tarefa meio difícil, mas Deus ajudou que consertou” (informação verbal)³⁴.

As lideranças religiosas se empenharam na eleição dos presidentes dos sindicatos a partir da década de 1980, “tirando o grupo antigo” em 1990. Um líder religioso foi eleito por dois mandatos, permanecendo à frente do sindicato até 1998, sucedido por uma liderança petista, que era vereador pelo PT em segundo mandato.

Apesar dessa “virada” no sindicato, as lideranças religiosas, quando falam da importância do Mobon e de padre Léssio para o que se passou em Tarumirim, mesmo quando impelidos a falar do sindicato, procuram enfatizar os feitos político-partidários, minimizando, assim, a importância da atuação no STR. Até mesmo porque os presidentes do sindicato não eram lideranças tão destacadas no Mobon como aqueles que se envolveram com o PT, já que houve uma convergência da atuação das lideranças religiosas com outras formas de organização social.

2.3 O PT DAS LIDERANÇAS RELIGIOSAS E COMUNIDADES RURAIS

A formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais foi uma mobilização importante de lideranças religiosas de comunidades rurais que contavam com atuação do Mobon. A atuação nos sindicatos foi muito importante na Zona da Mata mineira e no Vale do Rio Doce, sendo que

³⁴ Entrevista José Maria (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

destacamos aqui, a título de exemplificação, o caso de Tarumirim-MG, onde a atuação político partidária das lideranças religiosas junto ao Partido dos Trabalhadores foi muito relevante.

Na década de 1970 a paróquia era coordenada por padre Léssio Guedes que mobilizava grande número de pessoas para os cursos e foi um dos grandes responsáveis, que “se dedicou totalmente ao trabalho” (COSTA, [1979 ou 1980], p. 77) de consolidação do Mobon naquela região.

Os cursos objetivavam, a partir do material de curso, reflexões e encaminhamentos práticos, valorizar os leigos/as como líderes responsáveis pela Igreja Católica, além de incutir a necessidade de que estes/as vivessem em comunidades católicas. Segundo consta no Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, no período de 1971 a 1977, há o apontamento da formação de 24 comunidades na paróquia, registradas assim:

Comunidades Novas:

-As primeiras missas que celebrei nestas novas comunidades 1) Córrego dos Martins (Beija-Flor) numa casa da escola, a pedido de José Martins da Costa, vulgo João Santos, celebrei a santa missa, às 3 da tarde. Muita gente. Falamos da necessidade de se construir uma igreja neste córrego – 11 de janeiro de 1971³⁵.

Os/as agentes que participavam da missa nas localidades onde se objetivava formar uma comunidade eram estimulados a escolher um local para a construção da capela – esta seria uma referência para a comunidade que estava se formando. Normalmente, o espaço era doado por algum dos membros da comunidade que possuía terras e estava disposto a participar da comunidade. Depois de construídas, as capelas se

³⁵ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 7.

tornavam ponto de referência, sendo nelas que os fiéis se encontravam para celebrações religiosas, reuniões e festas.

O pároco realizava missas nas capelas e as atividades religiosas, na nova comunidade, ganhavam frequência e dinamismo. Pessoas de confiança do pároco eram responsáveis pela mobilização da comunidade – formada a partir da presença na missa. Essas pessoas, que moravam em localidades próximas umas das outras – geralmente, denominadas córregos – eram convidadas para cursos e o padre os estimulava para a construção da capela. Assim, muitos/as leigos/as participantes das atividades nas comunidades criavam relações de confiança entre eles, compromisso de participação e execução de projetos coletivos para “a comunidade”.

As reuniões frequentes entre lideranças leigas e o padre aumentaram a capacidade de mobilização desse último. Era uma situação que apontava para novas formas de organização social, mas com foco distante de ações diretamente político-partidárias. José Maria³⁶ relata o posicionamento do padre em relação à política partidária no início da década de 1970:

Eu até me lembro do Padre Léssio, que morreu há pouco tempo. Eu me lembro uma vez que ele falou assim “a política é que, nós cristãos, não podia nem passar perto de um palanque”, nossa Senhora, era tão sujo o negócio. E a Igreja estava tão separada que eu me lembro que ele falou numa reunião com nós, “Olha, se você vê um palanque lá, você passa longe, que nem perto

³⁶ Participa dos cursos do Mobon desde início da década de 1970. Coordenou comunidades, bem como foi coordenador geral da Paróquia de Tarumirim, membro fundador do PT e exerceu o cargo de vereador entre 1996 e 2000.

você pode passar”, quer dizer o negócio é tão sujo que não pode nem passar perto (informação verbal)³⁷.

A política era considerada algo “sujo”, com a qual os cristãos que estavam sob sua tutela não deveriam se envolver. Ao estudar eleições municipais, Palmeira e Heredia (1997) mostraram que a política é identificada com divisão, ao contrário da participação religiosa que estaria relacionada à união de todos para “fazer o bem”. Nesse mesmo sentido, ao analisar as relações entre religião e política, Coutrot (1996) afirma que não é por acaso que o engajamento político repugna a tantos católicos. Isto é,

[...] sob a luz do ensinamento sobre a unidade em Cristo, eles adquiriram a certeza de que a paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político, que implica confrontos e lutas, aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos” (COUTROT, 1996, p. 336).

Esse afastamento contribuía para que o padre encontrasse menores resistências por parte dos/as leigos/as. O padre, inclusive, estimulava os políticos que participavam das atividades católicas a deixarem suas funções. Como relatou outra liderança, João Santos³⁸:

O padre Léssio entrou em Tarumirim em 1970. Na mesma época que eu fui candidato a vereador e entrei na Igreja. Aí ele falava assim que gente de Igreja não era para entrar na política, então eu afastei de política como

³⁷ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

³⁸ João Santos (pseudônimo) era um caso raro de liderança religiosa comunitária, que já tinha liderança político-partidária consolidada naquele momento, como mostraremos adiante.

candidato. Continuei na política, mas como candidato não (informação verbal)³⁹.

Segundo este relato, o padre não se engajava diretamente na política partidária, nem queria ver suas lideranças com tal engajamento. Todavia, o afastamento dos agentes era parcial. No caso citado, por exemplo, o agente não se envolveria mais em uma candidatura, mas continuou envolvido com a política. O caso relatado por José Maria demonstra que “a palavra” do pároco tinha poder para mobilizar ou desmobilizar lideranças e, também, para justificar atuações.

Padre Léssio se tornara influente, concomitantemente, ao processo de formação de lideranças e comunidades. Em fins da década de 1970, Tarumirim tinha mais de cinquenta capelas espalhadas com um grande contingente de lideranças sobre sua supervisão. Cenário de consolidação do pároco e do Mobon, que, naquela época, gozavam de um grande poder de mobilização.

Naquele contexto, muitas lideranças de CEBs se filiaram ao PT. Muitas cartilhas e materiais de formação organizados por agentes da Igreja Católica que circulavam enfatizavam a noção de “voto consciente” – concepção que fortalecia as representações e as práticas presentes no Partido dos Trabalhadores (NOVAES, 2002). Como escreve padre Nelito N. Dornelas no livro “Fermento, sal e luz: leigos em ‘saída missionária” (2019) – publicado por ocasião do aniversário de 40 anos da Casa do Mobon –, esse processo de engajamento político-partidário é destacado como uma ferramenta política das comunidades como forma de promover transformações sociais. Em suas palavras

³⁹ Entrevista com João Santos (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

A partir do final da década de 1980, o MOBON foi se fortalecendo e se intensificando para a promoção e incentivo ao engajamento das lideranças de base nos movimentos sociais e políticos, assumindo-os como ferramentas necessárias para a transformação da sociedade. Assim, diversas lideranças vão se filiando a partidos políticos de base, candidatando e ocupando cargos públicos no Legislativo e Executivo. [...] (DORNELAS, 2019, p. 131).

O contexto de redemocratização, a visibilidade e o reconhecimento adquirido pelas lideranças religiosas por seus trabalhos nas comunidades e a concepção religiosa que enfatizava a mobilização social pela melhoria da sociedade como horizonte, emanada pelo Mobon e pelos demais grupos e movimentos religiosos considerados progressistas, contribuíram para o fomento das mobilizações das lideranças locais. Neste contexto, o padre Léssio decidiu participar mais ativamente das eleições. Isto é,

[...] quando foi em 82 ele mesmo [pe. Léssio] me incentivou a voltar, ele pediu pra não entrar mais e incentivou a voltar de novo. Aí ele falou que se os melhores não entrarem, os piores vão ficar mandando, só mandando. O padre Léssio mudou de ideia, pensou que não pode ser assim não. Fui o segundo mais votado, morava na roça (informação verbal)⁴⁰.

O estímulo à participação política passava pelo argumento de que “se as pessoas *melhores* não ocupassem os cargos políticos, os *piores* ocupariam”. Sendo que, os “piores” eram os políticos do município pouco ativos nas atividades religiosas. Em outros termos, pessoas que não eram da confiança do padre. Deste modo, os “melhores” eram as lideranças religiosas – pessoas da confiança do padre, participantes e ministrantes dos cursos do Mobon.

⁴⁰ Entrevista com João Santos (pseudônimo), concedida em novembro de 2009.

A definição de “melhor” e “pior”, no plano local se dava sob o escopo dos critérios religiosos e morais, objetivando transmitir uma escolha mais institucional e religiosa do que, propriamente, política. Desse modo, evidencia-se que, embora, o protagonismo político seja dos/as leigos/as, era importante, para esses/as leigos/as prosseguirem com movidos por esse protagonismo, contarem com a legitimidade do pároco sinalizando para a aproximação com a política partidária como ferramenta de transformação social.

No início da década de 1980 se consolidou o interesse de formar um diretório do Partido dos Trabalhadores (PT). Algo diretamente relacionado ao incentivo de Raul Messias, eleito deputado estadual pelo PT em 1986 com respaldo dos fundadores do Mobon. Segundo uma liderança, “[...] o João Resende, o Alípio e Padre Léssio participavam do processo e garantiam para estes homens que eles poderiam ir, que não teria problema, mas como suporte, o Alípio falou que pode, então pode” (informação verbal)⁴¹.

Nesse sentido o diretório do PT deu início às suas atividades, tendo como principais membros os/as trabalhadores/as e pequenos/as produtores/as rurais do município.

QUADRO 1 – PERFIL DOS/AS MEMBROS/AS DO DIRETÓRIO DO PT DE TARUMIRIM-MG

Iniciais dos nomes	Sexo	Estado civil	Profissão
E.M.S.	Feminino	Solteira	Estudante
S.S.S.	Masculino	Casado	Lavrador
P.G.P.	Masculino	Casado	Lavrador
J.G.S.	Masculino	Casado	Lavrador
G.M.F.	Masculino	Casado	Lavrador
M.R.	Masculino	Casado	Lavrador
P.S.R.	Masculino	Casado	Lavrador
I.F.C.	Masculino	Casado	Lavrador
J.O.R.	Masculino	Casado	Lavrador

⁴¹ Entrevista com Maria Antônia (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

M.S.F.R.V.	Feminino	Solteira	Professora
N.A.C.	Masculino	Casado	Lavrador
O.L.G.	Masculino	Casado	Lavrador
J.C.S.	Masculino	Solteiro	Lavrador
L.L.S.	Masculino	Casado	Cabeleireiro
J.M.B.	Masculino	Casado	Lavrador
J.B.F.	Masculino	Casado	Lavrador
J.S.F.	Masculino	Casado	Lavrador
M.L.C.	Feminino	Solteira	Professora
M.S.	Masculino	Casado	Lavrador
M.S.F.R.V.	Feminino	Solteira	Professora
N.A.A.	Feminino	Solteira	Professora

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 161).

Este quadro contribui para melhor percepção da predominância masculina:

QUADRO 2 – SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA O DIRETÓRIO DO PT DE TARUMIRIM-MG

Sexo	Nº	Percentual
Masculino	16	76,2%
Feminino	5	23,8%
Total	21	100%

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 161).

A prevalência de homens eleitos para o diretório do PT sinaliza uma disparidade de gênero. Isto é, a presença massiva de homens como coordenadores de comunidade do Mobon, que eram os que tinham maior visibilidade e capital político em suas localidades, converte-se em uma desigualdade em nível da inserção no campo da política-institucional. Isso significa que o movimento não era capaz, à época, de alterar a desigualdade de gênero nas comunidades, o que refletia diretamente na formação e na configuração do Partido dos Trabalhadores.

Cabe ressaltar que havia mulheres coordenadoras de comunidades, porém, em um número muito menor que o de homens. Isso aponta para o fato de haver desigualdade de gênero na sociedade, que se reproduzia na lógica de funcionamento das comunidades que mantém laços com os

trabalhos Mobon, em que as mulheres trabalhavam mais em casa e ocupavam os lugares mais discretos, enquanto os homens, ocupavam espaços de direção na coordenação das comunidades.

Conforme as informações do Quadro 3, é possível dizer que, a profissão das lideranças eleitas pelo diretório do PT revela a emergência de um “PT rural”.

QUADRO 3 – PROFISSÃO DOS ELEITOS PARA O DIRETÓRIO DO PT DE TARUMIRIM-MG

Profissão	Nº	Percentual
Lavrador	15	71,4%
Professora	4	19,0%
Cabeleireiro	1	4,8%
Estudante	1	4,8%
Total	21	100%

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 162).

Com exceção de um cabeleireiro do centro da cidade, todos os homens eram lavradores. As mulheres eram em menor número. Dentre elas, quatro eram professoras e uma estudante. Não obstante, essas mulheres tinham papel fundamental no partido – todas as atas e toda a burocracia para formar e estabelecer o PT local estava em suas mãos.

O primeiro presidente do partido afirmou que, sem as mulheres a formação do PT teria sido inviável. Segundo ele, poucos sabiam ler e escrever com alguma influência. Entender os trâmites burocráticos era ainda mais difícil. Essa parte, portanto, ficava mais a cargo das jovens professoras. Algumas eram filhas das lideranças mais velhas do partido, que era composto, em sua maior parte, por pessoas casadas.

QUADRO 4 – ESTADO CIVIL DOS ELEITOS PARA O DIRETÓRIO DO PT DE TARUMIRIM-MG

Estado civil	Nº	Percentual
Casado (a)	15	71,4%
Solteiro (a)	6	28,6%
Total	21	100%

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 162).

As lideranças leigas eram consideradas “linha de frente do partido” e conhecidas pela honestidade no trabalho, nas relações comerciais e vistas na cidade como pessoas de boa índole. A maior parte deles participava dos cursos e atividades do Mobon há mais de quinze anos. Maria Antônia era professora e achava que as comunidades eram o caminho para que o partido se fortalecesse. Segundo ela:

[...] começamos a reunir em todas as comunidades, todas, e a contar este caso, contar esta história pra todo mundo e aí foi chegando outras pessoas que eram também lideranças das comunidades, porque aqui era líder de comunidade, cada comunidade tinha um líder, se você tivesse acesso a esse líder e o convencesse de que isso era bom, você já tinha feito uma boa coisa, tava bem andado o caminho pra estabelecer isso politicamente, e isso não foi fácil (informação verbal)⁴².

Essas lideranças político-religiosas gozavam de uma grande legitimidade junto ao padre, aos membros das comunidades e eram, na maior parte das vezes, respeitados no município pela conduta católica. Eram vistos como pessoas militantes pelas causas da comunidade. Isso foi fundamental para aquisição de capital político. Como explica José Maria:

[...] o povo antigo não tinha muita prática na política, mas tinha muita credibilidade com a sociedade, mesmo não sendo político, perante a Igreja, o exemplo da Igreja, aquela coisa correta, exemplo, se era bom na igreja, uma

⁴² Entrevista com Maria Antônia (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

liderança, de credibilidade e ele vindo pro partido, ele não perdeu a credibilidade não (informação verbal)⁴³.

O diretório do partido emergiu com um discurso de que seus políticos eram “políticos cristãos”. Assim, procuravam levar ao campo político a legitimidade e o prestígio de que gozavam no campo religioso. A “vida correta”, no sentido religioso, e de honestidade nas práticas sociais eram qualidades que esses agentes prometiam levar para a política municipal. Eles enfatizavam que cristãos/cristãs corretos/as – no caso, eles/as – seriam honestos/as, e, portanto, não fariam perseguições e não seriam como os políticos tradicionais.

Essa representação estava em sintonia com o discurso do PT. Raul Messias, antes de sua eleição, teria dito na Casa do Mobon que “[...] se vocês quiserem um deputado pra fazer favores, como alguns destes que andam por aí, não votem em mim. Se eu for deputado quero trabalhar para as comunidades, grupos organizados” (COSTA, 2009, p. 31).

Esse discurso mais “impessoal” é algo marcante nas falas das lideranças religiosas do Mobon. Denunciante da política “suja”, formavam uma camada de lideranças com um discurso ético (é preciso ter “ética na política”), que consistia nos argumentos religiosos de se fazer uma política diferente. Entenda-se, com isso, sem corrupção e capaz de promover o bem-estar da população. José Maria diz que:

[...] o Mobon ajudou muito, neste sentido de despertar a gente, ensinar a gente, como fazer também uma política diferente, uma política cristã. Foi muito bom, porque a gente até então viu isso mesmo. Eu digo pro vereador que eu falhei um milímetro no meu lado religioso durante o meu tempo de político. Tenho consciência disso. Fiz uma política de cristão mesmo, do

⁴³ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

bem, da honestidade, da verdade, da libertação, tenho consciência disso mesmo (informação verbal)⁴⁴.

O diretório municipal do PT de Tarumirim foi formado basicamente por lideranças religiosas do Mobon e três agentes sociais são exemplares da relação de identificação “comunidade-Mobon-PT”: Antenor Carlos, João Santos e José Maria. As três lideranças petistas são das mais destacadas no município pelos estreitos vínculos tanto com o Mobon, como com o PT. Conforme Quadro 5 abaixo, com as características das lideranças religiosas apresentadas em outra oportunidade (OLIVEIRA, 2012, p. 191), algumas características se repetem e conformam o perfil da maior parte dos/as outros/as militantes político-religiosos/as do município.

QUADRO 5 – CARACTERÍSTICAS DAS LIDERANÇAS RELIGIOSAS DE TARUMIRIM-MG

São oriundos de famílias numerosas do meio rural.
Suas famílias trabalhavam como meeiros ou possuíam pequena propriedade.
Herdaram grande respeitabilidade familiar. São reconhecidos por serem de boas famílias, não pelas posses, mas pela honestidade nos negócios e vida religiosa ativa.
Reconhecidos por serem pessoas trabalhadoras.
Conhecidos pela função importante que exerciam como líderes na comunidade.
Vistos como pessoas de famílias que sempre ajudavam a comunidade.
São destacadas como pessoas muito éticas e dedicadas ao trabalho pela família e comunidade.

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 191).

Muito do capital político dessas lideranças foi constituído pela atuação junto às comunidades religiosas. Elas tinham reconhecimento nas comunidades, eram consideradas pessoas honestas e de confiança, muito religiosas e que cuidavam bem de suas famílias.

Essas pessoas do Vale do Rio Doce tinham características comuns às lideranças religiosas da Zona da Mata que atuaram na fundação de

⁴⁴ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

STRs. Ao discorrer sobre esses agentes, Comerford (2003) mostra que as principais lideranças dos sindicatos não eram pessoas dispensadas de fazendas em situação econômica classificada como das mais difíceis, “[...] mas sitiantes e meeiros membros de famílias com considerável reconhecimento social em suas localidades de origem” (COMERFORD, 2003, p. 315). Ou seja, eram pessoas que, mesmo com condições financeiras modestas, tinham destaque pelo reconhecimento social em função do bom comportamento e da ação das famílias.

De outra perspectiva, é pertinente a considerações de Wolf (2003) sobre a importância das avaliações sociais que são feitas relacionando os indivíduos às suas famílias:

[...] as avaliações públicas sobre um indivíduo acabam por cair em considerações sobre sua família, por ser esta uma instituição que envolve a pessoa como um todo. Além do mais, qualquer grande infração contra a virtude praticada por um dos membros da família reflete sobre a quantidade de virtude possuída pelos outros membros (WOLF, 2003, p. 100).

Palmeira e Heredia (1997, p. 182) destacam que, em pequenos municípios, “[...] política é assunto de muitos (ainda que por determinado período), mas é responsabilidade (com o que há de ambíguo nesse termo) de poucos”. A atuação das lideranças do Mobon nas comunidades contribuía para a incorporação de uma responsabilidade sobre o futuro da comunidade e da sociedade. Essa responsabilidade adquirida era importante para a construção da vontade de engajamento destes/as agentes na política partidária. A atuação de lideranças religiosas no interior de Minas Gerais era relevante. Fato que ficou mais evidente quando, no início da década de 1990, Luís Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do emergente PT e sua principal liderança, fez uma visita à

casa de cursos do Mobon. Referimo-nos à passagem de Lula na Casa do Mobon, durante a Caravana da Cidadania⁴⁵ que passou pela região em 1993.

FIGURA 21 – CARAVANA DA CIDADANIA: LULA NA CASA DO MOBON, EM 1993



FONTE: ARQUIVO DO MOBON (s.d.).

Na foto acima, se vê, sentado, Lula. À sua esquerda, Raul Messias – que fora deputado estadual e prefeito de Caeté-MG. À direita, Alípio Jacinto, um dos fundadores do Mobon. Ao fundo e a direita, Durval Ângelo, que foi deputado estadual por muitos mandatos em Minas Gerais.

As principais lideranças político-religiosas eram pessoas que tinham uma *representação* da religião como motivadora da “entrada” na

⁴⁵ As Caravanas da Cidadania foram idealizadas por Lula em 1989. Todavia, só saiu do papel em 1993. Ela foi organizada pelo Instituto da Cidadania, e no período de 23 de abril a 12 de maio de 1993, liderada pelo líder petista, iniciou em Garanhuns-PE e percorreu os estados de Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O objetivo da andança era “[...] conhecer de perto os problemas enfrentados pelos brasileiros de áreas remotas, raramente mostrados pelos meios de comunicação ou pela publicidade oficial”. Durante as caravanas, “Técnicos, especialistas, sindicalistas, lideranças do PT e jornalistas integravam as caravanas, registrando os encontros com as comunidades visitadas. Os roteiros não incluíam cidades ricas ou a costa brasileira e privilegiavam os chamados grotões [...]. Ao longo da viagem, aconteceram mais de cem encontros e atos públicos em 68 cidades” (CARAVANAS..., s. d., n. p.).

política e para os desafios subsequentes. A esse respeito, o que comentou Antenor Carlos ajuda a entender melhor. Como disse, “Sou político por causa da Igreja, sou cristão, cristão não pode tá aí né, como São Tiago falou, ‘a fé sem obras é morta’, o que ainda rezar e tal, falar com outros, mas não trabalhar. E a gente viu, assim, que na política, a gente podia contribui muito para isso” (informação verbal)⁴⁶.

Desse modo, a atuação na política seria uma forma de contribuir para a sociedade – entendendo essa contribuição como uma continuidade do compromisso assumido junto à comunidade no âmbito do campo religioso. Uma religiosidade, assim, que continua prezando pela reza, mas, que passou a enfatizar a necessidade de uma atuação política e social. Processo que vem se desenvolvendo ao longo da história do Mo-bon, sobretudo, a partir da década de 1980.

Antenor Carlos possui uma ampla carreira política. Foi vereador pelo PT entre 1989 e 1992 e candidato a prefeito, em 1992, quando perdeu as eleições. Depois foi eleito prefeito para governar entre os anos de 1997-2000, não conseguindo a reeleição. Foi eleito para novo mandato entre 2005-2008 e reeleito para o mandato entre 2009 e 2012. Inicialmente, Antenor Carlos não via com bons olhos a participação na política partidária. Como disse, “[...] tinha horror de política, nojo, você entendeu? Meu pai trabalhava muito no setor dele, ajudando os políticos da época. Os tais de Albergaria, Jaime. Albergaria, os primeiros prefeitos de cinquenta e pouco, eles prometiam muito” (informação verbal)⁴⁷. Ele via os “Albergaria” como um mau exemplo, e era com esse tipo de política partidária que “prometia muito” que ele queria romper. Enfim, Antenor

⁴⁶ Entrevista com Antenor Carlos (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

⁴⁷ Entrevista com Antenor Carlos (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

tinha uma postura crítica em relação aos agentes político-partidários do município.

Sua afirmação da religião como legitimadora de sua opção política em muito contribuía para a construção de uma imagem de político que não era obcecado pelo poder. De outro modo, a atuação política era vista como uma “missão religiosa” em favor da população. Assim, a prática política não estaria separada do engajamento religioso. Essa lógica revela um aspecto importante dos aprendizados nos cursos do Mobon, ou seja, aquele que enfatiza a necessidade do engajamento cristão na ação prática (neste caso, na política partidária) para a melhoria da sociedade.

João Santos, como já dito, é outra importante liderança religiosa do Mobon de Tarumirim. Ministrou cursos por toda a região e até mesmo em outros estados do país. Foi o primeiro candidato a prefeito pelo PT na cidade, em 1988. Essa liderança reforça que o PT do município tem origem nas comunidades religiosas do meio rural. Nos termos dele, “[...] todo mundo saiu da roça, do meio rural. O PT de Tarumirim é rural” (informação verbal)⁴⁸.

A mudança de postura do padre Léssio em relação ao campo político se deu concomitante às mudanças pelas quais passava o Mobon, contexto em que se engajar mais pelas questões sociais passou a ser um valor orientador das ações dos/as agentes e lideranças religiosas. Assim, a proposta era incentivar os/as bons cristãos/cristãs a entrarem na política, do contrário, os “piores” continuariam mandando. Dito isso, o retorno de João Santos à política foi em 1982, quando o padre Léssio o incentivou, afetado por uma outra lógica de que é preciso se inserir na

⁴⁸ Entrevista com João Santos (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

política para transformá-la. A transformação passaria, assim, por um “partido de igreja”, que apresentasse diferenças políticas ao município.

Outra liderança religiosa e política de destaque no município é José Maria. Em 1988, foi candidato a vice-prefeito de Tarumirim, compondo chapa com João Santos. A trajetória de José é um bom exemplo de liderança religiosa que se engajou na política partidária. Ele não tinha vínculos políticos antes da atuação junto ao Mobon. Como nos contou:

[...]. Eu nem gostava nem de política antes do Mobon. Porque na ver verdade eu via, a gente andava percebendo que a política era muito suja, muito suja, meu Deus do céu, eu quase nem votava. Eu nem sei se eu votei não, eu ia lá e riscava aquilo tudo lá, eu falava assim, esse cá não merece meu voto, esse aqui não merece meu voto, este aqui também não merece. Não sei se votei antes do Mobon não. Eu acho que não, eu riscava aquilo lá. Era muito sujo (informação verbal)⁴⁹.

José considerava que os candidatos envolvidos não mereciam seu voto. A política partidária era identificada como algo “sujo”, e, nesse cenário, o Mobon e o PT eram porta-vozes de uma política ética e limpa. José, por exemplo, justifica seu engajamento na política partidária em função de seu contato com o Mobon e dos aprendizados adquiridos no movimento. A mudança em sua concepção – de política como algo “sujo” para uma atividade que “vale a pena” se engajar – seria consequência das transformações de orientação vistas no Movimento da Boa Nova:

O nosso Deus, Jesus é nosso Deus libertador, né. O nosso Deus é Cristo libertador, não é passivo diante da vida. Então, o Mobon ajudou a gente ler Bíblia e ver esse lado da Bíblia e esse lado do nosso Deus. Até então, antes do Mobon, o nosso Deus parecia que era só o Deus que queria a salvação das

⁴⁹ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

almas, do lado religioso, né. E o lado da vida não tinha valor, e o Mobon ajudou a gente ler este lado da Bíblia, do valor da vida né. Não é só salvar a alma, mas também salvar a vida toda, valorizador a vida toda, então ele ajudou muito a gente nisso, a ler com a gente esse lado da Bíblia que a gente não via. Até o Mobon, a gente via só o outro lado da Bíblia. O lado só do religioso. Mas o lado social, político, ele ajudou muito neste lado, muito mesmo (informação verbal)⁵⁰.

O Mobon foi importante na mudança de postura em relação à política, ajudando lideranças religiosas a enxergarem o outro “lado da Bíblia” – uma outra leitura, um novo posicionamento político-religioso que não se limitava a salvar a alma, “mas também salvar a vida toda”, incluindo aí as dimensões políticas, com todas as suas responsabilidades. Nesse sentido, a fala de José Maria a respeito da descoberta de “outra política”, mais cristã e com olhar mais social, é bastante elucidativa:

[...] o Mobon ajudou muito, neste sentido de despertar a gente, ensinar a gente, como fazer também uma política diferente, uma política cristã. Foi muito bom, porque a gente até então viu isso mesmo. Eu digo pro vereador que eu não falhei um milímetro no meu lado religioso durante o meu tempo de político. Tenho consciência disso. Fiz uma política de cristão mesmo, do bem, da honestidade, da verdade, da libertação, tenho consciência disso mesmo. Então ajudou muito o Mobon. [...]. Estimularam, despertaram, mostraram o lado. E esse lado bíblico também, o lado político da Bíblia (informação verbal)⁵¹.

⁵⁰ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

⁵¹ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

A frase “o lado político da Bíblia” revela uma leitura diferente da realidade, utilizando-se o mesmo livro, a Bíblia⁵². Assim, José buscou legitimar a sua atuação como vereador afirmando não ter tido falha no “lado religioso”. No exercício da política, o compromisso moral religioso estava presente, orientava o fazer das lideranças eleitas. Expressões ditas por José para qualificar a política que ele fez, isto é, “política de cristão” e “da libertação”, são representativas desse entrelaçamento.

É importante mencionar que expressões como “política de cristão”, “libertação”, “caminhada” e “companheiro/a” são comuns na comunicação entre as lideranças do movimento. Nesse sentido, formam uma espécie de “comunidade linguística” (NOVAES, 2002). Melhor dizendo, como grupos “ativos” na militância política, constituídos sobre os pilares da Teologia da Libertação, apresentam-se atualmente como uma comunidade linguística, cujas marcas de fé aparecem logo nos primeiros momentos de uma conversa.

José Maria traz concepções que foram aprendidas no curso de “Políticos Cristãos”, ministrado na Casa do Mobon, pelo mandato coletivo de Durval Ângelo (PT-MG), onde se enfatiza que: “Jesus mexeu na política porque essa é a maneira mais eficiente de combater a opressão” e de que “a Bíblia é para ser lida diante da realidade”⁵³. Este é “outro lado da Bíblia” que apresenta um “Deus” não apenas preocupado com a “salvação das almas”.

⁵² Sobre a utilização da Bíblia, Novaes (2002) afirma que, “[...] na era da informação, em pleno século XXI, a Bíblia continua sendo um poderoso ‘recurso cultural’ para a compreensão do mundo e para ancorar escolhas religiosas com efeitos políticos” (p. 95). No contexto de uma comunidade rural da Zona da Mata mineira, como aponta Firmiano (2015, p.77-83), a Bíblia foi o livro mais citado pelo idosos quando perguntados sobre suas práticas de leitura. Sobre a difusão da leitura da Bíblia na Diocese de Caratinga e suas mudanças de abordagem ao longo do tempo, até a constituição e ascensão do Mobon, ver: Gamito (2017).

⁵³ Trechos extraídos do pequeno livro do curso “Religião na Política” (s. d.).

FIGURA 22 – FOTO DE BANNER DE BOAS-VINDAS EXPOSTO DURANTE O ENCONTRO DE POLÍTICOS CRISTÃOS, EM DOM CAVATI



FONTE: Os autores (2009).

O Encontro de Políticos Cristãos” é realizado na Casa do Mobon desde o primeiro ano em que Durval Ângelo se tornou deputado estadual pelo PT, em 1996. O banner acima (Figura 22) é o cartaz de boas-vindas aos participantes do encontro realizado em 2010, com um layout em mosaico, composto por fotografias de outros encontros. No banner se pode ler, “Nosso desafio é político, nosso objetivo é social, solidário e cristão”. Que, em uma frase, demonstra muito dos entrelaçamentos entre os campos político e religioso. O curso continua acontecendo,

embora Durval Ângelo não seja mais deputado, ocupando desde 2018 o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), indicado por Fernando Pimentel (PT-MG).

FIGURA 23 – FOTO DE BANNER DO 20º ENCONTRO DE POLÍTICOS CRISTÃOS, EM DOM CAVATI, OCORRIDO DE 20 À 22 DE NOVEMBRO DE 2015



FONTE: LUZ (2015).

FIGURA 24 – FOTO DO SALÃO DE CURSOS DA CASA DO MOBON EM DIA DE CURSO DE POLÍTICOS CRISTÃOS, NO ANO DE 2010



FONTE: Os autores (2010).

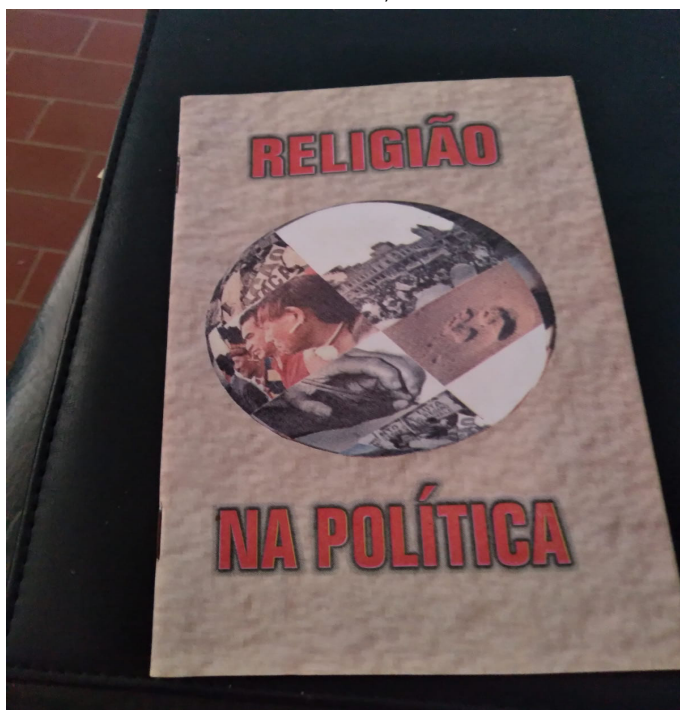
Na foto é possível notar, ornando a mesa do salão, algumas bandeiras. À esquerda, a bandeira do PT, no centro uma bandeira das CEBs e, mais à direita, a bandeira do Brasil. Esses cursos trabalham com a concepção de que na ação de fé (ação religiosa), para além de se preocupar com a “salvação da alma”, todo/a cristão/cristã também deve ter os “lados” social e político como preocupações fundamentais. Em uma das falas mais marcantes de José Maria sobre o estímulo que teve para a participação política, ele disse que teria aprendido, em um documento da CNBB, que “fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus”. Como conta sobre o documento:

[...] que fala assim que fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus. É sério isso aí, não é. Ter um documento deste falando que fazer política a favor da vida é prestar um culto a Deus, nossa! É isso, aprendemos no Mobon, depois do Mobon que a gente aprendeu estes documentos que

mostram a importância do cristão na política pra mudar, transformar a sociedade. Essa aí guardei, porque tá doido (informação verbal)⁵⁴.

O engajamento político está diretamente vinculado ao Mobon e aos aprendizados nos cursos – relacionados ao contexto de transformações na Igreja Católica no Brasil. Para um homem de família tradicional e “muito temente a Deus” (maneira como o classificam na cidade), não é pouco significativa a concepção de que fazer política para ajudar o município é uma forma de “prestar culto a Deus”.

FIGURA 25 – FOTO DO LIVRETO DO CURSO “RELIGIÃO NA POLÍTICA” MINISTRADO DURANTE A DÉCADA DE 1990, NA CASA DE CURSOS DO MOBON



FONTE: Os autores (2021).

⁵⁴ Entrevista com José Maria (pseudônimo), concedida em novembro de 2009.

Segundo Boff (1980), muitos cristãos, por causa da fé, comprometem-se politicamente com a sociedade, assim, mudam qualitativamente sua maneira de ver a relação entre fé e política e passam a contemplar:

[...] a política não apenas como campo da disputa do poder e da correlação de forças, mas como uma forma de “dar culto ao único Deus”, como o expressa o documento final de Puebla (n.521), na medida em que a política significa a busca comum do bem comum. As posições que a Igreja assumiu nos últimos anos em defesa dos direitos humanos, especialmente dos pobres, seu enraizamento nas comunidades populares e, ultimamente, sua opção preferencial pelos injustiçados e por sua libertação têm aguçado a questão acerca da relação entre fé e política (BOFF, 1980, p. 103).

O texto de Boff – teólogo, escritor, professor, um dos principais pensadores da Teologia da Libertação – foi escrito em 1980 e o principal interesse em utilizá-lo, mais de trinta anos depois, é mostrar que as concepções daquele momento político continuam presentes e fundamentais na memória dos militantes cristãos. A noção de que fazer política é estar prestando “culto a Deus” e de que “política significa a busca do bem comum” são expressões amplamente presentes nas falas de lideranças político-religiosas de Tarumirim-MG. Isso reforça a concepção de Novaes (2002), de que as lideranças político-religiosas com ideais da Teologia da Libertação constituem uma espécie de comunidade linguística por possuírem uma linguagem própria, com a utilização de termos como “caminhada”, “bem comum”, entre outros.

Essas pessoas, em geral, tinham compromissos com suas comunidades religiosas e isso contribuía para novas concepções em relação às práticas políticas. Antenor Carlos é um dos políticos mais enfáticos na afirmação de que sua atuação política ocorreu em função do Mobon, tido como uma “felicidade” que lhe deu sentido de viver.

[...] se não fosse o Mobon, essa felicidade, não tinha nem sentido eu viver. Eu não tinha entrado na política de jeito nenhum, não gostava nem de ouvir falar em política. Depois que eu comecei a entender, virei rapaz, por causa destas trapalhadas, por causa dos comprometimentos que faziam com meu pai, ele garantia pro povo e fazia ele ficar de cara grande. Foi o danado do Mobon que me fez entrar na política (informação verbal)⁵⁵.

O Mobon foi formador de lideranças religiosas que se engajaram pelo campo político. As concepções religiosas e aprendizados da atuação do Mobon junto às comunidades acompanharam esses agentes em suas trajetórias políticas. Os agentes que mais se destacaram na política partidária local enfatizam que a atuação no Mobon foi um aprendizado fundamental. Durval Ângelo, que não era do município, sempre enfatiza a importância do Mobon em sua formação. Por muitos mandatos foi apoiado por lideranças religiosas e também atuava à favor das demandas do MST, o que evidencia interessantes articulações entre mobilizações de diferentes facetas.

As lideranças religiosas se engajaram no campo político com a vivência e o capital político e cultural avindos dos trabalhos nas comunidades, somado à habilidade de argumentação adquirida nos cursos. Queremos dizer, essas lideranças petistas já ministravam cursos, reproduzindo-os por diversas localidades, desde a década de 1970. E ao longo do tempo enfrentaram disputas significativas na organização de suas comunidades. José Maria foi o coordenador de comunidade, período em que enfrentou fortes disputas para a formação da comunidade. Para citar um exemplo das tensões que marcaram a

⁵⁵ Entrevista com Antenor Carlos (pseudônimo), concedida em outubro de 2010.

época, as pessoas jogavam pedras na capela para atrapalhar suas falas e as celebrações religiosas.

Como se vê, fazer discurso para sensibilizar e mobilizar as pessoas eram práticas já realizadas nas comunidades, e elas foram fundamentais para a atuação no campo político. Por essa perspectiva, a atuação religiosa como liderança comunitária era também uma forma de atuação política, considerando a política em seu sentido mais amplo.

A atuação dessas lideranças religiosas junto ao Mobon não foi só importante para acumulação de aprendizados, mas também para aquisição de novas visões de mundo, que enfatizavam a necessidade de novas forças políticas. Nos termos de Antenor, “[...] os trabalhos do Mobon que fez a gente enxergar que a política estava caminhando para o lado errado, favorecendo às vezes um grupo, e a massa sofrida que precisava estava a Deus dará” (informação verbal)⁵⁶.

A formação político-religiosa do Mobon estimulava a participação político-partidária com o ideal de uma política mais cristã. Nesse sentido, Antenor Carlos se classifica como não sendo “político doente” – no sentido de alguém fanático pela política –, mas, engajado na política *por causa* do trabalho religioso:

[...] assim, aquele político doente. O que fez eu entrar na política e ser político foi realmente a Igreja, o trabalho de Igreja. Porque não vale a pena, eu falar que rezo ou que estou na Igreja se eu não tiver fazendo trabalho pelo social, trabalho em prol do mais sofrido, daquele que precisa (informação verbal)⁵⁷.

⁵⁶ Entrevista com Antenor Carlos (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

⁵⁷ Entrevista com Antenor Carlos (pseudônimo), concedida em outubro de 2009.

Em meio a essa comunidade linguística, a construção da diferença entre “políticos tradicionais” e “políticos cristãos” é uma constante, bem como a concepção segundo a qual vida religiosa e atuação política devem ser vistas como dimensões intrinsecamente relacionadas. O que, no que refere à lógica das lideranças do Mobon, faz com que o engajamento político – e não o seu contrário, o afastamento do mundo da política – signifique maior aprofundamento no comprometimento religioso. Os críticos dessas concepções afirmam que nessas mobilizações nada há de cristão.

Mesmo João Santos, que já era político antes do Mobon, ressalta que sua motivação política se dava em função dos trabalhos na Igreja Católica. Ressalta que suas escolhas em votações e suas motivações eram “[...] por causa do pessoal da Igreja” (informação verbal)⁵⁸. Essas pessoas não estavam fazendo puro uso “instrumental” da religião em busca de votos e maior apoio. Esse tipo de argumento desconsideraria toda a trajetória de atuação dessas lideranças junto ao Mobon e às suas comunidades, e transformaria tudo em um “puro” interesse.

Em sua reflexão mais geral sobre o engajamento político de agentes religiosos, Löwy (1991, p. 26) afirma que considerar a fé e a identidade religiosa “[...] profundamente enraizada na cultura popular como um simples ‘invólucro’ ou ‘roupagem’ de interesses sociais e econômicos, é cair num tipo de atitude redutora que impede compreender toda a riqueza e autenticidade do movimento real”.

Assim, pudemos ver como as mobilizações em comunidades rurais religiosas, especialmente através das CEBs, da CPT e do Mobon, possibilitaram que lideranças provenientes do meio rural levassem as

⁵⁸ Entrevista com João Santos (pseudônimo), concedida em novembro de 2009.

demandas das bases para o campo institucional, construindo pontes com diversos movimentos. Esses agentes políticos, em consonância com a intensificação do processo de transição política no Brasil, tornaram-se pontos de apoio e de diálogo para as lutas emergentes, pelas conquistas de direitos e pela reforma agrária.

1.5 TARUMIRIM E OS SEM-TERRA QUE NÃO ERAM DO MST

Este capítulo tem demonstrado que a década 1980 foi marcada pelos processos de redemocratização e ascensão de movimentos sociais no Brasil, período em que a demanda por reforma agrária adquiriu grande visibilidade e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se tornou importante referência de militância.

Na conjuntura da redemocratização, foram abertas possibilidades de demandas aos/às trabalhadores/as, de forma mais ampla, e à questão agrária, de modo mais particular. Mesmo que os efeitos desse contexto tenham sido limitados, ficou evidente que “[...] determinadas conjunturas criam espaços políticos para novas práticas e até mesmo inovações institucionais” (MEDEIROS; ESTERCI, 1994, p. 16).

Nos anos de 1980, as ocupações se massificam. Milhares de família se mobilizam, tornando as ocupações uma linguagem de uso mais geral. Ou seja, as ocupações são incorporadas como estratégia de conquista de terras por diversos movimentos, dentre eles, por segmentos religiosos e o movimento sindical. Nesse quadro, podemos compreender como se deu a mobilização em Tarumirim-MG, ao colocar a ocupação de terra no horizonte dos/as trabalhadores/as.

A Igreja Católica foi fundamental para os movimentos sociais naquele contexto. Diversos bispos, padres e lideranças religiosas leigas

atuaram não apenas na legitimação dos movimentos, mas, participaram pessoalmente de ocupações e eventos públicos. E como já desenvolvido na seção anterior desse capítulo, vários recursos acionados no fazer político e dos movimentos sociais são provenientes do campo religioso, e não há como negar que os símbolos religiosos têm se inserido em todas as questões humanas com desdobramentos políticos (NOVAES, 1997, 2002). Sabe-se que a religião justifica condutas, formas de agir e de existir (BOURDIEU, 2005; COUTROT 1996; NOVAES 1997, 2002), e não se pode subestimar como a socialização dos agentes católicos nas CEBs foi basilar para a construção de projetos políticos e de movimentos sociais (CASANOVA, 1994).

Assim, é fundamental que, ao se fazer reflexão sobre conquista de terras por agentes religiosos, atentar-se para não se perder de vista o religioso. Uma vez que estamos tratando de uma religiosidade arraigada, desde a década de 1970, na formação política desses agentes sociais. Isto é, as motivações, os símbolos, as estratégias e as alianças realizadas estão diretamente imbricadas com a religião.

A cidade de Tarumirim-MG, como vimos, contou com formação religiosa católica advinda dos cursos do Mobon – importante para o processo de conquista de terras no município do Vale do Rio Doce de Minas Gerais.

Atualmente Tarumirim possui população aproximada de 14 mil habitantes. Desse total, sendo a principal atividade econômica a agropecuária – apesar de todo o cenário de êxodo rural das últimas décadas, bem como as especificidades regionais que estimularam a migração para os Estados Unidos –, cerca de 6 mil habitantes vivem no meio rural (IBGE, 2010).

Esse município possui uma paróquia, circunscrita à Diocese de Caratinga-MG – que possui uma extensão territorial de 731,753 Km². Possui distritos a mais de cinquenta quilômetros do centro da cidade, onde fica a sede paroquial. A organização da Igreja Católica no município, até a década de 1960, era frágil e com uma formação religiosa distanciada daquela compartilhada pelo “corpo de especialistas religiosos”. O catolicismo não tinha efetiva organização, e a presença institucional era precária. As poucas organizações leigas existentes eram centradas em orações coletivas, como o Apostolado da Oração (OLIVEIRA, 2012).

As organizações católicas locais iniciaram um processo de transformações a partir da década de 1970, com a chegada do padre Léssio. O religioso retrata que a paróquia em que chegara, como não era muito atuante, a organização do catolicismo e a formação de “base” eram frágeis. Assim, objetivava dar dinâmica ao catolicismo por meios dos cursos do Mobon, do qual era partícipe e entusiasta.

As localidades rurais eram onde se via a maior atuação do Mobon⁵⁹, locais em que a presença institucional da Igreja Católica encontrava limitações. As principais paróquias de influência do Mobon tinham amplas dimensões territoriais e contavam com apenas um padre, que encontrava dificuldades em atendê-las. Os/as leigos/as que participam dos cursos eram instigados/as a reproduzirem os cursos do Mobon, e, conseqüentemente, as concepções apreendidas neles, para novos públicos, tornando-se agentes do movimento por meio de uma prática de “leigo/a evangelizando leigo/a”. Processo que conformava uma espécie

⁵⁹ As principais regiões de atuação do Mobon eram a Zona da Mata, em localidades próximas ao município de Muriaé-MG, e a região do Vale do Rio Doce, em localidades entre os municípios de Caratinga-MG e Governador Valadares-MG.

de catequese para adultos, em que se estimulava a organização em comunidades religiosas católicas e que as pessoas se tornassem agentes do catolicismo em suas localidades, constituindo-se como lideranças religiosas leigas e colaborando com os párocos (OLIVEIRA, 2012).

Nos cursos do Mobon os/as participantes eram motivados a falar. As pessoas se viam socializando nos momentos de estudos religiosos, o que estimulava o desenvolvimento das habilidades de escuta, fala e convencimento. Neste contexto, a organização de comunidades e a formação de lideranças marcou uma relativa descentralização da paróquia e possibilitou a transmissão de poder às lideranças religiosas leigas em seus contextos locais (OLIVEIRA, 2012).

Neste contexto, trabalhadoras/es rurais pobres de Tarumirim, atuantes no Mobon e próximos do diretório local do PT, protagonizaram uma situação de conflito pela posse de terras de uma fazenda do município. Tratava-se de uma fazenda da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), conhecida como Escola Agrícola.

A Escola Agrícola se trata de uma organização que possui características que ficam entre o público e o privado. Ou seja:

[...] assume o discurso de uma via entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado, embasando-se, para tanto, no mecanismo e no discurso do tema da comunidade. Na realidade, ela se constitui, historicamente, em uma via de privatização adotada pelo Estado, sobrevivendo há 56 anos com recursos advindos dos poderes públicos e, nos últimos anos, sofrendo modificações internas para se adaptar às exigências da política educacional (SILVA, 2001, p. 32).

Segundo a tese de Silva (2001) a fazenda de Tarumirim possuía 120 hectares. Os/as trabalhadores/as pagavam parcela daquilo que produziam ao CNEC – que, por vezes, tinha que prestar favores aos políticos

eleitos do município, havendo uma relação direta entre a escola e agentes políticos locais. O prefeito, antigo proprietário da fazenda, desejava, inclusive, que as terras fossem entregues à prefeitura. As/os trabalhadoras/es tinham receio de que ele quisesse voltar a ser o proprietário das terras que havia vendido. Assim, nesse contexto, todo o debate da década de 1980 – atrelado às discussões acerca dos direitos de acesso à terra, somado ao estabelecimento de organizações sociais no município – potencializou uma postura política mais combativa frente às questões que envolviam a fazenda.

Formas tradicionais de acesso à terra, como as condições de posseiro, agregado e parceiro, diminuíram fortemente, principalmente durante o Regime Militar, momento em que a concentração fundiária foi violentamente intensificada. Projetos modernizadores para o campo, baseados em alianças entre grandes proprietários rurais, empresas e poder público, também levaram à valorização fundiária e um comércio de terras mais intenso, contexto diante do qual a presença dessas relações tradicionais usufruto da terra eram vistas como obstáculos para o desenvolvimento na região. Dessa forma, as alternativas de acesso à terra para os/as trabalhadores/as rurais do Vale do Rio Doce iam se fechando.

No horizonte desses/as trabalhadores/as rurais se colocava o assalariamento em condições precárias, em que a tentativa de compra de terra era algo inacessível para a maioria. Somado a esses fatores estava a incerteza da migração para as grandes cidades, que já acumulavam inúmeros problemas⁶⁰. Assim, a ocupação de terras, estimulada pelos

⁶⁰ Para mais informações sobre esse processo na região ver: Espindola (2010), Mulls (1989) e Ribeiro (1996, 2010).

movimentos sociais, surgiu como alternativa para esses/as trabalhadores/as em busca por melhores condições de vida e trabalho.

Essas dificuldades estavam presentes no cotidiano das/os trabalhadoras/es rurais de Tarumirim. A escola gerida pelo CNEC, conhecida como Escola Agrícola, não estava em funcionamento e como não era uma escola nem pública, nem privada, o prefeito e os agentes políticos dominantes cobravam das/os trabalhadoras/es que plantavam naquelas terras uma parcela da produção. E nesse contexto, alguns vereadores do PT e pequenos/as produtores/as rurais apoiavam a ideia de que trabalhadores/as rurais, que não tivessem terras, pudessem ter posse daquele terreno.

Estas ideias começaram a ser gestadas localmente pelos/as trabalhadores/as, que, por vezes, eram também lideranças do Mobon. Para além dos agentes locais, agentes externos com importante capital político, como Raul Messias – deputado estadual pelo PT, com maior parte de votos advindos de locais de forte influência do Mobon – e Durval Ângelo –atuante de longa data no Mobon, à época, agente da CPT e que, anos depois, tornar-se-ia deputado estadual pelo PT, com expressiva votação nos locais de influência do Mobon –, atuaram em uma articulação junto às/aos trabalhadoras/es para que conseguissem o terreno.

Os/as trabalhadores/as rurais viviam na periferia da cidade ou moravam no terreno de outras pessoas, trabalhando como meeiros/as ou empregados/as. Para melhorarem as condições de vida, plantavam no terreno da Escola Agrícola. Nesse período, as articulações de movimentos, tanto locais quanto externas ao município, solidárias à causa da ocupação do terreno, contribuíam para o início de um processo de reflexão sobre a legitimidade da posse da propriedade ser dos/as trabalhadores/as que na terra produziam.

Era um grupo de trabalhadores/as cuja militância política foi iniciada através dos aprendizados religiosos. Assim, eram pessoas que queriam suas terras, mas, sem prejudicar os direitos de ninguém. “Terra para quem nela trabalha” foi um dos principais lemas utilizados na luta pelo MST e outros movimentos naquele período. Como esses/as trabalhadores/as estavam produzindo nas terras da Escola Agrícola para poderem ter melhores condições de vida, esse era um lema com que se identificavam e que, conseqüentemente, alimentava suas concepções de justiça.

Apesar de em suas mobilizações esses/as trabalhadores/as – geralmente lideranças religiosas – não considerem correta a tática de ocupação de propriedades privadas, ocuparam a fazenda da CNEC por considerarem-na terra pública sem a correta utilização. Assim, as/os trabalhadoras/es de Tarumirim eram sem-terra em suas especificidades, todavia, sem uma vinculação direta com o MST. Embora, o próprio nome de identificação do grupo – os “Sem-Terra” – e contexto da ocupação denotem um processo de atuação que estava para além das práticas de mobilização mais recorrentes no local.

A jovem Maria Antônia, filha de uma das principais lideranças do Mobon⁶¹, e sua amiga, Tânia Maria Silveira, estimularam aquele grupo de pessoas, que passariam a se reconhecer como “Sem-Terra”⁶². As matérias de jornal da época documentam esse processo. Por exemplo, o texto do *box* abaixo, extraído de um recorte de um jornal da época – encontrado nos arquivos pessoais de senhor Nenzim Camargo (Figura 26) –, sobretudo, o que se lê na seção “Luta pela terra” da matéria,

⁶¹ Maria Antônia também foi atuante na formação do PT, tanto na militância e quanto como responsável pela parte burocrática do partido. É filha do primeiro presidente do diretório do PT de Tarumirim.

⁶² Eles não tinham vínculo com o Movimento dos Sem-Terra (MST) nacional.

contextualiza bem o “clima” da situação em que viviam essas/esses trabalhadoras/es rurais sem-terra em Tarumirim.

BOX 1 - O EPISÓDIO DOS “SEM TERRAS” EM TARUMIRIM EM UM RECORTE DE JORNAL DA ÉPOCA

AGRICULTORES EXPERIMENTAM REFORMA AGRÁRIA...

Sobre o chão de terra poeirenta, o sol se abate impiedosamente. Não passa de 9 da manhã. Nenzim Camargo escora o pé em um pedaço de pau, coça o rosto olhando longe. “O arroz não aguentou, foi sol demais e chuva de menos. Conseguindo providenciar um sistema de irrigação, aí fica bom”.

Nenzim Camargo é Manoel Camargo, 57 anos, presidente da Associação dos Sem-Terra de Tarumirim, cidade distante 286 km de Belo Horizonte, próxima 73 km de Governador Valadares. A comunidade onde vive ocupa 35% (42 ha) dos 204 ha de uma fazenda, que está sob a posse da UFMG (leia box). Com terrenos plantados e criações, os sem-terra de Tarumirim dão mostras de uma experiência de reforma agrária de sucesso.

Enquanto conversa, junta-se ao redor de Nenzim um punhado de crianças. Uma delas, menina, pede-lhe a benção. “É minha filha mais nova, 7 anos”. De sua casa vê-se boa parte da fazenda, outras casas e plantações. Milho, feijão, arroz, mandioca e cana são cultivados pela maioria das 16 famílias da associação. Adaptam-se bem à terra seca da região, a produção é suficiente para alimentar, com sobras, as 370 pessoas que vivem ali. O excedente é vendido. Cinco por cento da produção de cada família é revertida em dinheiro para ajudar o hospital São Vicente de Paula.

Não existe cooperativa. Cada família reserva “um tanto” da produção para a venda em mercearias de Tarumirim. O preço não é bom, mas precisam do dinheiro para a compra de remédios, roupas e para o colégio dos filhos. Galinhas são criação comum. Três famílias têm vaca, cabras circulam pela fazenda em maior número.

Conseguir leite já foi problema para os moradores. Todo o leite da região era vendido para Parmalat, não se achava na cidade. Agora, como o preço do leite está baixo, é mais fácil encontra-lo nas padarias e bares, à mão da população. Além disso, os próprios lavradores da comunidade tiram de sua criação o que precisam. Pelo menos o necessário para as crianças. “Quem precisar de leite pode vir até minha casa e pegar”, diz Nenzim Camargo. “O preço? Nada.”

Luta pela terra

As famílias moram na terra desde 1985, em lotes delimitados por bananeiras. Em 1981, entretanto, já plantavam lá, quando ainda residiam na cidade. O terreno, de posse da UFMG, estava cedido à CNEC (Campanha Nacional das Escolas de Comunidade), para a construção de uma escola agrícola. A CNEC, então administradora da terra, mantinha o seguinte acordo com os sem-terra: apenas 2/3 da colheita ficava com os trabalhadores, 1/3 era da Campanha.

Em 1985, A CNEC resolveu tirar os agricultores do trabalho na roça. Havia pressão do prefeito da época, antigo proprietário da área da fazenda – antes mesmo de pertencer a UFMG – para que fosse devolvida à prefeitura. O movimento dos sem-terra já havia sido criado, 7[?] famílias reuniam-se para contar experiências [...] conhecimentos.

Era 22 de dezembro, quando os campos ficaram coalhados de polícia vinda de Governador Valadares. Circulava o boato de que os sem-terra iriam ocupar a área da fazenda. “Invasor de terra eu não sou. Só tem que ocupar a terra com semente”, disse Nenzim. Não houve violência, mas alguns representantes do movimento decidiram ir à Belo Horizonte convencer o reitor da UFMG, [...] Veloso.

“Quando ferveu de polícia aqui, eu virei pro Nenzim e disse: não vamos deixar eles tirarem de [...] mais uma vez, o que conseguimos. Catamos dinheiro de um e de outro e fomos parar lá na UFMG”. Aldair

Ramos de Oliveira, casado com Mariana, lembra-se do dia em que a comunidade começou a fincar o pé na terra. “O reitor disse para fazemos na área o que considerássemos melhor”.

Dezesseis famílias entraram no terreno de 42 ha – o resto dos 204 ficou sob controle da CNEC – e dividiram-no de acordo com o tamanho de cada uma. Famílias maiores tiveram lotes maiores. Formularam um estatuto, instituíram eleições para a presidência da Associação dos Sem-terra de Tarumirim a cada dois anos e concordaram com a realização de assembleias para a tomada das decisões. Até hoje, votou-se, sempre, pela continuidade do mesmo grupo que primeiro assumiu o comando do movimento.

“O importante é viver”

Levantam-se pelas 5, 5h da manhã com destino quase sempre certo: roça. A mão grossa e calçada não é privilégio dos homens, velhos e jovens, da comunidade. As mulheres são fortes companheiras em trabalhos de toda sorte. Aldair Ramos aponta a mulher Mariana sentada num banco ao canto. “Eu e ela fizemos tudo isso aqui”, estende a mão pelo ar, indica paredes e o teto. “Levantamos tudo, em parceria. Ainda falta umas coisas, mas já está bom, muito bom para viver”.

Estariam melhor se pudessem ter um sistema de irrigação que garantisse água para o ano, suficiente para molhar toda a área de plantio. A última chuva grande caiu nos primeiros dias de janeiro deste ano. O arroz não aguentou, praticamente não houve colheita. O preço para se empreender a irrigação nos 42 há é de R\$ 2.900,00. [...].

FONTE: Os autores (2022)⁶³.

FIGURA 26 – SENHOR NENZIM CAMARGO, EM MATÉRIA DE JORNAL, NA DÉCADA DE 1980



⁶³ Quer dizer, é de autoria dos autores deste livro a transcrição feita no box. Todavia, é importante mencionar que, em decorrência de a matéria ter sido extraída de um recorte de jornal, não foi possível indicar informações completas sobre a fonte da mesma. Ao observar as informações do cabeçalho da matéria, foi possível saber que o título da matéria é “Agricultores experimentam reforma agrária...” e que, provavelmente, foi publicada no jornal “Sem-terra”, na página 6 em diante. Para acesso completo às matérias de jornal da época encontradas no período do trabalho de campo, ver ANEXO 3.

FONTE: OLIVEIRA (2012, p. 289).

Como conta Maria Antônia⁶⁴, as/os trabalhadoras/es lavravam e produziam naquela área já há algum tempo, uma “[...] propriedade federal, [...] de uma escola chamada CNEC, [...] que tinha seus diretores que tomavam conta, e esses sem-terra trabalhavam lá pra eles, na verdade trabalhavam como terceiros desses homens que não eram donos da terra”.

Desde 1981 ocupações de terras vinham acontecendo em Minas Gerais e, à medida que obtinham sucesso, essas experiências acabavam por estimular novas ocupações (ZANGELMI, 2014). Assim foi o que aconteceu em Tarumirim. Estimulados por outras ocupações bem sucedidas, o grupo dos/as “Sem-Terra” do município se organizou para ocupar as terras da Escola Agrícola. A avaliação de conjuntura política era a de que só conseguiriam as terras se lá estivessem estabelecidos/as. A programação era ocupar a terra no dia 25 de dezembro de 1985, todavia, antes de ocorrer, a notícia se espalhou pela cidade e a polícia chegou com grande contingente a partir do dia 22 de dezembro. A possibilidade de um conflito era iminente e a ocupação não ocorreu. Como lembra Maria Antônia:

Na verdade, ía ocupar a terra pra pedir, porque se pedir primeiro não consegue, não ia dar. Eles [os/as trabalhadores/as] foram pra lá, mas não teve ocupação como o Movimento Sem-Terra, o pessoal descobriu e chamou todo o batalhão em peso pra cá, e foi que a FETAEMG entrou no processo todo de negociação com o Governo Federal, na verdade com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a CPT e lutaram para eles continuarem

⁶⁴ Em entrevista concedida em janeiro de 2011.

trabalhando lá foi feita a documentação e foi muita luta e perseverança mesmo (informação verbal)⁶⁵.

Fazendeiros temiam que as ocupações se tornassem uma constante na região⁶⁶. O policiamento no município foi reforçado. Como disse uma liderança do grupo, “[...] é tanto moço, que tinha um sargento aqui, que chegou em mim e falou assim: ‘senhor Pedrinho, nós temos que agradecer você muito, porque se não fosse você, nós não tinha carro aqui até hoje’” (informação verbal)⁶⁷. Isto é, a estrutura de vigilância da polícia só recebeu investimentos à época para barrar as ocupações. O carro da polícia só teria chegado pela necessidade de vigiar as terras do município.

A atuação dos militares de fora e a violência dos fazendeiros conhecidos era o que deixavam as lideranças da mobilização preocupadas. Senhor Pedrinho Mariano⁶⁸, por exemplo, recorda que “[...] surgiu um boato aí que eu não podia ficar andando pra rua, porque ia ser perigoso pra mim, mexer com negócio de terra, ia ser perigoso pra mim”. As lideranças que se mobilizaram nesta ocupação eram pessoas que ministravam cursos católicos, e, em decorrência disso, muito capazes de dialogar e negociar, conforme ilustra a fala abaixo:

[...] e lá a polícia chegou pra poder até me prender naquela época, aí eu falei, vou pedir vocês pra ter paciência comigo, tem aqui 80 pessoas na minha frente e eu não posso sair daqui hoje, mas eu assino um compromisso e segunda-feira eu tô lá, quando foi segunda-feira eu tava lá pra atender ele,

⁶⁵ Entrevista com Maria Antônia (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

⁶⁶ Como discutimos no capítulo 1, havia um histórico de conflitos por terra na região de Governador Valadares, onde se localiza o município de Tarumirim.

⁶⁷ Entrevista com Pedrinho Mariano (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011. Pedrinho é uma destacada liderança religiosa do município. Ele participou dos cursos do Mobon desde a década de 1970 e era uma referência na luta pela terra.

⁶⁸ Em entrevista concedida em janeiro de 2011.

atendi direitinho né, aí também eles pegou e falou você tá livre, e pronto (informação verbal)⁶⁹.

O apoio da CPT e da FETAEMG na negociação contribuiu enormemente para a legitimidade da ação junto à população. No cenário local, o apoio da Igreja Católica, representada por padre Léssio e os missionários do Mobon, foi fundamental para o intenso engajamento da população e para a construção do sentimento de que a ocupação da Escola Agrícola era uma luta justa, e, ainda, legitimada pela instituição religiosa.

Neste sentido, padre Léssio foi muito importante nessa mobilização. Como assevera uma liderança, o padre “[...] entrou nisso pra ajudar, por isso tiraram ele daqui, porque ele entrou de corpo e alma porque ele não tinha medo de nada nem de ninguém e organizou-se o grupo e até hoje moram ali” (informação verbal)⁷⁰. Essa representação de padre Léssio como corajoso é muito comum entre os/as católicos/as do município. Por estimular leigos e leigas a se mobilizarem, circulavam informações de que o principal mentor da “invasão” das terras da Escola Agrícola era padre Léssio.

Algo que padre Léssio não desejava ter seu nome vinculado. Isto porque ter seu nome vinculado como principal incentivador da ocupação representava um custo de credibilidade junto ao bispo diocesano e outros padres, bem como o rompimento com as elites regionais, que, vez ou outra, colaboravam com a Igreja Católica. Segundo padre Léssio, o motivo da reunião no salão de uma Igreja Católica do município era conscientizar sobre o direito de cultivar a terra:

⁶⁹ Entrevista com Pedrinho Mariano (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

⁷⁰ Entrevista com Maria Antônia (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

[...] conscientizar as pessoas sobre o direito que todos possuem de cultivar a terra e de poder assim, tirar dela o sagrado alimento. Não interessavam receber terra, mas sim ter o direito de plantar, para viver dignamente, para não ver os filhos passar fome. Pensaram nas terras da Escola Agrícola de Tarumirim – 48 alqueires improdutivos. Por várias vezes, alguns do grupo me perguntaram se eu os apoiaria a cultivar as ditas terras da Escola. Eu respondi que sem saber dos encarregados, não convinha realizar tal projeto. Um dia, o grupo dos ‘Sem-Terra’ fez a reunião no salão paroquial da igreja-matriz – eu estava presente. Vi o clamor de todos os sem-terra – sem lugar de plantar, sem saber onde arranjar alimento para os filhos. Depois de os ouvir e sentir seus problemas angustiados, respondi que eles estavam certos, naquelas condições mencionadas acima, isto é, utilizar as terras para plantar, cultivar e até dispostos a entregar a terça das produções a que fosse de direito, eu mesmo apoiaria⁷¹.

Padre Léssio escreveu esse texto no final de 1985, apresentando seu posicionamento junto ao grupo de trabalhadores/as. Ele procurou legitimar a organização em função da pobreza e das dificuldades pelas quais passavam as/os trabalhadoras/es. Não obstante, assim como na política partidária, não queria ver seu nome divulgado como se estivesse à frente do movimento ou mesmo tivesse um papel fundamental na ação.

Segundo Padre Léssio, o jornal “Diário do Rio Doce” o colocou em um papel que não era real. Em seus termos, o jornal:

[...] continuou dando notícias falsas. O dia 5 de janeiro, além da pessoa do padre e das referidas jovens, implicou o Sr. Durval Andrade, da CPT regional de Belo Horizonte; Pe. Jerônimo de Poté e Belo Horizonte, Frei Jaime, de Ipatinga e Epaminondas, da FETAEMG, de Belo Horizonte e outros⁷².

⁷¹ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 15.

⁷² Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

Uma das principais lideranças do Mobon, foi ao jornal para esclarecer a situação e contar outra versão dos fatos. A liderança afirmou ao jornal que não havia um grande clima de tensão no município, que nem o padre e nem as/os jovens tinham programado “invadir” aquelas terras, e, que a cidade continuava tranquila como sempre foi:

Sua presença na redação, segundo disse, era para esclarecer tais fatos tirando da cabeça de seus conterrâneos o pesadelo de um possível conflito armado conforme alguns fazendeiros andaram comentando. Concluindo disse que o fato somente tomou maiores proporções devido à falta de conhecimento da população de Tarumirim sobre a reforma agrária⁷³.

Certamente o tema da reforma agrária era conhecido, mas era controverso e o cenário nacional de ocupações e disputas políticas influenciava nas questões locais. Os conflitos por terra na região do Vale do Rio Doce impulsionaram não só os/as trabalhadores/as rurais, mas, também os fazendeiros do município a buscarem aliados externos.

O clima no município não era dos mais tranquilos. Havia pressão por parte dos fazendeiros e boatos de que homens armados estariam prontos para reagir caso fosse necessário. Não foi gratuita a afirmação de padre Léssio de que “[...] neste fim de ano, surpresas e cruzeiros estavam me esperando”⁷⁴. Depois da dificuldade em relação à questão dos “Sem-Terra”, na noite de 28 de janeiro de 1986, próximo da meia-noite, Ambrósio e Zé Antônio⁷⁵ chegaram à casa paroquial de Tarumirim.

Segundo registrado no livro de tombo da Paróquia de Tarumirim, o delegado e um detetive da cidade vizinha, Engenheiro Caldas, teriam dito

⁷³ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

⁷⁴ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

⁷⁵ Zé Antônio (pseudônimo) era uma das principais lideranças de toda a região e residia numa cidade muito próxima a Tarumirim.

a Zé Antônio: “[...] você é amigo deste padre e querem que ele continue vivo, tirem este padre de Tarumirim”⁷⁶. As autoridades policiais, portanto, achavam prudente que padre Léssio deixasse a cidade. Entre as lideranças religiosas circulava o boato de que teriam identificado um homem contratado para matar o sacerdote. o padre então ligou para o seminário e pediu que fossem recebe-lo na cidade no outro dia, pela manhã.

Às 9:30 horas, saí no volkswagem do Mons. Raul, seu reemo. Eu mesmo não sabia o meu endereço. Na casa paroquial, deixei minha irmã e as pessoas que trabalhavam comigo chorando. Eu também estava triste, pensando que, depois de quase 16 anos de trabalho bem dedicado à Paróquia, eu saía daquela maneira. Somente uma esperança eu possuía: Deus. Viajei com Mons. Raul até Taruassu. Aqui o Sr. Bispo, Dom Hélio estava me aguardando, para viajarmos para Governador Valadares a fim de conversarmos com o Sr. Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar e com o Sr. Delegado Regional de polícia⁷⁷.

Assim, padre Léssio foi com o Dom Hélio, a principal autoridade religiosa da região, ao batalhão e à delegacia para que informar as autoridades policiais sobre a situação, bem como para denunciar a possibilidade do crime e, ainda, para as convencer de que o padre era inocente em relação à ocupação dos “Sem Terra”. O Bispo escreveu uma nota de esclarecimento para o jornal “Diário do Rio Doce” (1986) falando entre outras coisas, sobre a importância do trabalho pastoral do padre para Tarumirim e para a Diocese de Caratinga.

⁷⁶ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

⁷⁷ Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

A nota diz o seguinte: 'O Bispo Diocesano de Caratinga, a cuja Diocese pertence a Paróquia de Tarumirim, sente-se na obrigação moral de prestar os seguintes esclarecimentos através do Diário do Rio Doce:

Um dos sinais da vida da Igreja de Tarumirim são os numerosos e variados cursos de formação, promovidos ou na Casa Central do Mobon, em Dom Cavati, ou no Salão paroquial de Tarumirim e nos diversos salões das Comunidades. A Equipe de Evangelização da Diocese de Caratinga, com a presença e assistência constante de Padre Léssio tem uma gama variada de diversos cursos de formação para líderes de Igreja, como: A Boa Nova de Evangelho, livros da Bíblia, os Dez Mandamentos, Catequese infantil, Orientações para o casamento, Cooperativismo, café de terra quente, cultivo da terra, etc.

É meu dever esclarecer todo o seu trabalho pastoral, como de toda a Igreja, visa atingir seus objetivos de promoção espiritual e material do Povo por vias pacíficas, à luz da palavra de Deus e do amor e nunca com armas da violência e do ódio.

No caso concreto das denúncias de possível invasão de terras da União em Tarumirim, após ouvir várias pessoas fidedignas, inclusive o próprio Padre Léssio podemos afirmar que o Padre Léssio não incentivou qualquer planejamento de invasão.

A bem da verdade por trás de todas as acusações contra o Padre Léssio, estão algumas pessoas incomodadas com seu trabalho pastoral e por isso interessados em desmoralizá-lo.

Assinado: Bispo Diocesano de Caratinga⁷⁸.

⁷⁸ Esta nota está com a data de 29 de janeiro de 1986. In: Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3, p. 16.

Como se nota, a nota de esclarecimento buscava ressaltar o aspecto do trabalho religioso de Padre Léssio. Um indicativo de que o bispo diocesano não valorizava as articulações políticas como fator positivo da atuação do padre, ou, pelo menos, não com a mesma intensidade que a atuação religiosa. A nota, portanto, procurou ressaltar os ganhos da atuação do padre para o campo religioso, mostrando um relativo distanciamento do campo político.

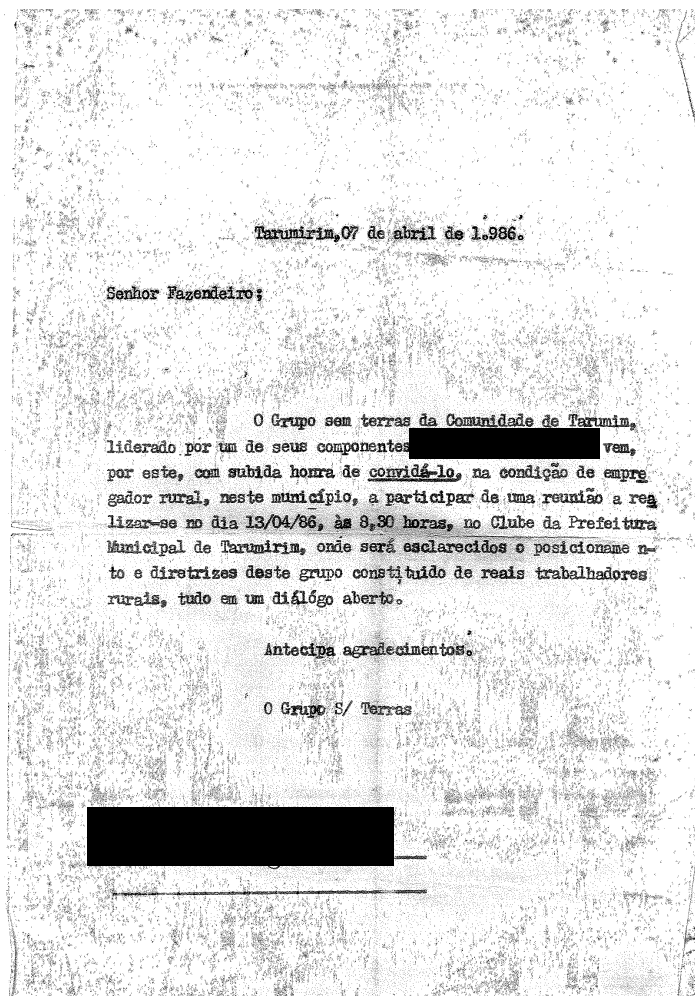
Independentemente de saber se a ameaça de morte direcionada ao padre se concretizaria ou não, caso ele tivesse permanecido em Tarumirim, é interessante perceber o grau de tensão que estava o município. A violência era iminente. E essa perseguição a padre Léssio se faz presente na memória das lideranças religiosas locais. Todos/as falam desse momento tenso que o padre Léssio viveu no município, e da violência que marcou o episódio, sobretudo, pela capacidade de perseguição dos fazendeiros e dos grupos adversários do PT local.

A situação no município só ficou mais tranquila quando o senhor Pedrinho Mariano – liderança dos “Sem-Terra”, que também ministrava cursos pelo Mobon, acostumado a falar em público – convidou os fazendeiros do município para uma reunião, com o intuito de tranquilizá-los. Afirmou que os “Sem-Terra” não tinham nenhum interesse de ocupar as terras deles. Para articular essa reunião, sr. Pedrinho teria contado com os conselhos de padre Luiz, o novo pároco, que chegou para substituir Léssio⁷⁹.

⁷⁹ Padre Luiz e padre Léssio tinham uma relação de proximidade pastoral, conduziam os trabalhos de maneira semelhante e eram próximos do Mobon. A substituição de padre Léssio se deu, portanto, pela urgência daquele momento, que representava o risco de morte para ele, e nada teve a com uma substituição motivada por diferenças de concepções religiosas e pastorais entre os sacerdotes.

Sr. Pedrinho Mariano enviou um convite aos fazendeiros e proprietários de terras, inclusive para as lideranças do Mobon que possuíam pequenos sítios e para uma liderança que possuía porções maiores de terra. No convite já sinaliza a legitimidade da atuação do grupo (“de reais trabalhadores rurais”), e reforça que os convidados fossem à reunião para que fossem esclarecidos acerca dos objetivos do “O Grupo S/Terras”.

FIGURA 27 – FAC-SÍMILE DA CARTA ENVIADA AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA DE TARUMIRIM, EM 7 DE ABRIL DE 1986



FONTE: INFORMAÇÃO VERBAL⁸⁰.

No dia da reunião, em 13 de abril de 1986, logo no início da reunião, um fazendeiro teria pedido a padre Luiz para fazer uma oração. Ato

⁸⁰ Carta para Senhor Fazendeiro. Tarumirim, 7 de abril de 1986. Foto da carta feita durante trabalho de campo. A carta foi gentilmente disponibilizada por uma liderança que atuou na organização dos "Sem-Terra".

significativo, uma vez que começar a reunião com uma oração, sinaliza que o apreço à religião era um ponto em comum, de aproximação, entre os dois grupos distanciados por suas disputas políticas. Como lembra sr. Pedrinho, o fazendeiro teria dito:

“Padre Luiz, você podia começar com a oração porque acho que já chegou todo mundo”. Ai ele falou: “Eu também sou convidado da reunião!”. Ai eles assustaram né (risos), o negócio foi bem organizado bobo, ai eu falei “padre Luiz, faz a oração inicial pra nós começar”. Feito, eu comecei a explicar para eles a história minha o que era, quando eu estava no meio da reunião, levantou todos os fazendeiros e me deram um abraço, falaram oh Nelsinho, a partir de hoje nós somos seus companheiros, e o que você precisar é com nós mesmo, e nós estamos aí pro que der e vier, estamos junto com você, então todo trabalho que você vai fazer, você tem que ter um tipo de jeito pra fazer, tem que ser tudo na paz, na tranquilidade, e foi o que eu fiz, ai moço (informação verbal)⁸¹.

A presença de padre Luiz na reunião alterou o cenário. Queremos dizer, se o padre tivesse feito uma oração primeiro poderia ter evidenciado aos presentes que a reunião se tratava de um evento em que a religiosidade estava acima das questões políticas em disputas (a questão das posses de terras, sobremaneira, a posse de uma fazenda do município) e ele passaria a ser o centro das atenções. O pároco estar presente era muito representativo para os/as trabalhadores/as e os proprietários de terra – ele era respeitado e visto como importante pelos dois grupos. A sua presença contribuiu para garantir maior tranquilidade ao evento, de outro modo, minimizar as tensões e disputas. Assim, o sacerdote abriu mão da prerrogativa de conduzir a reunião, o que fez com que a liderança dos/as “Sem-Terra” ganhasse maior destaque.

⁸¹ Entrevista com Pedrinho Mariano (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

Se no campo político os dois grupos participantes da reunião estavam distantes, considerando o campo religioso ambos eram compostos por agentes que possuíam crenças comuns, o que facilitou a aproximação. Se fazendeiros possuíam o capital econômico maior e concentravam (concentram) o poder por conta disso, naquela conjuntura obter capitais religiosos, a partir do reconhecimento público do pároco, não era algo dispensável. Como escreveu Bourdieu (2005), apesar do trânsito de capitais de um campo ao outro não ser automático, ele é possível.

No relato de sr. Pedrinho ele aborda questões morais religiosas e sua narrativa era de tranquilidade entre os dois grupos após reunião. Trabalhadores/as e os proprietários de terra estabeleceram parcerias. Disse a liderança:

[...] eu disse pra eles que eu tava correndo atrás de uma terra que não tava beneficiando a ninguém, então que ela ia beneficiar 16 famílias e que ia beneficiar eles também, ai abaixaram a cabeça, de fato vai ajudar nós mesmo, por resto eles já tava buscando a cana pra tratar do gado, que nós vendia pra eles, milho, nós vendia pra eles né...por resto até trator deles eles mandava pra fazer serviço de graça pra nós aqui, então é por ai que a gente toca as coisas (informação verbal)⁸².

Uma questão que chama atenção é o fato de os “Sem-Terra” de Tarumirim terem sido um movimento articulado para além das fronteiras municipais, porém, que procurava não ser associado aos “sem-terra” do MST. Como explica sr. Pedrinho:

[...] [o] que foi o “SEM-TERRA”, não era um movimento que foi criado com o MST, foi uma associação criada junto com o Sindicato dos Trabalhadores

⁸² Entrevista com Pedrinho Mariano (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

Rurais, junto com a FETAEMG né, e junto também com a igreja do jeito que a gente fez ela, aí resultado, foi criada aqui a “Associação agrícola dos Sem-Terra de Tarumirim” (informação verbal)⁸³.

Em termos de interação dos “Sem-Terra” de Tarumirim com organizações externas ao município, podem-se destacar as interações com entidades sindicais. Esses trabalhadores/as eram integrantes da FETAEMG, entidade sindical filiada à Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organizações que nesse período acentuaram – organizando e apoiando uma série de ocupações de terra em várias regiões do estado – seu envolvimento nas ações de luta pela terra, especialmente a partir de 1981, com a retomada do conflito de Cachoeirinha (Varzelândia-MG) (ZANGELMI, 2014). a atuação da FETAEMG pode ter contribuído para a constituição de novas significações nesse contexto local, possibilitando aos/as trabalhadores/as rurais que articulassem suas demandas por terras específicas (locais) com bandeiras mais amplas, ascendentes nesse período, como a reforma agrária, o combate à desigualdade social, a democratização política etc.

O processo vivido em Tarumirim foi pautado também por questões do campo religioso, em uma lógica organizacional e moral muito própria aos agentes religiosos. Os párocos sempre entravam em cena nos momentos de tensão e negociação. As reflexões de Novaes (2002), sobre as disputas por terra no Nordeste, mostram que quando bispos e párocos intervinham, dando legitimidade aos/as trabalhadores/as, estes ganhavam maior respeito junto aos governantes, contribuindo para a não utilização de violência pelos fazendeiros. Nesse sentido, Novaes (1997) afirma que se pode dizer que há uma “cultura brasileira católica”,

⁸³ Entrevista Pedrinho Mariano (pseudônimo), concedida em janeiro de 2011.

em que uma de suas expressões se dá no “[...] reconhecimento social da autoridade moral do clero católico” (NOVAES, 1997, p. 5).

A religiosidade, que em certa medida aproximava os adversários (os “Sem-Terra” e os fazendeiros), por um lado, possibilitou certa segurança às lideranças frente as perseguições e a violência habituais, por outro, pode ter amortecido suas possibilidades de radicalização no enfrentamento contra as relações de poder locais.

Mesmo entre as próprias mobilizações do MST encontramos relatos que apontam como a religiosidade, estimulada principalmente pelos agentes das CEBs e da CPT, em certo momento se tornou um obstáculo para os anseios de radicalização desse movimento (ZANGELMI, 2014). Outros estudos apontam no mesmo sentido:

No entanto, por outro lado, há que constar também as limitações das CEBs e da CPT como “intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras do campo”, constituindo-se como organismos da Igreja trazem no seu bojo, as suas contradições e seus limites. Estes estão, fundamentalmente, na visão de sociedade que tem a Igreja: visão essa que nega o conflito e se assenta na harmonia, na comunhão entre irmãos, na sociedade como comunidade eclesial. E se reforçam no caráter universalista da missão da Igreja, que lhe impede de levar até as últimas consequências a sua “opção pelos pobres”, e a sua identificação radical com as classes oprimidas (MULS, 1989, p. 166).

Mesmo entre os setores mais progressistas da Igreja Católica podemos identificar essa tensão. Apesar da Teologia da Libertação trazer uma postura crítica em relação ao acúmulo desproporcional de riqueza e ser contra as desigualdades, sendo um pensamento fortemente mobilizador para os grupos subalternos, outros valores católicos – como, por exemplo, o de fraternidade – colocam limites aos embates mais radicais. A concepção de que não “invadiriam terra dos outros”, mas iriam

trabalhar naquelas terras e até fazer parcerias com fazendeiros, como vender cana e ter cooperação, tranquilizou os ânimos no município.

O processo de redemocratização abriu novas oportunidades de mobilização. Porém, suas possibilidades de efetivação variaram de acordo com as relações de poder em cada contexto específico. Numa região marcada por intensos conflitos pela terra, nos quais a violência extrema de fazendeiros e policiais contra trabalhadores/as rurais se destaca, ocupar terras na década de 1980 ainda era um grande risco⁸⁴. Mesmo nos anos 1990, quando o MST já havia construído maior legitimidade e reconhecimento nacional e internacional, esse movimento teve dificuldades para realizar suas primeiras ocupações de terra no Vale do Rio Doce, em vista da força dos fazendeiros e da apreensão dos/as trabalhadores/as rurais, que traziam consigo suas memórias da opressão de décadas.

No entanto, a mobilização em Tarumirim trouxe conquistas sociais e políticas significativas. No dia 25 de dezembro de 1985 os/as trabalhadores/as não ocuparam as terras da Escola Agrícola, em decorrência do grande contingente policial que lá estava desde o dia 22, mas, posteriormente, conseguiram a sua legalização por vias institucionais e por meio da atuação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Eles só viveram naquelas terras e construíram suas casas com a documentação legalizada. A pressão e a intenção de ocupação

⁸⁴ Sobre como as diversas gerações de lideranças religiosas que tiveram contato com o Mobon narram suas memórias “da luta”, vale ver: Rabelo (2019). A pesquisadora discute, através da análise de um compilado de memórias, a vivência da experiência sindical de luta por direitos trabalhistas narradas por três diferentes, e interconectadas, gerações de lideranças político-religiosas da Zona da Mata mineira – a 1ª geração, de lideranças que fundaram comunidades, STRs e diretórios do PT; a 2ª geração, de lideranças que cresceram dentro da comunidade, participa do STR e do PT que já estão estabelecidos, e; a 3ª geração, de lideranças emergentes. Cada geração teve (tem) uma maneira de vivenciar a luta, sempre em diálogo com a conjuntura política de cada tempo (RABELO, 2019, p. 67-117).

dos “Sem-Terra” também foram importantes ingredientes de estímulo à organização político-partidária no município, possibilitando avanços institucionais significativos ao longo do tempo.

3

O MST EM MINAS GERAIS

3.1 O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES

Como argumentamos anteriormente, é muito nítida a importância de grupos religiosos na criação e desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)¹, fornecendo seus primeiros quadros e bases organizativas. O MST surgiu, a partir de 1979, como desdobramento das resistências de posseiros/as e ocupações de terra no Sul do Brasil. Essas lutas convergiram para sua fundação no ano de 1984, em Cascavel, por ocasião do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Assim, com respaldo da CPT, esses/as trabalhadores/as rurais foram realizando encontros e enfrentamentos em situações de conflito, forjando concepções sociais e metodologias de ação que se tornaram pontos de apoio para a expansão do movimento, como o socialismo, a autonomia política, a formação educacional, a divisão do poder etc.².

Destaca-se como o MST situou as ocupações de terra em um novo patamar, tornando-as a principal forma de luta pela terra nesse período. Em outros períodos, especialmente no final da década de 1960, foram realizadas ocupações de terra por trabalhadores/as rurais, no entanto, o

¹ Cabe salientar que o surgimento da figura do “sem-terra” é anterior a esse processo. O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) se desenvolveu no Rio Grande do Sul do final dos anos de 1950 a meados dos anos de 1960, com forte ligação com lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), realizando ocupações de terra e pressionando o poder público pela reforma agrária. Em algumas análises esse movimento é considerado um *embrião* do MST (CORONEL; ILHA; LEONARDI, 2009).

² Sobre o surgimento, concepções e metodologias de ação do MST, ver Fernandes (2010), Bergamasco e Norder (2008) e Fabrini e Marcos (2010).

MST generalizou e massificou essa linguagem³. De outro modo, generalizou porque as ocupações passaram a ser utilizadas como principal estratégia por outros movimentos, engajados em diversas lutas. Assim, se tornou comum ver ocupações em diversos espaços e desencadeadas por diversos movimentos, desde aqueles voltados para a reforma agrária, como o movimento sindical rural e a CPT, até mobilizações urbanas por moradia e lutas estudantis nas universidades. Massificou porque na década de 1980 as ocupações de terra passaram a contar com milhares de famílias de trabalhadoras/es rurais, num fluxo contínuo⁴.

Dessa forma, as ocupações se tornaram a maneira privilegiada de desencadear a atenção da opinião pública e pressionar os governos a apresentarem soluções para as/os trabalhadoras/es rurais sem-terra, possibilitando a criação de um grande número de assentamentos por todo o Brasil. Ao ocupar um determinado lugar, o movimento apontava para o poder público as terras passíveis de desapropriação, geralmente, terras devolutas, com irregularidades ou que não atendiam sua função social e os critérios de produtividade. A partir dessa sinalização, que lançava luz sobre aquelas áreas específicas, os governos eram pressionados a darem uma resposta.

³ Sigaud, Rosa e Macedo (2008) realizaram uma comparação entre as ocupações de terra no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, no início dos anos de 1960, e as ocupações em Pernambuco na década de 1980, apontando a existência de uma mesma linguagem. Apesar de não atingirem o volume e a amplitude das mobilizações desencadeadas na década de 1980, essas ocupações iniciais conquistaram o reconhecimento do Estado, indicando que se tratava de uma linguagem que se difundia. Esses canais de interlocução em construção foram impedidos durante o Regime Militar. Ver também: Sigaud (2000, 2009).

⁴ O fluxo das mobilizações nesse processo foi possível, em grande medida, pela articulação a partir dos laços sociais prévios. Vários estudos, de diferentes formas, têm apontado a importância das redes de relações sociais – de amizade, parentesco, vizinhança etc. – para a adesão e permanência de trabalhadoras/es rurais nas ações de luta pela terra (SIGAUD, 2000; MARTINS, 2003; LOPES, 2002; LOERA, 2006). Assim, é indicado como as relações de sociabilidade, reciprocidade e confiança foram fundamentais na formação e desenvolvimento de acampamentos e assentamentos em vários contextos.

Essa pressão dos movimentos e das/os trabalhadoras/es rurais foi necessária, sobretudo, pela inércia do poder estatal em relação a má distribuição fundiária, decorrente do contínuo alinhamento dos governos aos interesses de grupos que detinham o poder econômico e político no campo, especialmente setores patronais e agroindustriais. O Plano Nacional de Reforma Agrária, um dos objetivos propagados pela “nova república”, não saiu do papel. Ou seja, não serviu de instrumento para mudanças na estrutura agrária nacional como pretendiam as forças progressistas em ascensão.

A Constituição de 1988, ao prever tanto a “função social” quanto a “improdutividade” como critérios para desapropriação, permitiu que o primeiro fosse submetido pelo segundo, assim, o que prevaleceu foi a necessidade de que as terras fossem consideradas improdutivas para que fossem desapropriadas para a reforma agrária. No entanto, a regulamentação⁵ desses critérios foi realizada apenas em 1993 e os parâmetros de improdutividade permanecem até hoje em contínua desatualização, sendo obstáculos para uma ampla reforma agrária⁶. Nesse cenário, os movimentos, através das ocupações, buscavam impulsionar as desapropriações e a reforma agrária usando o pouco espaço institucional a que tinham acesso.

Na década de 1980, partindo do Sul do Brasil, o MST buscou expandir suas mobilizações para outras regiões, dando impulso a diversos processos de luta decorrentes tanto das diretrizes do movimento quanto das especificidades regionais. Jovens militantes, provenientes de setores progressistas da Igreja Católica e oposições sindicais,

⁵ Essa regulamentação foi realizada pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

⁶ Para mais informações, ver: Ferreira, Alves e Carvalho Filho (2009).

migraram para vários estados, interagindo com os movimentos populares locais pré-existentes e, assim, buscando realizar ocupações aos moldes das que o MST vinha construindo nos estados do sul⁷.

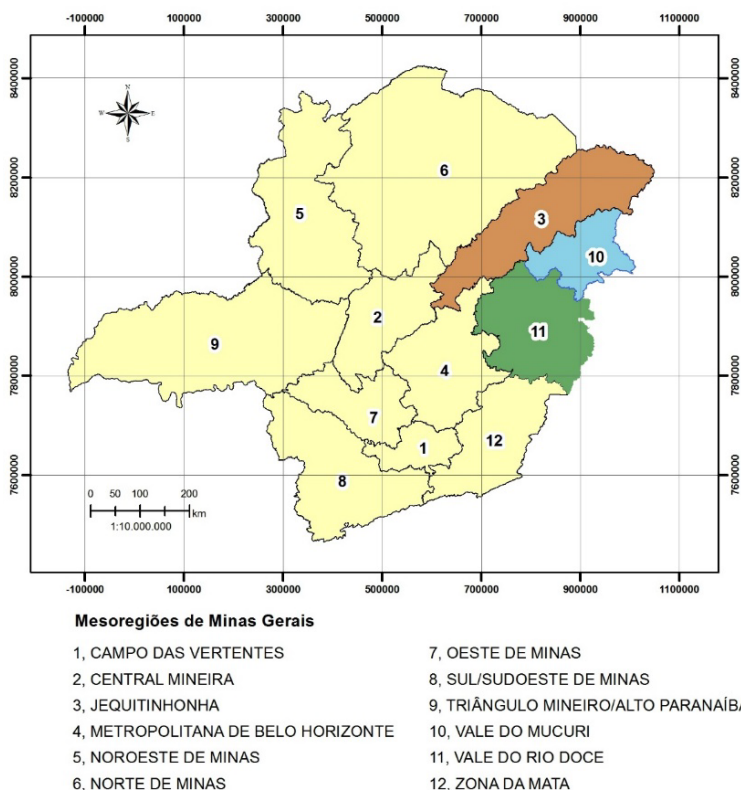
Nesse planejamento de nacionalização do MST, o estado de Minas Gerais foi incluído como parte do Nordeste. Ou seja, suas mobilizações foram realizadas pelo mesmo grupo de militantes que foi enviado para aquela região. Isso fazia sentido para as estratégias do movimento, pois, ele visava atuar primeiramente em regiões pobres do estado, como os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, que tinham fortes semelhanças socioeconômicas com a região Nordeste.

A expansão das ações do MST não se deu da mesma forma em cada estado, pois variou em relação às alianças possíveis, aos adversários e, assim, também quanto à forma e ao período em que foram realizadas as primeiras ocupações. No caso de Minas Gerais, a atuação direta de militantes do MST na realização de ocupações ocorreu apenas a partir de 1988, momento considerado tardio quando comparamos com outros estados.

Um momento importante nesse processo foi o I Encontro dos Trabalhadores Sem-Terra, realizado no município de Contagem, em 1984, marcando uma maior influência das mobilizações do Sul do Brasil em Minas Gerais. Essa aproximação foi possível, principalmente, pela forte atuação da CPT de Minas Gerais em certas regiões, que se tornaram foco das futuras mobilizações do MST no estado, como os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Juntamente com o Norte do estado, essas eram regiões de grande pobreza, desigualdade e conflitos pela terra decorrentes de antigas relações de exploração e violência, destacando-se o grande número de agregados/as e posseiros/as expulsos/as.

⁷ Sobre a nacionalização do MST, ver: Lerrer (2008).

FIGURA 28 – MAPA DAS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS



FONTE: IBGE (2010).

Assim, o MST começou sua atuação em Minas Gerais por regiões nas quais a CPT já vinha há anos conscientizando a população, formando lideranças e criando expectativas em relação às notícias de ocupações, desapropriações e formação de assentamentos rurais em outras regiões. Destaca-se o papel central de padre Jerônimo Nunes, coordenador da CPT, que foi responsável pela formação dos primeiros quadros de militantes do MST em Minas Gerais, grande parte deles provenientes do pequeno município de Poté, localizado no Vale do Mucuri.

Já o movimento sindical, nesse período de renovação, concentrava sua atuação em outras regiões do estado, especialmente, no Norte e no Noroeste, também incorporando as ocupações no universo de possibilidades de luta pela terra. Como vimos, a ocupação de Cachoeirinha marcou esse perfil de atuação mais incisivo da FETAEMG na condução de mobilizações de luta pela terra.

Dessa forma, percebe-se uma divisão regional dos movimentos pela reforma agrária nesse período, pois a FETAEMG atuava mais no Noroeste, Norte e Triângulo. Já a CPT, mais articulada com o MST, atuava, prioritariamente, nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e, posteriormente, do Rio Doce. No entanto, essas delimitações são baseadas nos principais focos de atividades dos movimentos, isto é, não se tratava de exclusividade, sendo que os movimentos buscavam expandir sua atuação por todas as regiões de Minas Gerais, variando a intensidade que esse trabalho era realizado em cada região.

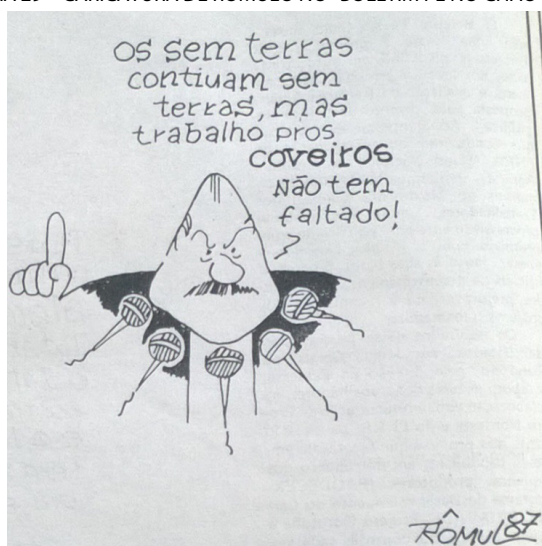
Ao longo da década de 1980, as ocupações de terra foram cada vez mais ganhando legitimidade, sendo realizadas com mais frequência, por um maior número de organizações e chamando cada vez mais a atenção da sociedade e do poder público. No que se refere ao modelo de ocupações que o MST desenvolveu inicialmente no Sul do Brasil – baseado na ocupação massiva de terras, com as quais as/os trabalhadoras/es rurais não tinham um vínculo prévio –, sua inserção em Minas Gerais aconteceu em meados da década de 1980, mesmo que sem a participação direta de militantes do MST.

Em setembro de 1985 a Fazenda Bartira, em Iturama, foi ocupada. Considerada pelo o MST como início das ocupações em Minas Gerais⁸,

⁸ Os acampados da Fazenda Bartira – após intenso processo de resistência e pressão sobre o poder público, como nas manifestações em Belo Horizonte e Brasília-DF – conquistaram a terra no ano de 1986.

essa ocupação desencadeou outras nos mesmos moldes. Nesse período, destaca-se também o avanço de forças conservadoras contrárias aos movimentos em ascensão, especialmente a União Democrática Ruralista (UDR), organização na qual latifundiários e seus apoiadores realizavam ações contrárias à reforma agrária⁹. Ações que iam da formação de milícias para atacar os sem-terra ao lobby político, conquistando forte apoio governamental junto a políticos da “Nova República”.

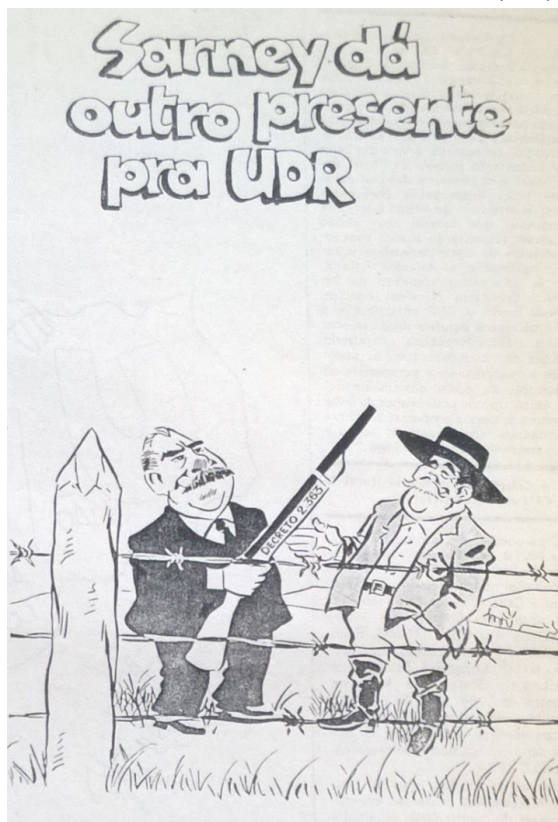
FIGURA 29 – CARICATURA DE RÔMULO NO “BOLETIM PÉ NO CHÃO” (1987)



FONTE: RÔMULO (1987).

⁹ A UDR foi criada a partir de 1985, mesmo não oficialmente. A organização foi uma das principais formas de organização do patronato rural nas décadas de 1980 e 1990. Marcada pelas ações de violência, em defesa da grande propriedade fundiária, contra trabalhadores/as rurais mobilizados/as na luta pela terra e pela reforma agrária, esse grupo conferiu certa identidade a grande parte do patronato rural brasileiro, sendo importante meio de organização e representação. Nesse processo, a UDR organizou leilões de gado, formou milícias privadas, deu apoio jurídico a fazendeiros, financiou políticos que representassem seus interesses, assim, conseguiu dispor de grande poder em várias instâncias (BRUNO, 1996).

FIGURA 30 – CARICATURA NO “BOLETIM PÉ NO CHÃO” (1987).



FONTE: BOLETIM PÉ NO CHÃO (1987, n. p.).

As figuras acima demonstram o contexto político desfavorável para as demandas dos sem-terra. A Figura 30, por exemplo, faz referência ao Decreto-Lei 2.363 de 21 de outubro de 1987, que, atendendo aos interesses dos latifundiários contrários à reforma agrária, extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O órgão foi restabelecido pelo Congresso Nacional em 1989, porém, suas atividades continuaram sendo obstaculizadas.

Nesse momento, os movimentos disputavam também espaço institucional, em diferentes posições. A FETAEMG, em várias ocasiões,

alinhou parte de suas lutas aos interesses do PMDB, como pudemos ver no capítulo 1, sobre o caso de Cachoeirinha. Já a CUT e o PT, impulso- nadores da renovação sindical, eram fortemente críticos ao PMDB e ao Governo, especialmente, sobre seus vínculos com os setores latifundiá- rios.

Em Minas Gerais, o MST encontrou maior espaço de atuação junto aos sindicalistas da CUT e à CPT, que deram amplo apoio às ocupações. Assim, em fevereiro de 1988, no município de Novo Cruzeiro, foi ocu- pada a Fazenda Aruega, primeira ocupação mediada por militantes do MST em terras de Minas Gerais. Parte desses militantes foram proveni- entes dos estados do Sul, outros dos recentes quadros do MST formados em Minas Gerais¹⁰.

A ocupação de Aruega é fruto de um processo de organização rea- lizado desde meados da década de 1980, quando militantes do Sul visitaram a região a convite da CPT, realizando reuniões, eventos e con- vites para que jovens ligados/as a sindicatos e a Igreja Católica viajassem pelo Brasil para conhecer o MST. Esses/as jovens, grande parte deles/as moradores/as do município de Poté (Vale do Mucuri), também receberam material escrito e filmagens do movimento, assim como viajaram para conhecer as ideias, a organização e as estratégias nas ocupações em curso.

Destaca-se, nesse momento de formação dos primeiros quadros do MST em Minas Gerais, o impulso dado por padre Jerônimo Nunes, coor- denador da CPT que atuou na região, realizando reflexões sobre as injustiças no campo e informando leigos sobre as lutas em curso, entre as décadas de 1970 e 1990. Esse padre, juntamente com outros de vários

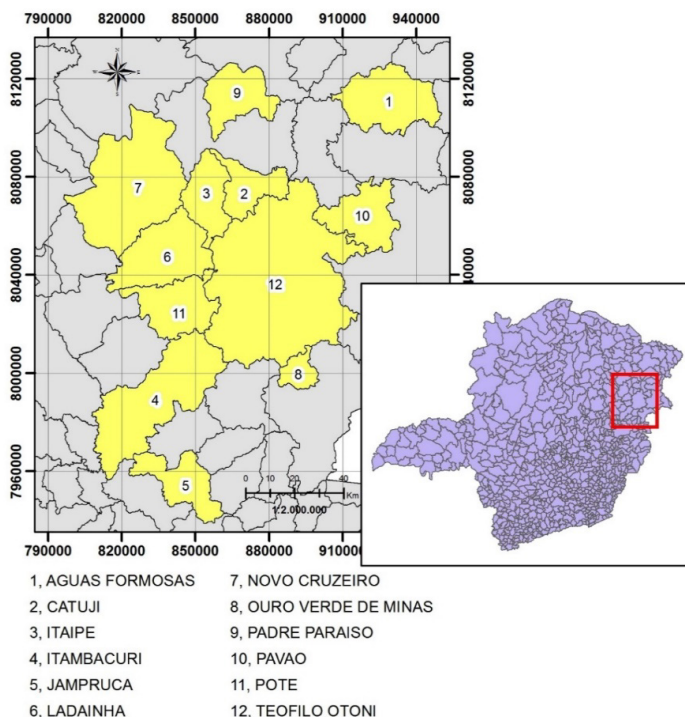
¹⁰ Sobre as primeiras ocupações do MST em Minas Gerais, ver: Zangelmi (2014, 2017b, 2016).

municípios da região, abriu caminho para que esses/as jovens acessassem as comunidades, realizassem reflexões nas capelas e convidassem as/os trabalhadoras/es rurais para essa primeira ocupação – o que, para a maioria, era um salto para o desconhecido. A estrutura física e a legitimidade moral desses religiosos junto a população foram eles fundamentais para que essas ideias “fora do lugar” encontrassem solo fértil e se concretizassem.

No processo de nacionalização do MST, era muito presente a percepção de atraso de Minas Gerais. Havia uma crítica de que em Minas Gerais não existia tanta coragem e iniciativa quanto em estados como Rio Grande do Sul, Espírito Santo etc., comparação que mexia com o brio desses/as militantes e gerava grande ansiedade e o sentimento de que precisavam dar uma resposta. Assim, para essas novas lideranças se fazia necessário desencadear ocupações o quanto antes.

Finalmente, em fevereiro de 1988, a Fazenda Aruega foi ocupada por cerca de 400 famílias de trabalhadores/as rurais, provenientes de diversos pequenos municípios da região, como Águas Formosas, Catuji, Itaipé, Itambacurí, Jampruca, Ladainha, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Pavão, Pote e Teófilo Otoni. Em sua maioria, esses/as trabalhadores/as sem-terra eram agregados/as, meeiros/as, posseiros/as, assalariados/as e proprietários/as de terras pequenas, isoladas e desgastadas, insuficientes diante do crescimento da família.

FIGURA 31 – MAPA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO MUCURI DE ONDE SÃO PROVENIENTES AS FAMÍLIAS QUE OCUPARAM A FAZENDA ARUEGA EM 1988



FONTE: IBGE (2010).

Esses/as trabalhadores/as sem-terra trabalhavam principalmente na agricultura de arroz, feijão, mandioca, milho, café e cana, produtos voltados, principalmente, para subsistência, tendo pouco excedente para ser vendido nos mercados locais. Alguns relataram que trabalhavam com garimpo e com poucas cabeças de gado, mas, são raros esses casos. Vários delas/es também experimentaram trabalho fora do campo, como caminhoneiro, pedreiro, comerciante etc., alternando essas atividades com o trabalho agrícola. Algumas/alguns dessas/es trabalhadoras/es relataram que tiveram experiências de migrações

frustradas, principalmente para São Paulo, retornando anos depois – casos que também não são abundantes.

Por um lado, essa ocupação reuniu diversos atores e atrizes empenhados/as na reforma agrária no estado, sendo um conflito fundador e de grande magnitude, mobilizando grupos religiosos, sindicalistas, políticos, agentes públicos, jornalistas etc. Era fundamental que Aruega desse certo. Ou seja, que as/os trabalhadoras/es conquistassem essas terras, pois o resultado dessa luta serviria de exemplo para o engajamento de outras/os trabalhadoras/es nas mobilizações seguintes.

Havia também a comoção e apoio de agentes estrangeiros, principalmente religiosos europeus, em relação ao enfrentamento em Aruega, muitos deles contribuindo substancialmente com recursos para os grupos mobilizados. Além dessa contribuição material, a presença dessas pessoas, assim como de políticos influentes, junto às/aos trabalhadoras/es rurais tinha um efeito simbólico relevante, na medida em que deixava evidente, tanto para as/os trabalhadores rurais quanto para seus adversários, que esse não era um conflito isolado, mas que se tratava de uma ação articulada com diversos agentes, e que, caso ocorresse, a violência contra os sem-terra teria consequências que extrapolariam o controle dos poderes locais.

Por outro lado, Aruega chamou também atenção do *status quo*, acentuando a organização da UDR em Minas Gerais, que visava frear as ações desses grupos de trabalhadoras/es mobilizadas/os. Nessa reação conservadora, no intuito de intimidar e desmobilizar as/os trabalhadoras/es rurais engajadas/os na ocupação de Aruega, podemos perceber também as alianças recorrentes entre fazendeiros, policiais e poder local, especialmente, os prefeitos de vários municípios da região.

Uma estratégia da UDR muito utilizada, nesse caso, foi espalhar o temor entre os pequenos proprietários rurais de que os sem-terra iriam “invadir” suas terras, roubar seus pertences e agredi-los. Assim, os grandes fazendeiros ligados UDR traziam para seu escopo político setores que, evidentemente, não eram adversários do MST, pois, o movimento não ocupava pequenas propriedades. Dessa forma, somado ao temor, ao conservadorismo e ao desconhecimento geral da população sobre o MST, essas ações de promoção de desinformação sobre as ocupações surtiram grande efeito na formação de uma visão negativa sobre a ocupação de Aruega. Em certa medida, conferindo legitimidade às ações ilegais de repressão contra o acampamento.

Os/as trabalhadores/as rurais acampados/as foram, recorrentemente, vítimas de forte estigmatização na região, sendo tratados/as como bandidos/as violentos/as, sofrendo uma série de constrangimentos e de violências que dificultaram sua integração ao município, mesmo depois de muitos anos. Os/as sem-terra, especialmente as lideranças, sofriam também constantes ameaças, assim como o acampamento era alvo de sabotagens e diversas tentativas de intimidação. Por exemplo, na Figura 32, abaixo, vê-se uma foto de um bloqueio policial que impedia a entrada de mantimentos no acampamento.

FIGURA 32 – FOTO DE BLOQUEIO POLICIAL AO ACESSO À FAZENDA ARUEGA, PARA IMPEDIMENTO DA ENTRADA DE MANTIMENTOS AO ACAMPAMENTO



FONTE: DOCUMENTAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-MG (s. d.)¹¹.

Um caso de violência é muito lembrado pelos/as sujeitos/as envolvidos/as nessas lutas. Diante da consolidação do acampamento, o prefeito de Novo Cruzeiro – pessoalmente –, a Polícia Militar e fazendeiros da região tentaram impedir, pelo uso ilegal da força, que lideranças do MST viajassem para Belo Horizonte em um avião fretado, visando recorrer a tempo contra uma liminar de despejo. Sem qualquer justificativa legal, o prefeito comandou um cerco ao avião, impedindo que decolasse. Nesse momento, diante da persistência das/os trabalhadoras/es e da pressão de autoridades que apoiavam os sem-terra, como deputados e bispos, esse grupo, encabeçado pelo prefeito, teve que recuar.

Esse momento marcante na história da ocupação da Fazenda Aruega é revelador por duas razões. Primeiro, na medida em que demonstra a forte mobilização de vários atores em torno da luta pela reforma

¹¹ A fotografia foi extraída de pasta de recortes fragmentados, compilados pela CPT e encadernados, sem paginação.

agrária e pela ocupação da fazenda, o que tornou possível o fretamento de um avião, fato extraordinário naquele contexto. Segundo, revela também como as forças opostas às causas das/os trabalhadoras/es rurais sem-terra estavam muito bem articuladas na região, alinhando latifundiários e os poderes institucionais de juízes, prefeitos, policiais etc. Por fim, apesar dessa vitória do movimento, durante os primeiros anos da ocupação foram recorrentes a perseguição e a violência sofrida pelos/as sem-terra, em uma clara tentativa de minar sua organização.

Citando caso de violência análogo, todavia, com desfecho diferente, vale lembrar do caso da ocupação da Fazenda Sapezinho. Em outubro de 1988, enquanto Aruega aguardava uma solução, o MST realiza uma segunda ocupação no município de Novo Cruzeiro, na referida fazenda. A ocupação de Sapezinho também deixou fortes marcas na memória dos atores e atrizes envolvidos/as, principalmente porque, diferentemente do que ocorreu em Aruega, a polícia conseguiu despejar as 200 famílias da fazenda¹².

Diante das tentativas de desmobilização e dos despejos, integrantes do MST e da CPT, principais organizações à frente dessas mobilizações, vinham tendo fortes divergências, relacionadas às diferentes perspectivas sobre o grau de radicalização que se deveria ter frente aos adversários. O MST pressionou no sentido de um enfrentamento mais intenso, advogando pela ocupação de terras ainda não

¹² Os enfrentamentos decorrentes das ocupações de Aruega e Sapezinho deixaram marcas tanto nas lembranças das/os trabalhadoras/es rurais envolvidas/os, quanto nas estratégias policiais na região. Como afirma Fernandes (1999), “[...] a Polícia Militar de Minas Gerais inventou duas armas com a finalidade de serem usadas no confronto com os sem-terra. Foram denominadas *aruega* e *sapezinho*, em alusão às primeiras ocupações do Movimento. A *aruega* é uma haste de ferro de dois metros com duas pontas em ‘V’, que são utilizadas como garras para imobilizar a pessoa. O *sapezinho* é uma haste de madeira com uma corrente de um metro e meio e uma esfera de ferro na ponta, utilizada para arrebatar foices e enxadas” (FERNANDES, 1999, p. 127-128).

desapropriadas como forma de resistência aos despejos. A CPT optou por uma postura mais voltada para a negociação. Posições divergentes que pode ter enfraquecido a articulação entre as organizações, que, naquele momento, apesar de manterem algumas ações conjuntas, passaram a se afastar.

Em Sapezinho, também foi questionado o consentimento de algumas lideranças sobre a frequente entrada da dona da fazenda e da polícia no acampamento, supostamente visando o diálogo e a doação de alimentos, remédios etc. enviados por ela para os sem-terra. Isso teria amainado a oposição das/os trabalhadoras/es, dada a habilidade de convencimento e, conseqüentemente, a formação de uma boa autoimagem pela dona da fazenda. Assim, a mobilização foi enfraquecida, o que teria facilitado a entrada da polícia – que, inclusive, formou um acampamento ao lado dos sem-terra, facilitando seu convívio, a vigilância e, posteriormente, favorecendo a retirada dos sem-terra do acampamento.

Assim, as famílias acampadas em Sapezinho foram retiradas pela polícia sem um grande confronto. Embalados por esse feito, os policiais se dirigiram para Aruega visando também despejá-los, o que ocasionou um grande conflito, até hoje muito lembrado pelos/as assentados/as. Nessa ocasião, os/as sem-terra se posicionaram na entrada e não deixaram que os policiais invadissem o acampamento. Em certos momentos houve confronto físico entre acampados/as e polícias que, por fim, intimidou os segundos, que recuaram e não fizeram novas tentativas de despejo.

Depois do fracasso em Sapezinho, essas famílias sem-terra passaram por uma situação ainda mais traumática, até hoje uma lembrança dolorosa para muitos/as militantes. Grande parte das famílias despejadas nessa ocasião foi mobilizada para uma ocupação em Teófilo Otoni, na Fazenda Bela Vista, no ano de 1989. Nesse confronto, os policiais balearam

e espancaram várias pessoas. Também ordenaram que os/as acampados/as deitassem, dando tiros de raspão sobre suas cabeças, para assustá-los/las. Além de várias pessoas feridas, os homens foram levados presos, as mulheres e as crianças foram aprisionadas em baias insalubres e outras crianças ficaram perdidas na mata durante vários dias.

FIGURA 33 – AÇÃO DE REPRESSÃO DA POLÍCIA MILITAR À OCUPAÇÃO DA FAZENDA BELA VISTA, EM TEÓFILO OTONI, NO JORNAL “TRIBUNA DO LESTE” (1989)



FONTE: LAURE (1989).

As interpretações sobre os motivos do fracasso dessa ocupação são múltiplas, variando mesmo entre os/as próprios/as membros/as do

MST. No entanto, fica evidente como a proximidade entre as/os trabalhadoras/es rurais, a polícia e a fazendeira em Sapezinho pode ter prejudicado o sigilo das informações sobre a futura ocupação em Bela Vista. Ou seja, existe grande chance de as informações sigilosas terem “vasado”. Muitos e muitas também acreditam que essa ocupação foi fruto de uma estratégia ambiciosa e irresponsável do MST na busca por autonomia em relação à CPT e por repercussão junto à opinião pública e ao estado.

Diante desse quadro adverso, no início da década de 1990, em face do grande número de trabalhadores/as excedentes de Aruega e despejados/as de Sapezinho e Bela Vista que aguardavam solução, lideranças dos grupos mobilizados e agentes estatais buscaram várias alternativas de acesso à terra para essas famílias. Entre essas ações, vale mencionar a ação de ocupação realizada por 110 representantes de 120 famílias de trabalhadoras/es sem-terra do Vale do Mucuri no prédio do INCRA, em Belo Horizonte. Esses/as trabalhadores/as ocuparam o 5º andar, onde estava instalado o gabinete do Superintendente Regional do Instituto. Como disse Anisa Prates de Souza à época, “Não dá pra sair daqui [do prédio do INCRA] sem solução. [...]. Solução para nós é terra para trabalhar, que tem tanta sobrando e nós morrendo de fome” (SEM-TERRA..., 1989, p. 8).

FIGURA 34 – FOTO DA OCUPAÇÃO DA SEDE DO INCRA, EM BELO HORIZONTE, POR TRABALHADORAS E TRABALHADORES SEM-TERRA NO “JORNAL DO BRASIL” (1989)



FONTE: SABINO (1989).

Em uma parceria entre o INCRA e a Ruralminas, esses/as atores tentaram implantar o Projeto Crauno, que pretendia assentar parte das famílias excedentes de Aruega no município de Pedra Azul, o que não foi aceito pelos/as trabalhadores/as rurais porque o local escolhido era inóspito e a terra era considerada pouco fértil.

Assim, muitas/os trabalhadoras/es mobilizadas/os em Aruega optaram por acampar novamente e continuar a pressionar o poder público. Grande parte ficou acampada à beira da BR-116, na altura do Ponto de Marambaia-Caraí, por cerca de dois anos, entre 1991 e 1993, em uma época retratada pelos/as depoentes como de grande escassez e insegurança. As famílias despejadas em Bela Vista também estavam em situação crítica. Ficaram acampadas por cerca de dois anos em uma localidade chamada Lajinha, no município de Teófilo Otoni, até serem assentadas no Assentamento Santa Rosa, em Itaipé-MG, juntamente com alguns excedentes da ocupação da Fazenda Aruega.

Nesse momento, o impulso para realizar novas ocupações estava enfraquecido diante do descrédito de parte dos/as trabalhadores/as rurais nas lideranças, em decorrência de dois fracassos consecutivos, que trouxeram divergências entre as lideranças das diferentes organizações envolvidas, assim como entre estes e as/os sem-terra acampadas/os. Acrescente-se a esse quadro negativo a falta de regulamentação constitucional sobre as desapropriações, no período de 1988 a 1993, que também desestimulava as ocupações, em face da maior incerteza da efetiva conquista de um assentamento. Como se não bastasse, a “tempestade perfeita” chegou com a eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República em 1989, que acentuou fortemente a violência estatal contra os movimentos sociais.

Em 1992, com base em um acordo entre INCRA, deputados, CPT e lideranças das/os acampadas/os, decidiu-se que as/os trabalhadoras/es rurais acampadas/os em Lajinha seriam assentadas/os no, atualmente, chamado Assentamento Santa Rosa. Inicialmente foram assentadas cerca de 60 famílias, das quais apenas 34 permaneceram. O restante optou por desistir dos lotes em 1993 e, muitas/os delas/es, resolveram participar das novas ocupações do MST no Vale do Rio Doce. Os lotes vagos então foram redistribuídos entre as 34 famílias que permaneceram no Assentamento. Dessa forma, as divergências entre os grupos à frente das mobilizações também ficaram claras no desfecho do processo vivido pelos grupos despejados, no qual grande parte dos/as trabalhadores/as rurais optou pelo distanciamento do MST e do assentamento por meio da compra de terra intermediada pela CPT e por deputados.

É significativa a diferença entre o acesso a uma terra comprada e uma terra conquistada por meio de ocupação, sendo a compra vista como um forte elemento de desmobilização para o MST. Portanto, a

escolha de maior parte dos/as acampados/as excedentes de Aruega e despejados de Sapezinho e Bela Vista pela compra intermediada pela CPT e deputados influenciaria na continuidade do processo de luta do movimento naquele contexto. De outro modo, essa opção significou uma perda de credibilidade nas propostas do movimento, assim como um golpe em suas expectativas no desenvolvimento de novas ocupações na região.

Evidentemente, grosso modo, havia um conflito central. De um lado, estavam as/os trabalhadoras/es rurais mobilizadas/os por meio de movimentos e organizações como a CPT, o MST, os STRs etc., visando a conquista das terras em questão e também, para parte deles, a transformação mais ampla da questão agrária brasileira, para qual a reforma agrária tinha papel central. De outro lado, estavam os grupos que agiram pela manutenção das terras e do *status quo*, como fazendeiros, prefeitos, policiais etc. Cada um desses grupos também articulava suas forças no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, espaços marcados pela heterogeneidade e, muitas vezes, pela ambiguidade. No entanto, além desse conflito central entre esses grupos díspares, cada um deles continham em seu interior tensões e concorrências. No caso dos/as trabalhadores/as rurais, a representação dos grupos mobilizados foi objeto de dissensos que, quando atingiram certas proporções, comprometeram o enfrentamento central e seus principais objetivos¹³.

3.2 O MST NO NOROESTE E TRIÂNGULO MINEIRO

Devido ao contexto adverso discutido anteriormente, esses/as militantes do MST buscaram realizar ocupações nas regiões Noroeste e

¹³ Para mais detalhes sobre essas dissidências internas no interior do MST, ver: Zangelmi (2014).

Triângulo de Minas Gerais. Em 1989, os/as militantes do MST formados/as nos vales do Jequitinhonha e Mucuri concentraram seus esforços na microrregião de Unaí, marcada pela intensa mobilização sindical e pela influência de outros segmentos da CPT. Esse espaço foi considerado fértil para a inserção desses/as atores e atrizes que haviam acumulado experiência política em suas regiões de origem e teriam oportunidade de constituir laços com novos grupos de militantes e trabalhadoras/es rurais.

Essas regiões foram almeçadas também por se tratarem de lugares nos quais existiam muitos latifúndios e trabalhadoras/es no campo, tendo assim um forte potencial de mobilização. A influência da CPT nessas regiões também apresentava diferenças em relação à região de origem desses militantes, sendo contrabalançada pelo forte movimento sindical, o que pode ter sido um estímulo para essas escolhas, em face das divergências ressaltadas anteriormente.

Essa nova empreitada não significou a total paralisação das ações no Nordeste mineiro, mas indicou que, diante daquele momento desfavorável, a realização de novas ocupações de terra seria, supostamente, mais viável em outros contextos¹⁴.

As novas mobilizações, realizadas em vários municípios do Nordeste – como em Unaí, João Pinheiro, Paracatu, Buritis –, desenrolaram-se por vários meses, criando uma forte expectativa sobre a realização de ocupações de terra entre militantes e trabalhadores/as rurais da região. O trabalho de base foi possível através da parceria com a CPT da região e com alguns sindicatos, não havendo forte participação da direção da

¹⁴ Para mais informações e análises sobre esse processo ver: Zangelmi (2017a).

FETAEMG, que mantinha uma postura receosa em relação a esses conflitos.

Os militantes do MST realizaram várias reuniões de esclarecimento sobre os procedimentos nas ocupações, a vida nos acampamentos e as relações com o poder público, orientando e estimulando as/os trabalhadoras/es rurais para a ocupação que se aproximava, cuja data e local eram sigilosos para evitar que os adversários em potencial a impedissem. Essa mobilização, que já contava com a participação de um grande número de famílias dispostas a realizar uma ocupação, foi interrompida pela surpreendente prisão dos/as militantes. Até aquele momento as lideranças haviam apenas se reunido com trabalhadoras/es rurais, sem qualquer ação concreta que, em outros contextos, pudesse justificar legalmente sua prisão. A primeira ocupação na região ainda estava sendo preparada.

Assim, no dia 27 de julho de 1989, a polícia invadiu a casa que as/os militantes haviam alugado e as/os levou para prestarem depoimentos em várias delegacias da região, até serem transferidos de camburão para o DOPS em Belo Horizonte.

FIGURA 35 – FOTO DOS/AS MILITANTES PRESOS/AS EM UNAÍ NO JORNAL
"FOLHA DO NOROESTE" (1989)



FONTE: FOLHA DO NOROESTE (1989, p. 5)¹⁵.

A prisão dessas pessoas foi ocultada por um longo tempo, sendo negada pelos policiais dos vários lugares onde hoje se sabe que permaneceram. Tidos como desaparecidos/as, sem a possibilidade de informar essa prisão a seus familiares e companheiros/as, houve grande apreensão. Nesse meio tempo foram submetidos/as a interrogatórios e a maus tratos nas várias cadeias pelas quais passaram. Alguns dias depois da prisão, jornais locais e estaduais começaram a noticiar a prisão, na

¹⁵ A fotografia foi extraída de pasta de recortes fragmentados, compilados pela CPT e encadernados. A foto é a captura de um recorte extraído em: **Folha do Noroeste**, Unaí. p. 5, 1 ago. 1989.

maior parte das vezes identificando as/os sem-terra como “bandidos” e os policiais como “heróis”.

FIGURA 36 – FOTO DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS POR COORDENAR AS PRISÕES DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS NO JORNAL “FOLHA DO NOROESTE” (1989)



FONTE: FOLHA DO NOROESTE (1989, p. 5)¹⁶.

Entre as/os militantes e trabalhadoras/es, são várias as suspeitas sobre como as informações teriam “vazado”, possibilitando a ação policial antecipada. Todavia, não foi possível confirmar qualquer uma dessas indicações, sendo essa questão objeto de dúvida até os dias de hoje. As

¹⁶ A fotografia foi extraída de pasta de recortes fragmentados, compilados pela CPT e encadernados. A foto é a captura de um recorte extraído em: **Folha do Noroeste**, Unai. p. 5, 1 ago. 1989.

interpretações acerca dos motivos que levaram a essa prisão são várias. Fala-se que ela ocorreu em decorrência de motivos que vão desde a identificação de uma maior organização por parte dos fazendeiros e da polícia na região até a avaliação posterior de que, pela proximidade com a capital do país, Brasília, aquela área contava com uma vigilância maior, em razão das questões de segurança do Estado brasileiro. O argumento de proteção à segurança nacional para justificar a violência contra os sem-terra pode ser melhor compreendido também a partir da ação de fechamento do Governo Federal à interlocução com os movimentos sociais, que se delineou nesse período e atingindo seu ápice no Governo Collor, empossado no ano seguinte (1990).

Aos poucos, foi possível identificar onde estavam presos/as os trabalhadores/as, fato que desencadeou uma manifestação em Belo Horizonte, realizada principalmente pela CUT e por segmentos da Igreja Católica, pressionando o Governo para que fossem soltos/as. Assim que foram libertados/as, buscaram denunciar à imprensa a repressão que sofreram.

FIGURA 37 – FOTO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM ENTREVISTA NO SINDICATO DOS JORNALISTAS, APÓS LIBERTADOS/AS NO JORNAL “ESTADO DE MINAS” (1989)



FONTE: ESTADO DE MINAS (1989, p. 15)¹⁷.

Depois dessa prisão, as/os militantes foram perseguidas/os por longo tempo, ficaram “marcados/as”, tendo inúmeros dificuldades. Tanto em termos de organização política coletiva quanto no que se refere aos seus direitos individuais básicos e às suas oportunidades de trabalho. Foram realizadas novas tentativas de mobilização, porém com muito mais dificuldade em face dos riscos de serem novamente descobertos/as.

Reuniões com grande número de pessoas se tornaram inviáveis e, cada vez mais, esses/as militantes passaram a depender do apoio das famílias da região para rearticular o movimento. Muitas famílias confiavam nesses jovens quase desconhecidos/as, que passavam grande credibilidade em seus ideais e no comprometimento com a luta pela terra, e continuaram a apoiá-los/as, protegendo-os/as, alojando-os/as secretamente e convidando novas famílias para recebê-los/as. Assim, as redes de sociabilidade cotidianas eram um dos poucos espaços nos quais ainda era possível estimular a organização, porém, de forma lenta, fragmentada e arriscada.

No entanto, a Polícia Militar, buscando reprimir as mobilizações, apertou cada vez mais o cerco contra essas/es militantes, buscando tanto ameaçar as famílias de trabalhadoras/es rurais, quanto conquistando sua simpatia e sua cumplicidade através da doação de cestas básicas e promessas de proteção.

Deste modo, devido à intensa perseguição e ao risco frequente de serem descobertos/as e presos/as novamente, os/as militantes

¹⁷ A fotografia foi extraída de pasta de recortes fragmentados, compilados pela CPT e encadernados. A foto é a captura de um recorte extraído em: **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 15, 1 ago. 1989.

resolveram abandonar, naquele momento, o projeto de realizar ocupações no Noroeste. Assim, dirigiram esforços para o Triângulo Mineiro, chegando a realizar algumas ações na região. Contudo, também não obtiveram sucesso à época, pois, assim como no Noroeste, a repressão policial foi intensa.

Essa região era vista como uma área promissora devido ao grande número de latifúndios e de trabalhadores/as rurais, assim como devido à maior qualidade das terras, o que possibilitaria melhores condições de vida e de trabalho para as/os possíveis assentadas/os. A região do Triângulo contava também com uma organização mais efervescente de grupos mobilizados em prol da reforma agrária. Existiam outras mobilizações em curso, desencadeadas por diversos movimentos influenciados pela crescente expansão das ocupações de terra do MST em várias regiões do Brasil.

Porém, as várias incursões ocorridas no Triângulo Mineiro encontraram dificuldades para realizarem as ocupações de terra. A UDR, organização mais antiga na região, diante da repercussão das ocupações que ocorreram no Nordeste mineiro, já estava atenta em relação à possibilidade de ocupações em outras regiões de Minas Gerais.

Além da forte repressão infligida pelos adversários (fazendeiros, policiais, políticos locais), as disputas pelo direcionamento das ações dos/as trabalhadores/as entre o MST e os grupos já localmente constituídos também foram obstáculos significativos para o avanço das ocupações, tanto no Noroeste quanto no Triângulo mineiro. Como por exemplo a disputa com a FETAEMG, que naquele momento passava a ter mais segmentos internos empenhados na luta pela terra. De forma similar aos descompassos existentes nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Noroeste e no Triângulo existiam discordâncias quanto à

forma e ao momento adequado para se ocupar as terras, o que pode ter sido determinante para o MST diminuir sua participação por alguns anos nessas regiões.

A intenção do MST era ocupar, ao contrário do que diziam as determinações e as expectativas governamentais, para, diante do acontecimento, pressionar o governo para se movimentar mais rapidamente e em busca de soluções para as pautas das mobilizações. Diferentemente, os/as militantes da FETAEMG buscavam, por meio da interlocução com atores institucionais, maior respaldo prévio, visando a maior segurança para as ocupações. Diante da força dos adversários da reforma agrária, assim como frente às divergências entre os parceiros/as de outras organizações em luta pela reforma agrária, o MST retraiu por algum tempo suas ações no Noroeste e Triângulo Mineiro, buscando outras regiões para direcionar suas mobilizações.

Apesar das incursões nas regiões Noroeste e Triângulo Mineiro não terem se convertido diretamente em um novo fluxo de ocupações e assentamentos, elas foram experiências extremamente significativas e enriquecedoras, tanto para as/os militantes que se aventuraram nessa empreitada, quanto para as outras organizações e trabalhadoras/es rurais dessas regiões. Esses atores e atrizes, pouco tempo depois, conquistaram feitos consideráveis no processo de luta pela terra no estado, em grande medida, valendo-se de conhecimentos adquiridos nessas mobilizações frustradas.

Os/as militantes provenientes dos vales do Jequitinhonha e do Murici tiveram sucesso considerável em suas ações posteriores. De imediato na região Leste de Minas Gerais, enfrentando naquele período (década de 1990) forças tidas como intransponíveis por grande parte dos/as moradores/as dessa região. Poucos anos depois, em grande

medida pelo próprio retorno do MST a essas regiões, o Noroeste e o Triângulo Mineiro se tornaram algumas das regiões com maior número de ocupações e assentamentos, tendo destaque estadual e nacional no processo de luta pela reforma agrária.

3.3 O MST NO VALE DO RIO DOCE

As organizações e os movimentos mobilizados na luta pela terra no início da década de 1990 – principalmente o MST, a CPT, os vários STRs e o PT – buscaram conjuntamente novas possibilidades de ocupação na região do Vale do Rio Doce. A realização dessas novas ocupações, além de possibilitar o assentamento dos/as excedentes da ocupação de Aruêga – acampados/as, provisoriamente, na BR-116 há anos – foi a oportunidade de reatar os laços com parte das famílias do Assentamento Santa Rosa, lugar onde a confiança nas lideranças do MST havia sido abalada.

Inicialmente, o movimento dirigiu esforços para a Fazenda Limeira-Califórnia em Tumiritinga-MG, uma área improdutiva próxima a Governador Valadares, onde os antigos conflitos relacionados ao Golpe de 1964 ainda estavam muito vivos na memória da população. Havia, assim, um grande temor em relação à possível reação violenta dos fazendeiros da região. Esse receio estava disperso entre a população, mas, atingiu também algumas lideranças dos próprios movimentos, especialmente as lideranças sindicais e religiosas da região, céticas quanto a possibilidade de conquista daquelas terras.

No entanto, a década de 1990 foi marcadamente um período no qual o MST ampliou sua influência no cenário nacional. Um exemplo desse avanço na visibilidade e no reconhecimento do movimento foi a

presença do MST na trama de uma novela da Rede Globo exibida em horário nobre, “O Rei do Gado” (1996-1997). O impacto causado pelo massacre em Eldorado dos Carajás¹⁸ também colocou o MST no centro das discussões daquele momento. Bem como, em 1997, a realização da “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”¹⁹, com a presença em seu encerramento, em Brasília, de aproximadamente cem mil pessoas. A maior e mais representativa das marchas do movimento, demonstrando uma grande capacidade de mobilização e de força na capacidade de colocar pressão sobre o poder público.

Esse avanço vinha ocorrendo já desde a primeira metade da década, quando o MST ampliava seu apoio internacional, conquistava um número expressivo de assentamentos pelo Brasil e dispunha de maior permeabilidade na imprensa. O término do Governo Collor, em 1992, animava os/as militantes com melhores possibilidades de diálogo entre os movimentos e o poder público. Em 1993, a regulamentação dos dispositivos constitucionais para desapropriação também apontava para novas oportunidades políticas para as mobilizações²⁰.

Embaladas nessa esperança, cerca de 200 famílias ocuparam a Fazenda Limeira-Califórnia no dia primeiro de junho de 1993 – data que dá nome ao assentamento. Essa ocupação foi recebida com

¹⁸ O Massacre de Eldorado dos Carajás, como ficou conhecido o assassinato de dezenove trabalhadores rurais sem-terra no município de Eldorado dos Carajás-PA, no dia 17 de abril de 1996, foi uma situação com grande repercussão nacional e internacional. Em razão desse acontecimento, uma série de ações aconteceram em nível do Estado brasileiro. No dia 18 de abril foi destituído o ministro da Agricultura José Eduardo Vieira. No dia 29 de abril foi criado, por meio de decreto, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (que, depois, tornou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário), com a nomeação de Raul Jungmann como ministro, outra clara consequência da repercussão desse acontecimento. A criação desse Ministério tirou a reforma agrária do controle do Ministério da Agricultura, um espaço, recorrentemente, controlado pelo poder de grandes proprietários rurais.

¹⁹ Uma análise densa dessa marcha pode ser encontrada no trabalho de Chaves (2000).

²⁰ Sobre a importância das “oportunidades políticas” para as mobilizações de movimentos sociais, ver: Tarow (1994).

incredulidade tanto pela população e pelos fazendeiros da região quanto por alguns/algumas trabalhadores/as rurais mobilizados/as, que, receosos/as, dirigiram-se para a área apenas posteriormente. No entanto, várias lideranças salientam que, para essa ocupação, estavam mais fortes e preparados/as, mais experientes e com uma articulação política mais sólida.

Nesse novo cenário, a temida reação dos fazendeiros não se deu pela violência direta, mas, por outros meios de exercício do poder, como pelo uso da imprensa para deslegitimar as mobilizações e pela utilização da influência sobre as autoridades políticas. As condições de vida e trabalho no acampamento também foram obstáculos para a permanência e a resistência dessas famílias pobres. Porém, mesmo em um contexto desfavorável, prevaleceram a confiança na luta coletiva e esperança na conquista da terra.

FIGURA 38 – FOTO DO ACAMPAMENTO DO MST NA FAZENDA LIMEIRA-CALIFÓRNIA NO JORNAL “HOJE EM DIA” (1993)



FONTE: HOJE EM DIA (1993)²¹.

FIGURA 39 – FOTO RETRATA O NÚMERO DE CRIANÇAS NO ACAMPAMENTO DO MST NA FAZENDA LIMEIRA-CALIFÓRNIA. “NO ACAMPAMENTO JÁ NASCERAM CINCO BEBÊS” DIZ A LEGENDA.



FONTE: CRUZ (s. d.)²².

²¹ A fotografia foi extraída dos arquivos do acervo do Centro de Documentação (CEDOC) Dom Tomás Balduino da CPT (referência: MG0407-1009-00086). A imagem foi extraída em: **Hoje em dia**, Belo Horizonte, p. 21, 6 jun. 1993. Na legenda da imagem se lê: “Sem-terra acampada na Fazenda Califórnia improvisa cozinha ao ar livre. Precárias condições de higiene favorecem o aparecimento de um surto de coceira no local”.

²² Foto de Graziela Cruz. A fotografia foi extraída dos arquivos do acervo do Centro de Documentação (CEDOC) Dom Tomás Balduino da CPT (referência: MG0407-1009-00076). Não constam o jornal, data e paginação. Na legenda se lê: “É grande o número de crianças das 150 famílias que ocupam a Fazenda Califórnia. No acampamento já nasceram cinco bebês”.

FIGURA 40 – “ANIMADOS COM A COLHEITA RECORDE DE FEIJÃO, OS PRODUTORES QUE OCUPAM A FAZENDA CALIFÓRNIA JÁ PENSAM NAS PRÓXIMAS SAFRAS”



FONTE: ESTADO DE MINAS (1994)²³.

FIGURA 41 – FOTO DE CAMINHADA DE MANIFESTAÇÃO POR TRÊS QUILOMETROS ATÉ O ACAMPAMENTO DOS SEM-TERRA DA FAZENDA LIMEIRA-CALIFÓRNIA NO JORNAL “PELEJANDO” (1993)



FONTE: PELEJANDO (1993, p. 51)²⁴.

²³ A fotografia foi extraída dos arquivos do acervo do Centro de Documentação (CEDOC) Dom Tomás Balduino da CPT (referência: MG0407-1009-00066). A imagem foi extraída em: **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. p., 26 jul. 1994.

²⁴ A fotografia foi extraída dos arquivos do acervo do Centro de Documentação (CEDOC) Dom Tomás Balduino da CPT (referência: MG0407-1009-00074). A imagem foi extraída em: **Pelejando**, Belo Horizonte, p. 51, 30 set. 1993.

Depois de um grande período de impasses e de instabilidade, a ocupação da Fazenda Limeira-Califórnia significou a retomada da força e da legitimidade do MST como representante dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra mobilizados/as na luta pela terra em Minas Gerais. Assim, recebeu um grande investimento de esforços do movimento e de seus aliados, tanto na mobilização para a manutenção do acampamento quanto na subsequente organização do assentamento.

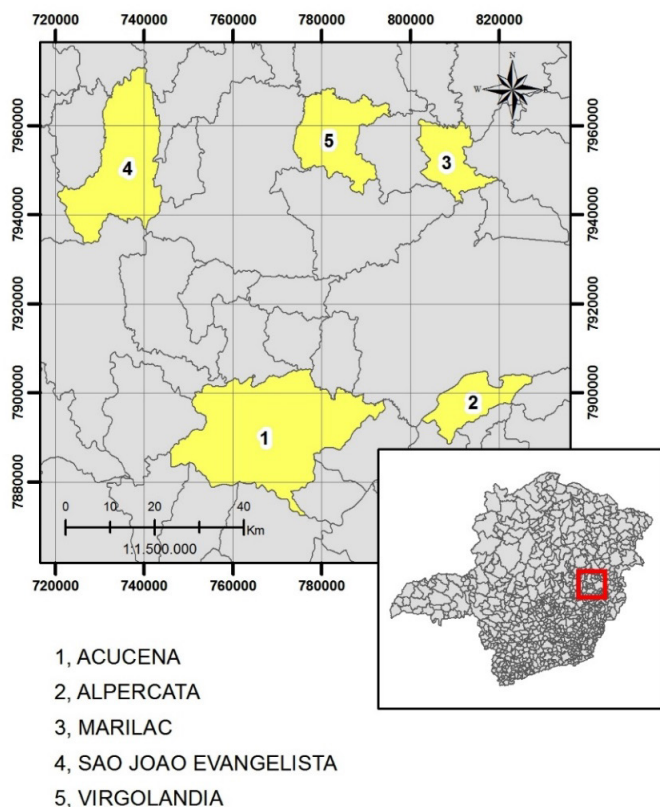
A conquista da Fazenda Califórnia foi reconhecida como um dos grandes feitos do MST. Assim, o assentamento recebeu apoio intenso do movimento em sua organização política (na associação) e econômica (na cooperativa) durante muitos anos. Em 1996 foram assentadas 82 famílias na fazenda, dando origem ao Assentamento 1º de Junho – considerado por muitos anos um modelo de organização do MST em Minas Gerais, principalmente, pela prevalência do trabalho coletivo e pela organização participativa das/os assentadas/os na direção do assentamento.

No entanto, algumas discordâncias com a CPT permaneceram, inclusive levando à divisão da fazenda em dois assentamentos, o 1º de Junho e o Cachoeirinha. O primeiro sob influência do MST e o segundo da CPT. Apesar das disputas e desencontros, a ocupação da Fazenda Califórnia foi um marco na luta pela terra em Minas Gerais, tornando-se um ponto de referência para os trabalhos de base posteriores. O sucesso da ocupação serviu de argumento para que novas famílias entrassem na mobilização, em especial, no Vale do Rio Doce.

Assim, ganhou força a ideia de ocupar a antiga Fazenda do Ministério, em Governadores Valadares, uma área cuja lembrança remetia diretamente à repressão violenta contra os/as trabalhadores/as rurais

da região. Cerca de 250 famílias, organizadas principalmente pelo MST, ocuparam a fazenda em agosto de 1994, naquele momento usada como área experimental pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Essa ocupação contou com poucos/as excedentes de Aruega, sendo formada principalmente por agregados/as e arrendatários/as mobilizados/as nos novos trabalhos de base realizados em pequenos municípios da região.

FIGURA 42 – MAPA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO DOCE DE ONDE SÃO PROVENIENTES AS FAMÍLIAS QUE OCUPARAM A FAZENDA DO MINISTÉRIO EM 1994



FONTE: IBGE (2010).

Diferentemente do que ocorreu nas ocupações dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, nas quais a Igreja Católica era o ponto de contato entre as/os trabalhadoras/es rurais e as/os militantes do MST, os contatos iniciais para essa ocupação se deram, principalmente, por meio da articulação com os sindicatos. Foram realizados dois despejos, sendo o segundo deles mais agressivo, com a atuação da cavalaria e da tropa de choque da Polícia Militar contra os/as trabalhadores/as rurais. Após esse despejo, os/as sem-terra acamparam novamente às margens da BR-116, nas proximidades da fazenda, por dois anos, sofrendo pressões policiais e privações.

Acampados/as à beira da estrada, os/as trabalhadores/as recebiam doações de várias entidades e adotaram a estratégia de plantar na Fazenda do Ministério, conseguindo produzir consideravelmente, apesar das dificuldades. A Polícia Militar tentou evitar que as/os trabalhadoras/es rurais produzissem na área, fazendo vistorias diárias. Além de tentarem impedir o trabalho na área demandada, foi frequente a destruição das plantações com tratores, por meio da aspersão de produtos químicos e da soltura de gado na roça.

No entanto as/os acampadas/os também se dirigiam diariamente para a fazenda para trabalhar na roça, persistindo no trabalho na terra para “vencer pelo cansaço” as autoridades policiais. Pela resistência, a produção das/os acampadas/os foi significativa e contribuiu tanto para a manutenção do acampamento, quanto para gerar e fortalecer o vínculo com aquela terra, além de alimentar a esperança na conquista da fazenda.

Em 9 de abril de 1996, os/as sem-terra envolvidos/as na ocupação da Fazenda do Ministério realizaram uma marcha até Belo Horizonte. Essa manifestação teve grande repercussão, principalmente, pela

violência policial com que foram recebidos/as os/as militantes na chegada à capital mineira. Também nessa ocasião, enquanto as/os sem-terra se manifestavam em BH, em Governador Valadares os fazendeiros, que usufruíam irregularmente da fazenda, aproveitaram a ausência de grande parte dos/as acampados/as e ordenaram a sabotagem da produção dos/as trabalhadores/as rurais.

No entanto, a repercussão dessa marcha, em vista da má impressão causada pela repressão violenta, contribuiu para a conquista do assentamento. No dia foram agredidas/os, além dos trabalhadoras/es rurais, religiosos e jornalistas, o que conferiu a esse acontecimento maior repercussão, chamando a atenção da sociedade civil mais ampla e, conseqüentemente, fazendo pressão no poder público para solucionar o problema dos sem-terra. Pressão essa ampliada diante da grande comoção nacional causada pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido dias depois desse episódio de violência que acometeu a marcha em Minas Gerais.

Quanto ao segundo despejo, apesar da Polícia Militar ter comparecido com um enorme efetivo, os/as assentados/as enfatizam que não houve confronto físico, pois, já estavam decididos/as a não reagir. Além desse aparato desproporcional, a Polícia Militar levou também para essa ação de despejo a sua banda de música, no intuito de constranger e humilhar o movimento. Isto é, não bastava expulsar as famílias de trabalhadores/as sem-terra. A Polícia também buscou minar completamente o ânimo das/os militantes, evitando que se recuperassem e

reocupassem as terras. Era, evidentemente, uma estratégica de caráter simbólico e focada no emocional dos/as sem-terra²⁵.

Assim, o grande desafio para as mobilizações pela conquista de terras foi transformar os significados sobre os antigos conflitos na região, marcados pelo sentimento de fracasso dos/as trabalhadores/as e pela força e violência extrema dos fazendeiros. Desta forma, através das ações de organização e solidariedade nos acampamentos, o MST buscou fortalecer o sentimento de força coletiva das/os trabalhadoras/es e a noção do direito à terra advindo do trabalho na terra, contra a exploração do latifúndio. Somente assim foi possível que ocupassem novamente a Fazenda do Ministério e, dessa vez, resistissem até a conquista do assentamento.

A fazenda, através das ações de mediação entre as/os sem-terra e seus apoiadores, passou a significar a retomada, em uma configuração de forças própria da década de 1990, do antigo conflito vivido na década de 1960, no qual os/as trabalhadores/as rurais foram vencidos/as. Assim, foram várias e frequentes as tentativas dos adversários de espalhar o medo entre os/as trabalhadores/as, rearticular os temores latentes, alicerçados nas memórias sobre a repressão violenta pré-1964 e durante o Regime Militar. No entanto, cada vez mais, em decorrência das mobilizações dos sem-terra, essa área passou a ser identificada pelas/os trabalhadoras/es – que tiveram o direito à terra solapado por décadas – como uma área destinada para reforma agrária que deveria ser ocupada para um “acerto de contas” com a história. Assim, em um contexto nacional mais favorável e com a luta local fortalecida, em novembro de

²⁵ Os trabalhos de Castels (2013) e Jasper (2016) apontam para a importância da mobilização das emoções nos movimentos sociais. Como vimos, as ações de mediação conservadoras (NOVAES, 1994) também buscaram atingir essas dimensões das experiências das/os trabalhadoras/es rurais.

1997 foram assentadas 67 famílias na Fazenda do Ministério, dando origem ao Assentamento Oziel Alves Pereira.

Essa conquista marca o desfecho de dois processos relevantes na luta pela terra. Por um lado, marca o final da luta iniciada na Fazenda Aruega (Novo Cruzeiro-MG), pois contou com o assentamento de seus/suas últimos/as excedentes mobilizados/as. Também nesse local foram assentadas várias lideranças formadas naquele momento inicial do MST em Minas Gerais. Por outro lado, pode ser considerado também como o desfecho de um processo de luta mais longo, iniciado quando essas terras se tornaram o centro dos conflitos que, em certa medida, confluíram para o Golpe Militar de 1964 e a repressão que se seguiu durante o Regime Militar.

Dessa forma, o Assentamento Oziel Alves Pereira se tornou uma referência material e simbólica para as forças populares, alimentando os laços emergentes com o campo institucional e a esperança na, tão aguardada, reforma agrária. Em 1998, pouco tempo após a conquista desta terra, as/os assentadas/os receberam a visita de Patrus Ananias e de Luís Inácio Lula da Silva, demonstrando o crescente estreitamento dos laços entre o MST e o PT.

FIGURA 43 – FOTO DA VISITA DE LULA E PATRUS ANANIAS (PT) AO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES PERIERA NO JORNAL “ESTADO DE MINAS” (1998)



FONTE: FAGUNDES (1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contando todas essas histórias, percebemos uma situação permanente. Isto é, a continuidade das fortes alianças entre fazendeiros, parcelas de agentes estatais e o grande capital, grupos que buscaram atender aos seus interesses, desconsiderando os direitos da população trabalhadora pobre do campo. Deste modo, quando os grupos dominantes consideraram vantajoso expulsar os povos indígenas e povoar as matas, incentivaram a migração de posseiros/as. Quando esses/as posseiros/as passaram, na concepção desses grupos, a atrapalhar a produção em larga escala e a maior concentração de poder, foram também expulsos/as. Quando as/os trabalhadoras/es pobres se organizaram, foram reprimidas/os, mesmo que para isso tenha sido necessário a instauração de um governo autoritário e violento. Capital privado e Ditadura Militar andaram de braços dados, sem constrangimento, advogando em nome do latifúndio e de uma modernização excludente no campo, que beneficiou uma minoria.

Quando a transição política para um governo civil se tornou inevitável e os movimentos de trabalhadores/as rurais ganharam novo impulso, outros obstáculos foram colocados e, até hoje, a desejada reforma agrária parece um sonho distante. As antigas formas de violência e repressão não deixaram de existir, haja vista o grande número de massacres que ocorrem até os dias atuais em várias regiões do Brasil. Sem contar que, em vários contextos, a violência foi atualizada e aprimorada, tornando-se, mais útil, mas, nem por isso, menos comprometedora da

realização da reforma agrária. Tratou-se de uma estratégia de mudar para evitar que as relações de poder não mudem.

Por outro lado, as experiências de luta das/os trabalhadoras/es, acumuladas em todo esse processo, também se transformaram. Ganhando contornos mais simbólicos, com a formação de identidades, penetrou na opinião pública e no campo institucional. Destacamos o relevante papel de setores progressistas da Igreja Católica para a emergência de diversos movimentos de luta pela melhoria nas condições de vida da população pobre do campo, dando base para a organização de grupos como os STRs, o MOBON, a CPT, o MST etc., que atuaram com diferentes estratégias e táticas, por vezes concorrentes, mas em grande medida complementares. Apesar das mobilizações não alterarem as linhas gerais da distribuição fundiária em Minas Gerais, ainda marcadamente desigual, o acesso às terras descritas nos capítulos deste livro foi uma conquista para milhares de trabalhadores/as, o que passou a direcionar políticas públicas para melhorar suas condições de vida e trabalho.

Os movimentos engajados na luta pela terra ampliaram consideravelmente suas mobilizações na década de 1990. Porém, desse momento até nossos dias, sua trajetória parece incerta. Por um lado, os movimentos conquistaram importante espaço institucional, especialmente nos governos do PT. Assim, ocuparam cargos importantes em conselhos, direcionaram recursos e políticas públicas para os/as trabalhadores/as rurais. Destacando-se nesse contexto a política de assentamentos, o financiamento e o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Por outro lado, também com forte incentivo estatal, o agronegócio avançou fortemente, tornando grande parte das terras indisponíveis para reforma agrária.

Nesse cenário, evidencia-se como as mobilizações na luta pela terra perderam sua efervescência e radicalidade, por diversos motivos. Algumas políticas públicas melhoraram as condições de vida de grande parte da população pobre no Brasil, em especial no que se refere ao combate à fome e na valorização do salário mínimo, reduzindo assim algumas tensões sociais. Se por um lado, a aproximação entre movimentos sociais e o poder público trouxe conquistas inegáveis para as/os trabalhadoras/es rurais, por outro, diminuiu os espaços de enfrentamento e de pressão por mudanças mais profundas, por reformas estruturais.

Ao longo do tempo, o número de pessoas vivendo no campo também diminuiu substancialmente, muito em vista dos processos de concentração fundiária como os discutidos nesse trabalho. Um grande obstáculo para as ocupações tem sido a demora para a conquista dos assentamentos, em alguns casos levando mais de 10 anos, isso, quando ocorrem. Como a vida em um acampamento é bastante precária, resistir por tantos anos é um grande desafio. Soma-se a esse fato os desatualizados critérios de produtividade (e improdutividade) que possibilitam a desapropriação, o que torna grande parte das terras indisponível para assentamento, mesmo que improdutivas ou que produzam muito pouco. Vale destacar que, mesmo nesse cenário, os movimentos sociais do campo continuam realizando ocupações e conquistando assentamentos, enfrentando esses e outros obstáculos.

Depois de tanto tempo, muitos se questionam se a reforma agrária ainda é um sonho possível ou se o melhor caminho seria concentrar forças em outras formas de proteção para a população pobre, no campo e na cidade. Existe possibilidade de justiça social sem uma ampla reforma agrária? Não sabemos essa resposta. Mas, a conjuntura atual (2015-2022)

parece ainda mais desanimadora, pois as forças conservadoras assumiram mais diretamente e explicitamente o poder político, desencadeando uma nova onda de criminalização e de repressão sobre os movimentos sociais. Não obstante, o fechamento do diálogo com o poder institucional não significa a impossibilidade de mobilização, conforme percebemos nas reflexões sobre as diversas formas de resistência durante a Ditadura Militar. Enfim, com as experiências do passado em vista, novas possibilidades de luta podem surgir, por vezes em formatos inovadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ivan Antônio de. **A Síntese de uma tragédia**: Movimento Fé e Política. Ouro Preto: Editora UFOP, 2000.
- ANDRADE, Durval Ângelo. MOBON: Perspectiva sociopolítica. In: SILVA, Denilson Mariano da (Org.). **Fermento, sal e luz**: leigos em “saída missionária”. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019, p. 105-119.
- ANTUNES, Oswaldo. **A tempo**: memórias e jornalismo. Montes Claros: O Lutador, 2007.
- ARAÚJO, Ricardo Torri de. **O Movimento da Boa Nova**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1999.
- BERGAMASCO, Sônia M. P. P.; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e Assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- BOFF, Leonardo. Fé e política: tudo é político, mas o político não é tudo. In: _____. **O caminhar da Igreja com os oprimidos**: do vale de lágrimas à terra prometida. Rio de Janeiro: Codecri, 1980, p. 103-107.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representação do Universo Rural e luta pela Reforma Agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303-326, 2004.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopia**: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964). 1988. 287 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Organização de Sérgio Miceli. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 40, p. 69-90, 1996.
- CAMISASCA, Marina Mesquita. **Camponeses mineiros em cena**: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). 2009. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **“Conquista de Terras em Conjunto”**: redes sociais e confiança – a experiência dos Agricultores e Agricultoras familiares de Araponga-MG. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.
- CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. Saluzinho: luta e martírio de um bravo. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2014.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. 2 ed. Brasília: MDA, 2011.
- CASANOVA, José. **Public Religions in the Modern World**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ; Núcleo de Antropologia da Política, 2000.
- COMERFORD, John Cunha. “Como uma família”: Sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 307-324. v. 1.
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ; Núcleo de Antropologia da Política, 2003. (Coleção Antropologia da Política).

COMERFORD, John Cunha. Remapeamentos: municípios, paróquias e comunidades. In: _____ . **“Como uma família”**: Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. 2001. 486 f. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 222-309.

CONQUISTA de terras em conjunto. [S. L.: s. n.], s. d. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Abravídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJF45k3Y_2E>. Acesso em: 26 jan. 2022.

CORONEL, Daniel A.; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. Os Movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a reforma agrária: do MASTER ao MST. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 4, n. 2, p. 3-22, ago./dez. 2009.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

DORNELAS, Pe. Nelito Nonato. O MOBON e o fortalecimento das CEBs. In: SILVA, Denilson Mariano da (Org.). **Fermento, sal e luz**: leigos em “saída missionária”. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019, p. 121-131.

ESPINDOLA, H. S. Apropriação de Terras Devolutas e Organização Territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, J. L. N.; ESPINDOLA, H. S. **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. de. Constituição vinte anos: Caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2009. v. 2.

- FIRMIANO, Rosana de Paula. **Entre a enxada e a caneta**: reflexões sobre as práticas de leitura e a partilha de saberes no contexto rural. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Viçosa. 2015.
- GAMITO, José Aristides da Silva. Hábito de leitura da Bíblia: um legado da Reforma Protestante e o surgimento do Mobon na Diocese de Caratinga (MG). **Sacrilégens**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 65-74, jul./dez. 2017.
- GODOY, Manoel; AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **50 anos de Medellín**: revisitando os textos, retomando o caminho. São Paulo: Paulinas, 2017.
- GOMES, Wanda Lúcia; ANDRADE, Durval Angelo. **Mobon**: missão e fé libertadora. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico 2010**. 2010.
- JASPER, James M. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LERRER, Débora Franco. **Trajetórias de Militantes Sulistas**: nacionalização e modernidade do MST. 2008. 197 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- LOERA, Nashieli Rangel. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.
- LOPES, João Marcos de Almeida. O Dorso da Cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002, p. 283-325.
- LOWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MARTINS, José de Sousa (Org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

- MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política do Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia de História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).
- MOREIRA, Hugo Fonseca. **“Se for para morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”**: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 368 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MULS, Nair Costa. **Trabalho, Consciência e Luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais**. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.
- NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (Org.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 177-183.
- NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e concepções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Carlos. **Política e Cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

- OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa Oliveira. O MOBON e sua Casa: Perspectivas histórica. In: SILVA, Denilson Mariano da (Org.). **Fermento, sal e luz:** leigos em “saída missionária”. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019, p. 35-46.
- OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. **Religião, Política e Comunidade:** emergência e politização do Movimento da Boa Nova. 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: modernidade e tradição.** São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 41-66.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Política Ambígua. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira. **O mal à brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UERJ. 1997.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** Rio de Janeiro: Codecri; Pasquim, 1980.
- POLETTTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In: CARTER, M (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social:** o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Ed UNESP, 2010.
- RABELO, L. **Pelos olhos da fé:** os dilemas morais na “caminhada” de lideranças políticas e religiosas na Zona da Mata mineira. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- RABELO, Livia. Transmissão do saber fazer via comunidade e família: o caso do Mobon na Zona da Mata mineira. In: OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa et al (Orgs.). **Cristianismos, sociabilidade e espaço público:** reflexões sobre as relações entre religião e sociedade. Campinas, SP: D7 Editora, 2020, p. 71-89.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Lembranças da terra:** histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: CEDEFS, 1996.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 393-433, 2010.
- RICCI, Rudá Guedes Moisés Salermos. **Fuga para o futuro:** Novos Movimentos Sociais Rurais e a concepção de Gestão Pública. 2002. 229 p. Tese (Doutorado em Ciências

Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. 1985. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009. v. 2. (Coleção História Social do Campesinato).

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 58, p. 73-92, 2000.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.

SILVA NETO, Joaquim Pereira da. **Semear Esperanças**. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

SILVA, Denilson Mariano da (Org.). **Fermento, sal e luz**: leigos em “saída missionária”. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019.

SILVA, Denilson Mariano da. **A dinâmica da ação evangelizadora do Movimento da Boa Nova – MOBON**: uma análise teológico-pastoral à luz da reflexão teológica de Víctor Codina. 2020. 384 p. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária**: Além do Estado e do Mercado? A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998). 2001. 189 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

SOUZA, João Valdir Alves de. **A Pedagogia do Catolicismo Libertador na Igreja de Araçuaí**. 1993. 405 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

- STARLING, Heloisa M. M. **Os Senhores das Gerais**: os novos inconfindentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TARROW, S. **Power in Movement**: Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. **A Gênese das CEBs no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- TEIXEIRA, Ramon da Silva. **Como a rama da abóbora**: o Movimento da Boa Nova, o “trabalho de base” e (re)invenções de saberes-fazer. 2020a. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- TEIXEIRA, Ramon da Silva. Movimento da Boa Nova e a lógica simbólica da comunicação popular entre missionários Sacramentinos e católicos de comunidades rurais. In: OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa et al (Orgs.). **Cristianismos, sociabilidade e espaço público**: reflexões sobre as relações entre religião e sociedade. Campinas, SP: D7 Editora, 2020b, p. 90-108.
- TEIXEIRA, Ramon da Silva; RABELO, Livia. Um espaço de sociabilidade: a Casa do MOBON, ponto de chegada e de partida. In: SILVA, Denilson Mariano da (Org.). **Fermento, sal e luz**: leigos em “saída missionária”. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2019.
- THEIJE, Marjo De. **Tudo o que é de Deus é Bom**: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2002.
- VILLAR, Juliana Padula. **Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz - MG**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.
- WOLF, Eric. **Antropologia e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.
- ZANGELMI, Arnaldo José. Convergências, divergências e confrontos na luta pela terra: o processo de ocupações no Nordeste Mineiro (1985-1997). **Tempos Históricos**, v. 21, p. 230-260, 2017b.

ZANGELMI, Arnaldo José. Lutas frustradas, sementes plantadas: mobilizações do MST no noroeste e Triângulo Mineiro (1989-1992). **Territórios e Fronteiras**, v. 10, n.1, p. 353-373, 2017a.

ZANGELMI, Arnaldo José. Mediações políticas silenciadas: Repressão, resistência e luta pela terra em Cachoeirinha (1964-1985). **Varia história**, v. 35, n. 69, p. 921-952, 2019.

ZANGELMI, Arnaldo José. Terras marcadas: continuidades e descontinuidades na luta pela terra em Minas Gerais. **Topoi**, 2022. No prelo.

ZANGELMI, Arnaldo José. **Traduções e Bricolagens**: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990. 2014. 256 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ZANGELMI, Arnaldo José. Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no nordeste de Minas Gerais (Brasil) nas décadas de 1980 e 1990. **Universitas Humanistica**, v. 81, p. 179-203, 2016.

ZANGELMI, Arnaldo José; QUELER, Jefferson José. “O Latifúndio é o Diabo”: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. **Tempo**, v. 27, n. 3, p. 607-628, set. 2021.

ACERVOS HISTÓRICOS

Acervo documentação da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais.

Acervo documentação do Núcleo de pesquisa, documentação e referência sobre movimentos sociais e políticas públicas no campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP- CPDA/UFRRJ), Igreja, Movimento da Boa Nova (Mobon).

Acervo histórico do Arquivo do Movimento da Boa Nova (Mobon).

Acervo histórico do Centro de Documentação (CEDOC) Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra.

Acervo histórico do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES).

Hemeroteca digital brasileira da Biblioteca Nacional.

DOCUMENTOS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]. **O Regador**, n. 1, nov. 1984.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL [CNBB]. **Igreja e Problemas da Terra**: Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaici, 14 de fevereiro de 1980. 2 ed. 1980. Disponível em: <<https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

COSTA, Alípio Jacinto da. **Bodas de Ouro da Evangelização (1959-2009)**: Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE) ou Movimento da Boa Nova (MOBON). (Texto datilografado - 63 páginas). Dom Cavati-MG, 2009.

COSTA, Alípio Jacinto da. **História da Casa do Mobon**. Dom Cavati, [1979 ou 1980]. Acervo Arquivo do Movimento da Boa Nova, p. 81.

Livro do Tombo da Paróquia de Tarumirim, n. 3.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 1.

IMPRENSA

1800 DELEGADOS camponeses exigiram em Belo Horizonte a reforma agrária. **Terra Livre**, São Paulo, ano 12, n. 105, p. 1, nov. 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/814261/331>>. Acesso em: 30 maio 2021.

Boletim Pé no Chão, n° 7, n. p., nov. 1987.

CARAVANAS vão ao Brasil profundo. **Memorial da democracia**, s. d. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/caravanas-vao-ao-brasil-profundo>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

DOIS líderes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 73, n. 41, p. 4, 20 fev. 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/49942>. Acesso em: 30 maio 2021.

FAGUNDES, Adilson. [Sem título]. In: **Estado de Minas**, p. 4, 19 fev. 1998. 1 fotografia.

INVASOR de terras é cercado pela polícia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 22 nov. 1967. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1945>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LAURE, soldado. [Sem título]. In: **Tribuna de Minas**, 18 ago. 1989. 2 fotografias.

LUTA pela terra leva Exército a Valadares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 73, n. 32, p. 1, 7 fev. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/49611>. Acesso em: 30 maio 2021.

LUZ, Marcos da. 20º encontro de políticos cristão no Mobon. **Marcos da Luz**, Coronel Fabriciano, MG, n. p., 22 nov. 2015. Disponível em: <<https://marcosdaluz.blogspot.com/2015/11/20-encontro-de-politicos-cristaos-no.html>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MATIAS NETO, A. Comício e Governador Valadares poderá ser o início das violências. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 73, n. 56, p. 21, 8 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/50575>. Acesso em: 30 maio 2021.

RESISTÊNCIA de invasor surpreende. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 24 out. 1967. Disponível em: <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1946>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

RÔMULO. [Sem título]. 1987. In: **Boletim Pé no Chão**, n. 7, nov. 1987. 1 Caricatura.

RUBENS. [Sem título]. In: **Jornal Sem Terra**, Porto Alegre, n. 62, p. 5, maio 1987. 1 Caricatura.

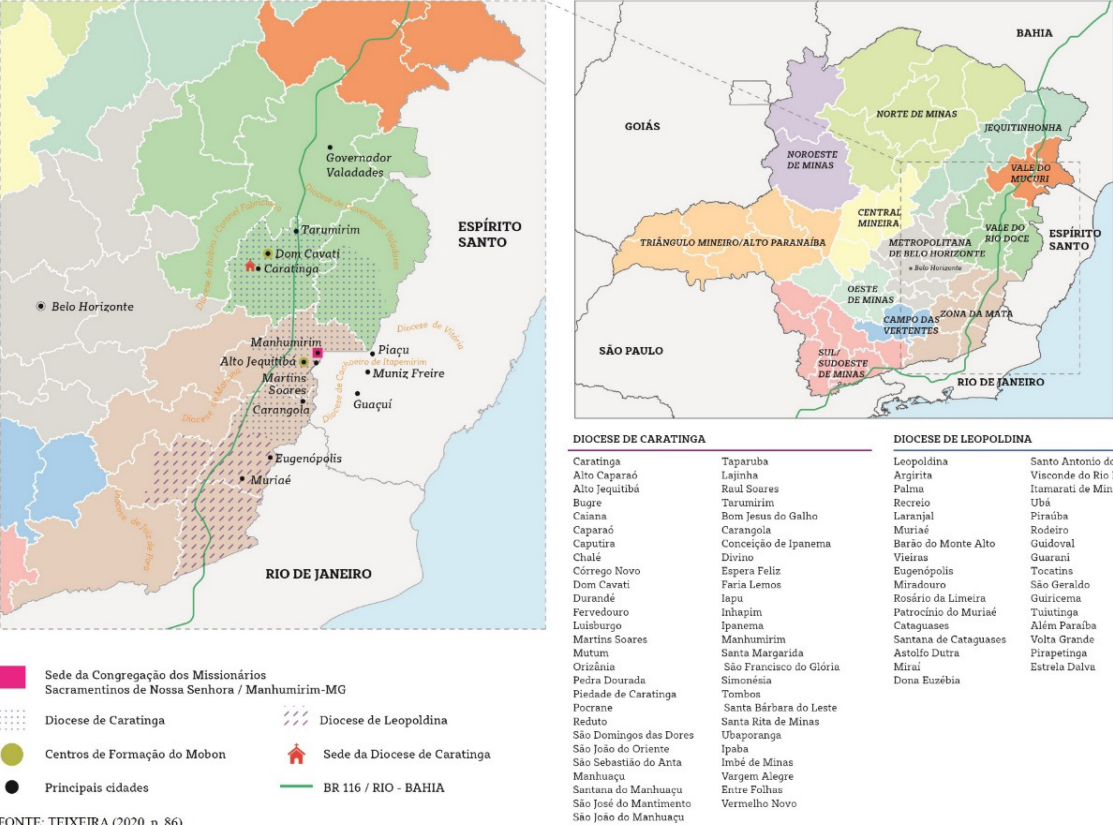
SABINO, Waldemar. [Sem título]. In: SEM-TERRA expulsos em Minas ocupam o Incra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 193, 18 out. 1989. Caderno 1, p. 8. 1 fotografia. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/201980>. Acesso em: 30 maio 2021.

SEM-TERRA expulsos em Minas ocupam o Incra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 193, 18 out. 1989. Caderno 1, p. 8. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/201980>. Acesso em: 30 maio 2021.

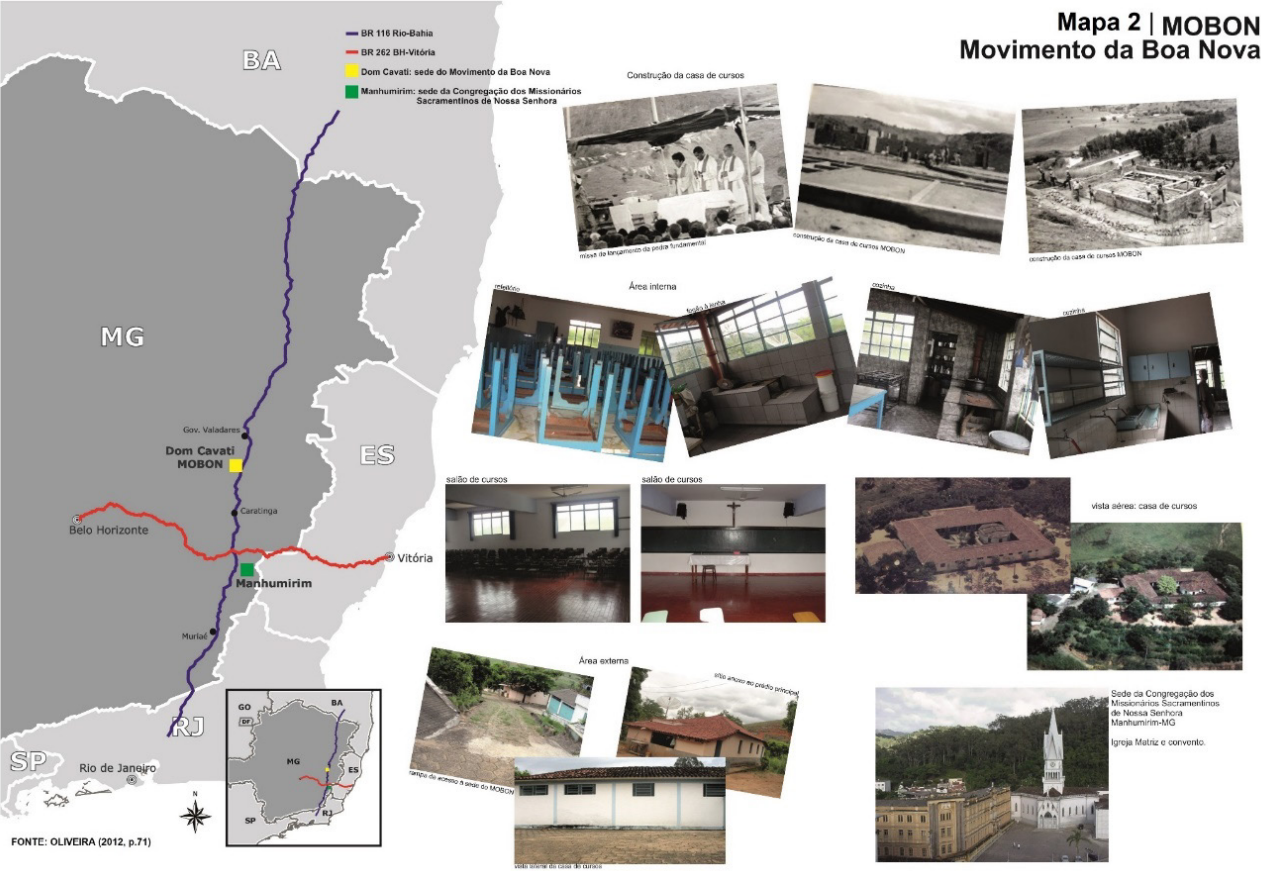
SINDICALISTA rural aciona União para indenizá-lo por tortura que o inutilizou. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 89, n. 185, p. 2, 10 out. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/206620>. Acesso em: 30 maio 2021.

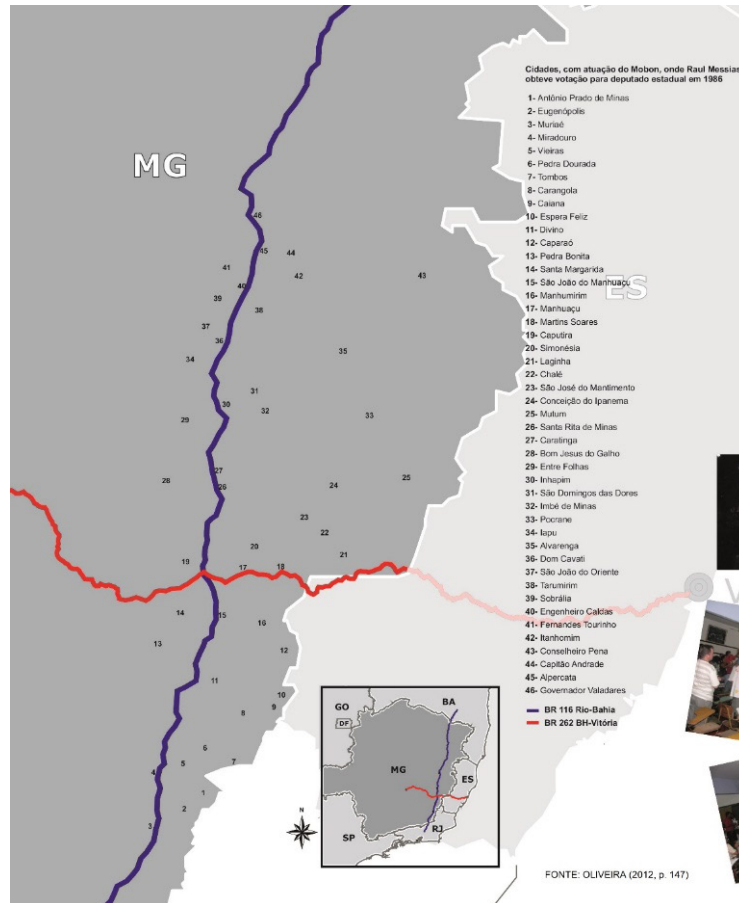
ANEXO 1
MAPAS

Mapa 1 | Principais lugares da história do Mobon



FONTE: TEIXEIRA (2020, p. 86)





Mapa 3 | O MOBON E A POLÍTICA

Foto: do encontro político realizado em 1993 na sede do Mobon.

em destaque:
da esquerda para a direita: Raul Messias, Luis Inácio Lula da Silva, Alípio Jacinto
e o sr. Tómas Santiago.



curso "Políticos Cristãos"
realizado anualmente na sede do Mobon e ministrado
pelo deputado estadual Durval Ângelo e sua equipe.



ANEXO 2

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO MOVIMENTO DA BOA NOVA (MOBON)¹

Cursos de formação feitos com nome de Movimento de Evangelização da Diocese de Caratinga (MEDC)

Anúncio da Boa nova, Manhumirim: O Lutador, 1968.

A mensagem por imagem. Belo Horizonte: O Lutador, (sem data).

O Reino entre nós. Manhumirim: O Lutador, 1971.

Anúncio da Boa nova I. Manhumirim: O Lutador, 1974.

Anúncio da Boa nova II. Manhumirim: O Lutador, 1974.

Comunicar para crescer. Belo Horizonte: O Lutador 1975.

Anúncio da Boa nova III. Belo Horizonte: O Lutador, 1976.

Apocalipse, luz na vida dos Cristãos. Belo Horizonte: O Lutador, 1981.

CSS = Cursos de Semana Santa

CSS 1976. **Leitura da vida**: Preparação para a Semana Santa. Belo Horizonte: O Lutador 1975.

CSS 1977. **O desafio da vida**: Preparação para a Semana Santa 1977. Belo Horizonte: O Lutador, 1976.

CSS 1978. **Igreja Doméstica**: Preparação para a Semana Santa 1978. Belo Horizonte: O Lutador, 1977.

¹ Importante lembrar que esta dinâmica de trabalho só ganha o nome de MOBON a partir de 1979 com a criação da Casa do Mobon em Dom Cavati. Ela nasce do MAPE, Movimento Apostólico dos Pioneiros do Evangelho e também é chamada de Movimento de Evangelização da Diocese de Caratinga, só depois, MOBON. Compilação feita por Denílson Mariano e gentilmente cedida aos pesquisadores.

- CSS 1979. **Fazer a Páscoa**: Preparação para a Semana Santa 1979. Belo Horizonte: O Lutador, 1978.
- CSS 1980. **A Páscoa da Igreja**. Carangola: Elo, 1979. (Ano da Inauguração da Casa do Mobon 11/03/1979)
- CSS 1981. **Pai Nosso**. Carangola: Elo, 1980.
- CSS 1982. **Para que educação?** Carangola: Elo, 1981
- CSS 1983. **Os Dez Mandamentos**. Manhauçu: Expansão Cultural, 1982.
- CSS 1984. **Povo Sofredor**. Manhumirim: O Lutador, 1983.
- CSS 1985. **Reconstrução do Povo**. Manhumirim: O Lutador, 1984.
- CSS 1986. **A Caminhada de Jesus**. Manhumirim: O Lutador, 1985.
- CSS 1987. **O Profeta Elias**. Manhumirim: O Lutador, 1986.
- CSS 1988. **A Força do Restolho**. Manhumirim: O Lutador, 1987.
- CSS 1989. **O profeta Amós**. Manhumirim: O Lutador, 1988.
- CSS 1990. **Profeta Oséias**. Manhumirim: O Lutador, 1989.
- CSS 1991. **Caminhada das Comunidades**. Manhumirim: O Lutador, 1990.
- CSS 1992. **Nova Evangelização**. Manhumirim: O Lutador, 1991.
- CSS 1993. **Fé Resistente**. Manhumirim: O Lutador, 1992.
- CSS 1994. **Abraão e Sara em parábolas**. Manhumirim: O Lutador, 1993.

CCF = Cursos da Campanha da Fraternidade

- CCF 1995. **“Eras Tu, Senhor?”**. Manhumirim: O Lutador, 1994.
- CCF 1996. **Justiça e Paz se abraçarão**. Manhumirim: O Lutador, 1995.
- CCF 1997. **A fraternidade e os encarcerados**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 1997.
- CCF 1998. **“Fraternidade e Educação”**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- CCF 1999. **Fraternidade e os desempregados**. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.
- CCF 2000. **Dignidade Humana e Paz**: Novo Milênio sem exclusões. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- CCF 2001. **A Fraternidade e as drogas**: vida sim, drogas não! Belo Horizonte: O Lutador, 2000.
- CCF 2002. **Por uma Terra sem males**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2001.
- CCF 2003. **Vida, Dignidade e Esperança**: Fraternidade e Pessoas Idosas. Dom Cavati: MOBON, 2002.

- CCF 2004. **Água, fonte da Vida**: Fraternidade e Água. Dom Cavati: MOBON, 2003.
- CCF 2005. **Solidariedade e Paz**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2004.
- CCF 2006. **“Levanta-te e vem para o meio”**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2005.
- CCF 2007. **Vida e missão neste chão**. Fraternidade e Amazônia Dom Cavati: Movimento da Boa Nova, 2006.
- CCF 2008. **Fraternidade e defesa da vida**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2007.
- CCF 2009. **Fraternidade e segurança pública**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2008.
- CCF 2010. **Economia e Vida**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2009.
- CCF 2011. **Fraternidade e vida no Planeta**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2010.
- CCF 2012. **Fraternidade e saúde pública**. (Eclo 38,8). Dom Cavati: Casa do MOBON, 2011.
- CCF 2013. **Fraternidade e Juventude**: Eis-me aqui, envia-me. Manhumirim: O Lutador, 2012.
- CCF 2014. **Fraternidade e tráfico humano**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2013.
- CCF 2015. **Fraternidade, Igreja e sociedade**. Manhumirim: O Lutador, 2014.
- CCF 2016. Casa Comum, nossa responsabilidade: CF Ecumênica 2016. Eng. Caldas: AGEPE, 2015.
- CCF 2017. Fraternidade: Os biomas brasileiros e a diversidade da vida. Eng. Caldas: AGEPE, 2016.
- CCF 2018. Fraternidade e superação da violência: Eng. Caldas, AGEPE, 2017.
- CCF 2019. Fraternidade e Políticas Públicas: Eng. Caldas, AGEPE, 2018.

CPN = Cursos de Preparação para o Natal

- CPN 1974. **Deus Conosco**: Preparação para o Natal. Caratinga: Dom Carloto, 1974.
- CPN 1975. **Profetas e o Batista**. Belo Horizonte: O Lutador, 1974.
- CPN 1976. **O Grande Sol**: Preparação para o Natal. Belo Horizonte: O Lutador, 1976.
- CPN 1977. **Jesus O Cordeiro**: Preparação para o Natal. Belo Horizonte: O Lutador, 1977.
- CPN 1978. **O Nosso Irmão Jesus**: Preparação para o Natal. Belo Horizonte: O Lutador, 1978.
- CPN 1979. **Jesus, o Filho de Davi**. Belo Horizonte: O Lutador, 1979.
- CPN 1980. **Imagens da Mãe**. Belo Horizonte: O Lutador, 1980.
- CPN 1981. **Maria Mulher**. Belo Horizonte: O Lutador, 1981.
- CPN 1982. **Maria e José**. Belo Horizonte: O Lutador, 1982.

- CPN 1983. **O homem José**. Manhumirim: O Lutador, 1983.
- CPN 1984. **Nasceu da Mulher**. (s.n.t.), 1984.
- CPN 1985. **Reza do Povo**. Manhumirim: O Lutador, 1985.
- CPN 1986. **Oração e vida**. Manhumirim: O Lutador, 1986.
- CPN 1987. **Jesus e as bem-aventuranças**. Manhumirim: O Lutador, 1987.
- CPN 1988. **Maria Marginalizada**. Manhumirim: O Lutador, 1988.
- CPN 1989. **Animadores de comunidade**. Manhumirim: O Lutador, 1989.
- CPN 1990. **Paulo, um grande animador**. Manhumirim: O Lutador, 1990.
- CPN 1991. **Comunidades animadas**. Manhumirim: O Lutador, 1991.
- CPN 1992. **Comunidades de Paulo**. (s.n.t.), 1992.
- CPN 1993. **Jesus no Evangelho de Marcos**. Manhumirim: O Lutador, 1993.
- CPN 1994. **Jesus segundo São Lucas**. Manhumirim: O Lutador, 1994.
- CPN 1995. **Jesus segundo São Mateus**. Manhumirim: O Lutador, 1995.
- CPN 1996. **Jesus no Evangelho de São João**. Manhumirim: O Lutador, 1995.
- CPN 1997. **Presépio Rumo ao Novo Milênio**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- CPN 1998. **Natal da Igreja**: Curso de preparação para o Natal. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.
- CPN 1999. **Natal Tempo do Espírito**: Preparação para o Natal. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- CPN 2000. **Natal, Raiz da Esperança**: Preparação para o Natal - 2000. Belo Horizonte: O Lutador, 2000.
- CPN 2001. **Natal: SINM**: Recriando os Atos dos Apóstolos. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2001.
- CPN 2002. **A Palavra se fez carne e habitou entre nós**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2002.
- CPN 2003. **Renascer com Cristo**. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2003.
- CPN 2004. **Queremos ver Jesus**: Caminho, Verdade e Vida. Dom Cavati: Casa do MOBON, 2004.
- CPN 2005. **Natal da Eucaristia**: Dom Cavati: Casa do MOBON, 2005.
- CPN 2006. **Natal Catequético**. Manhumirim: O Lutador, 2006.
- CPN 2007. **Natal, Boa nova para a Juventude**. Manhumirim: O Lutador, 2007.

CMB = Cursos do Mês da Bíblia

CMB 2008. **A Caridade Sustenta a Comunidade.** Manhumirim: O Lutador, 2008.

CMB 2009. **Alegria de servir no amor e na gratuidade.** Manhumirim: O Lutador, 2009.

CMB 2010. **Jonas: Conversão e missão.** Manhumirim: O Lutador, 2010.

CMB 2011. **Travessia:** Passo a passo o caminho se faz. Manhumirim: O Lutador, 2011.

CMB 2012. **Discípulos Missionários a partir do Evangelho de Marcos.** Manhumirim: O Lutador, 2012.

CMB 2013. **Discípulos Missionários a partir do Evangelho de Lucas.** Manhumirim: O Lutador, 2013.

CMB 2014. **Discípulos Missionários a partir do Evangelho de Mateus.** Belo Horizonte: O Lutador, 2014.

CMB 2015. **Discípulos Missionários a partir do Evangelho de João.** Belo Horizonte: O Lutador, 2015.

CMB 2016. **A Profecia de Miqueias.** Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

CMB 2017. **Primeira Carta aos Tessalonicenses.** Belo Horizonte: O Lutador, 2017.

CMB 2017. **Livro da Sabedoria.** Belo Horizonte: O Lutador, 2018.

ANEXO 3

MATÉRIAS DE JORNAL SOBRE O EPISÓDIO DOS “SEM-TERRAS” EM TARUMIRIM

Abaixo, seguem recortes de matérias de jornal da época que documentam o episódio dos “sem-terras” em Tarumirim. Os recortes foram encontrados nos arquivos pessoais do Sr. Nenzim Camargo e gentilmente mostrados por ele aos pesquisadores durante a pesquisa de campo.

Algumas observações: (i) por se tratarem de recortes, não foi possível indicar informações completas sobre as matérias – como por exemplo, dados sobre autor do texto, local de publicação, numeração do ano e/ou volume e número do jornal, data de publicação, parte do jornal em que foi publicada o texto; (ii) por motivo da baixa-resolução das fotografias, transcreveu-se o que se lê na imagem, logo na sequência a cada matéria, e; (iii) para ajudar a ilustrar o “espírito do tempo” próprio daquele período, compõe esse anexo imagens sobre *a política em Tarumirim* extraídas da tese – “Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova” (Figura 4, OLIVEIRA, 2012, p. 189)¹ – de um dos autores deste livro; no conjunto com as matérias, essas imagens ajudam a retratar o caso dos “sem-terras” de Tarumirim e sua organização política.

¹ Com modificações feitas levando-se em conta a adequação à edição desse livro.

"AGRICULTORES EXPERIMENTAM REFORMA AGRÁRIA..."

6
Sem-terra
alternativa

Agricultores experimentam reforma agrária...



Sobre o chão de terra poeiresta, o sol se abate impiedosamente. Não passa de 9 da manhã, Nenizim Camargo escora o pé em um pedaço de pau, coça o rosto olhando longe. "O arroz não aguentou, foi só demais e chuvia de menos. Conseguindo providenciar um sistema de irrigação, aí fica bom".

Nenizim Camargo é Manoel Camargo, 57 anos, presidente da Associação dos Sem-Terra de Tarumirim, cidade distante 286 km de Belo Horizonte, próxima 73 km de Governador Valadares. A comunidade onde vive ocupa 39% (42 ha) dos 204 ha de uma fazenda, que está sob a posse da UFMG (leia box). Com terrenos plantados e criações, os sem-terra de Tarumirim dão mostras de uma experiência de reforma agrária de sucesso.

Enquanto conversa, aponta-se ao redor de Nenizim um punhado de crianças. Uma delas, menina, pede-lhe a bênção. "É minha filha mas nova, 7 anos". De sua casa, vê-se boa parte da fazenda, outras casas e plantações. Milho, feijão, arroz, mandioca e cana são cultivados pela maioria das 16 famílias da associação. Adaptam-se bem à terra seca da região, a produção é suficiente

fosse devolvida à prefeitura. O movimento dos sem-terra já havia sido criado; 75 famílias reuniram-se para contar experiências e conhecimentos.

Era 22 de dezembro quando os campos ficaram cercados de polícia vinda de Governador Valadares. Circular o boato de que os sem-terra iriam ocupar a área da fazenda. "Tivemos de terra eu não sou. Só tento ocupar a terra com a semente", disse Nenizim. Não houve violência, mas alguns representantes do movimento decidiram ir a Belo Horizonte conversar com o reitor da UFMG, Cid Veloso.

"Quando ferrou de polícia aqui, eu virei para Nenizim e disse: não vamos deixar eles tirarem de nós mais uma vez, o que nós conseguimos. Catamos dinheiro de um e de outro

Tarumirim: terra disputada com figuras e lotes cercados por bananeiras

para alimentar, com sobras, as 370 pessoas que vivem ali. O excedente é vendido. Cinco por cento da produção de cada família é revertida em dinheiro para ajudar o hospital São Vicente de Paula.

Não existe cooperativa. Cada família reserva "um tanto" da produção para a venda em mercearias de Tarumirim. O preço não é bom, mas precisam do dinheiro para a compra de remédios, roupas e para o colégio dos filhos. Galinhas são criação comum. Três famílias têm vaca, cabras circulam pela fazenda em maior número.

Conseguir leite já foi problema para os moradores. Todo o leite da região era vendido para a Parmalat, não se achava na cidade. Agora, como o preço do leite está baixo, é mais fácil encontrá-lo nas padarias e bares, à mão da população. Além disso, os próprios lavradores da comunidade tiram de sua criação o que precisam. Pelo menos, o necessário para as crianças: "Quem precisar de leite pode vir até minha casa e pegar", diz Nenizim Camargo. "O preço? Nada."

Luta pela terra

As famílias moram na terra desde 1985, em lotes delimitados por bananeiras. Em 1981, entretanto, já plantavam lá, quando ainda residiam na cidade. O terreno, de posse da UFMG, estava cedido à CNEC (Campanha Nacional das Escolas da Comunidade), para a construção de uma escola agrícola. A CNEC, então administradora da terra, mantinha o seguinte acordo com os sem-terra: apenas 2/3 da colheita ficava com os trabalhadores, 1/3 era da Campanha.

Em 1985, a CNEC resolveu tirar os agricultores do trabalho na roça. Havia pressão do prefeito da época, antigo proprietário da área da fazenda - antes mesmo de pertencer à UFMG - para que

fossem parar lá na UFMG". Aldair Ramos de Oliveira, casado com Mariana, lembra-se do dia em que a comunidade começou a ficar o pé na terra. "O reitor disse para fazermos na área o que considerássemos melhor".

De sessenta famílias entraram no terreno de 42 ha - o resto dos 204 ficou sob controle da CNEC - e dividiram-no de acordo com o tamanho de cada uma. Famílias maiores tiveram lotes maiores. Formularam um estatuto, instituíram eleições para a presidência da Associação dos Sem-terra de Tarumirim a cada dois anos e concordaram com a realização de assembleias para a tomada das decisões. Até hoje, votou-se, sempre, pela continuidade do mesmo grupo que primeiro assumiu o comando do movimento.

O importante é viver

Levantam-se pelas 5, 6h da manhã com destino quase sempre certo: roça. A mão grossa e colejuda não é privilégio dos homens, velhos e jovens, da comunidade. As mulheres são fortes companheiras em trabalhos de toda sorte. Aldair Ramos aponta a mulher Mariana sentada num banco ao canto. "Eu e ela fizemos tudo isso aqui", estende a mão pelo ar, indica paredes e o teto. "Levantamos tudo, em parceria. Ainda falta umas coisas, mas já está bom, muito bom para viver".

Estariam melhor se pudessem ter um sistema de irrigação que garantisse água para o ano, suficiente para molhar toda a área de plantio. A última chuva grande caiu nos primeiros dias de janeiro deste ano. O arroz não aguentou, praticamente não houve colheita. O preço para se empregar a irrigação nos 42 ha é de R\$2.900,00.

"Ainda assim, nada tira o gosto de, querendo comer mandioca, ir lá no pé, apa-

Agricultores experimentam reforma agrária...

Sobre o chão de terra poeirenta, o sol se abate impiedosamente. Não passa de 9 da manhã. Nenzim Camargo escora o pé em um pedaço de pau, coça o rosto olhando longe. “O arroz não aguentou, foi sol demais e chuva de menos. Conseguindo providenciar um sistema de irrigação, aí fica bom”.

Nenzim Camargo é Manoel Camargo, 57 anos, presidente da Associação dos Sem-Terra de Tarumirim, cidade distante 286 km de Belo Horizonte, próxima 73 km de Governador Valadares. A comunidade onde vive ocupa 35% (42 ha) dos 204 ha de uma fazenda, que está sob a posse da UFMG (leia box). Com terrenos plantados e criações, os sem-terra de Tarumirim dão mostras de uma experiência de reforma agrária de sucesso.

Enquanto conversa, ajunta-se ao redor de Nenzim um punhado de crianças. Uma delas, menina, pede-lhe a benção. “É minha filha mais nova, 7 anos”. De sua casa vê-se boa parte da fazenda, outras casas e plantações. Milho, feijão, arroz, mandioca e cana são cultivados pela maioria das 16 famílias da associação. Adaptam-se bem à terra seca da região, a produção é suficiente para alimentar, com sobras, as 370 pessoas que vivem ali. O excedente é vendido. Cinco por cento da produção de cada família é revertida em dinheiro para ajudar o hospital São Vicente de Paula.

Não existe cooperativa. Cada família reserva “um tanto” da produção para a venda em mercearias de Tarumirim. O preço não é bom, mas precisam do dinheiro para a compra de remédios, roupas e para o colégio dos filhos. Galinhas são criação comum. Três famílias têm vaca, cabras circulam pela fazenda em maior número.

Conseguir leite já foi problema para os moradores. Todo o leite da região era vendido para Parmalat, não se achava na cidade. Agora, como o preço do leite está baixo, é mais fácil encontra-lo nas padarias e bares, à mão da população. Além disso, os próprios lavradores da comunidade tiram de sua criação o que precisam. Pelo menos o necessário para as crianças. “Quem precisar de leite pode vir até minha casa e pegar”, diz Nenzim Camargo. “O preço? Nada.”

Luta pela terra

As famílias moram na terra desde 1985, em lotes delimitados por bananeiras. Em 1981, entretanto, já plantavam lá, quando ainda residiam na cidade. O terreno, de posse da UFMG, estava cedido à CNEC (Campanha Nacional das Escolas de Comunidade), para a construção de uma escola agrícola. A CNEC, então administradora da terra, mantinha o seguinte acordo com os sem-terra: apenas 2/3 da colheita ficava com os trabalhadores, 1/3 era da Campanha.

Em 1985, A CNEC resolveu tirar os agricultores do trabalho na roça. Havia pressão do prefeito da época, antigo proprietário da área da fazenda – antes mesmo de pertencer a UFMG – para que fosse devolvida à prefeitura. O movimento dos sem-terra já havia sido criado, 7[?] famílias reuniam-se para contar experiências [...] conhecimentos.

Era 22 de dezembro, quando os campos ficaram coalhados de polícia vinda de Governador Valadares. Circulava o boato de que os sem-terra iriam ocupar a área da fazenda. “Invasor de terra eu não sou. Só tem que ocupar a terra com semente”, disse Nenzim. Não houve violência, mas alguns representantes do movimento decidiram ir à Belo Horizonte convencer o reitor da UFMG, [...] Veloso.

“Quando ferveu de polícia aqui, eu virei pro Nenzim e disse: não vamos deixar eles tirarem de [...] mais uma vez, o que conseguimos. Catamos dinheiro de um e de outro e fomos parar lá na UFMG”. Aldair Ramos de Oliveira, casado com Mariana, lembra-se do dia em que a comunidade começou a fincar o pé na terra. “O reitor disse para fazemos na área o que considerássemos melhor”.

Dezesesseis famílias entraram no terreno de 42 ha – o resto dos 204 ficou sob controle da CNEC – e dividiram-no de acordo com o tamanho de cada uma. Famílias maiores tiveram lotes maiores. Formularam um estatuto, instituíram eleições para a presidência da Associação dos Sem-terra de Tarumirim a cada dois anos e concordaram com a realização de assembleias para a tomada das decisões. Até hoje, votou-se, sempre, pela continuidade do mesmo grupo que primeiro assumiu o comando do movimento.

“O importante é viver”

Levantam-se pelas 5, 5h da manhã com destino quase sempre certo: roça. A mão grossa e calejada não é privilégio dos homens, velhos e jovens, da comunidade. As mulheres são fortes companheiras em trabalhos de toda sorte. Aldair Ramos aponta a mulher Mariana sentada num banco ao canto. “Eu e ela fizemos tudo isso aqui”, estende a mão pelo ar, indica paredes e o teto. “Levantamos tudo, em parceria. Ainda falta umas coisas, mas já está bom, muito bom para viver”.

Estariam melhor se pudessem ter um sistema de irrigação que garantisse água para o ano, suficiente para molhar toda a área de plantio. A última chuva grande caiu nos primeiros dias de janeiro deste ano. O arroz não aguentou, praticamente não houve colheita. O preço para se empreender a irrigação nos 42 há é de R\$ 2.900,00.

“Ainda assim, nada tira o gosto de, querendo comer mandioca, ir lá no pé, [...]”².

“MILHÕES ESPERAM TERRA”



Milhões esperam terra

O Brasil é recordista mundial de concentração de terras. A posse de 44% da área cultivável pertence a 1% dos fazendeiros (53% dos proprietários) possuem apenas 2,6% das terras. É uma estrutura fundiária injusta e que coloca o campo em permanente estado de tensão.

A política de reforma agrária oficial, que agora está nas mãos do recém-criado Ministério da Reforma Agrária, tem se mostrado incompetente e insuficiente. O instrumento normalmente utilizado para assentamento de colonos é a desapropriação de terras improdutivas ou a compra destas, em último caso. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) seleciona os agricultores que não tenham terreno, implanta a infraestrutura (estradas internas, água, luz, etc.) e fornece orientação técnica até a completa independência do assentamento.

Na prática, porém, as verbas para assentamento são insuficientes, os processos de desapropriação e cadastramento são lentos e burocráticos, e não atende à

² Sem maiores informações sobre a referida matéria, observando o recorte, sobretudo, as informações do cabeçalho da matéria, é possível saber que o título da matéria é “Agricultores experimentam reforma agrária...” e que, prevalecente, foi publicada no jornal “Sem-terra”, na página 6 et seq.

demanda. De 1927 até 1995, só foram assentadas 330 mil famílias no Brasil inteiro. Estima-se que existam 5 milhões de famílias à espera de terra para plantar. Em Minas Gerais, foram assentadas 313 famílias pelo Incra em 95. Ainda restam 600 mil famílias aguardando na fila.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg) critica a crônica falta de recursos do Incra, que atribui a posição do governo federal de não assumir politicamente a reforma agrária. “O Incra não atua, é empurrado. É um bombeiro institucional”, diz Eduardo Nascimento, assessor da Fetaemg.

O Incra declara ter assentado, no país, cerca de 42 mil famílias em 95. A Fetaemg nega esta informação e diz que este número não passa de 12 mil famílias. Sete projetos de assentamento, para um total de 406 famílias, foram criados. Existem, segundo a Fetaemg, 40 áreas de conflito no estado, envolvendo 1.500 famílias.

Vários conflitos recentes (Eldorado dos Carajás, Curionópolis) mostram o potencial explosivo desta bomba relógio que é a questão agrária no Brasil. Os conflitos no campo, as correntes migratórias que alimentam a explosão populacional das metrópoles, a baixa produtividade na agricultura, a falta de alimentos e o seu alto preço são problemas cujas soluções passam, necessariamente, pela implementação de uma política agrária séria e democrática em nosso país.

Fernando Magno³.

³ Além do título e autoria da matéria, evidentes no recorte, não foi possível identificar em que jornal o texto foi publicado.

A Política em Miraflores

O episódio dos "Sem Terras" em Miraflores



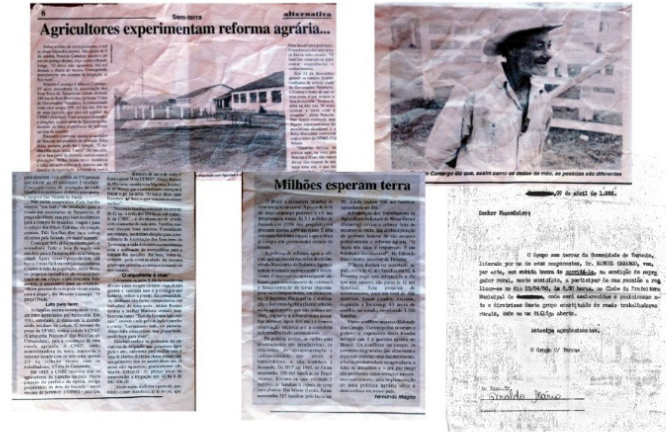
Cruzeiro de madeira
símbolo de controvérsias política em Miraflores



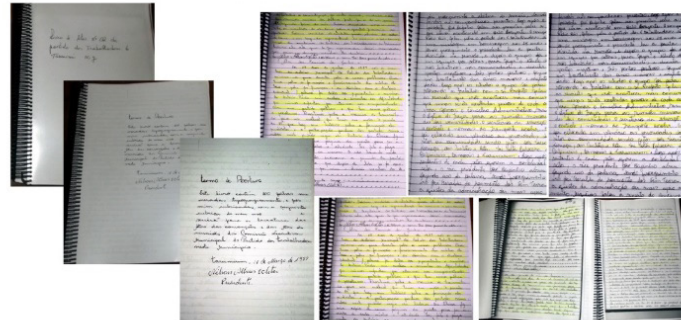
Salão de reuniões ao fundo da capela,
normalmente usado para realização de curso e
reuniões dos líderes da base do PT



Barracão anexa à capela para
realização de festas na
comunidade e também para
engajar dinheiro



Atas do Partido dos Trabalhadores





A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org